

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MESTRADO
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO**

**A CONSTRUÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA,
AS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E O COMPROMISSO SOCIAL
DAS UNIVERSIDADES: UM ESTUDO SOBRE A UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO CENTRO-OESTE DO PARANÁ (UNICENTRO)**

ADRIANO MACHADO

**MARINGÁ
2009**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MESTRADO
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO

**A CONSTRUÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA, AS
POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E O COMPROMISSO SOCIAL DAS
UNIVERSIDADES: UM ESTUDO SOBRE A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
CENTRO-OESTE DO PARANÁ (UNICENTRO)**

Dissertação apresentada por ADRIANO MACHADO, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração: Educação, da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador:
Prof. Dr.: CÉLIO JUVENAL COSTA

MARINGÁ
2009

FICHA CATALOGRÁFICA:

Catálogo na Publicação
Biblioteca Central da UNICENTRO, Campus Guarapuava

M149c Machado, Adriano
A construção da extensão universitária brasileira, as políticas institucionais e o compromisso social das universidades: um estudo sobre a Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO) / Adriano Machado. — Maringá, 2009
vi, 133 f. : il. ; 28 cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2009

Orientador: Dr. Célio Juvenal Costa

Banca examinadora: Dr^a Magda C. Sarat Oliveira, Dr^a Vânia Resende Silva

Bibliografia

1. Universidade - Brasil. 2. Extensão universitária. 3. Universidade - Aspectos sociais. I. Título. II. Programa de Pós-Graduação em Educação.

CDD 378

ADRIANO MACHADO

**A CONSTRUÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA, AS
POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E O COMPROMISSO SOCIAL DAS
UNIVERSIDADES: UM ESTUDO SOBRE A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
CENTRO-OESTE DO PARANÁ (UNICENTRO)**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Célio Juvenal Costa (Orientador) – UEM

Prof. Dr^a Magda C. Sarat Oliveira – UFGD

Prof. Dr^a Vânia Resende Silva – UEM

Maringá, 27 de agosto de 2009.

Dedico este trabalho a Glaucia, minha esposa, pela paciência e amor dedicado nas horas de construção deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Registro aqui meus agradecimentos àqueles que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

Agradeço a Deus, a minha família e amigos pelo apoio espiritual e emocional durante a realização deste estudo.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Célio Juvenal Costa, pelo apoio, críticas e instruções, fundamentais para a conclusão desta pesquisa.

Aos professores Dr. José Joaquim Pereira Melo, Dr^a Magda C. Sarat Oliveira e Dr^a Vânia Resende Silva pela gentileza de terem aceitado participar do exame de qualificação e da banca de defesa do trabalho.

Obrigado!

Ninguém educa a ninguém, ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam entre si mediatizados pelo mundo.

Paulo Freire

MACHADO, Adriano. **A CONSTRUÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA, AS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E O COMPROMISSO SOCIAL DAS UNIVERSIDADES: UM ESTUDO SOBRE A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE DO PARANÁ (UNICENTRO)**. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Dr. Célio Juvenal Costa. Maringá, 2009.

RESUMO

A presente pesquisa objetivou investigar a construção da extensão universitária brasileira, por meio de aspectos históricos, legais e práticos. Teve como inquietação central: como tem sido a prática das atividades extensionistas executadas no interior da Universidade? A metodologia empregada fixou-se na pesquisa bibliográfica e documental, além de adotar procedimentos estatísticos para embasar as análises quanti e qualitativas de projetos extensionistas desenvolvidos pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná. O estudo das ações extensionistas desenvolvidas demonstrou que há incoerências e dificuldades conceituais e apontou para a necessidade de construção coletiva de políticas institucionais de extensão universitária.

Palavras-chave: Universidade; Extensão Universitária; Compromisso Social.

MACHADO, Adriano. **THE CONSTRUCTION OF BRAZILIAN UNIVERSITY EXTENSION, THE INSTITUTIONALITIES POLITICS AND THE SOCIAL APPOINTMENT OF THE UNIVERSITIES: A STUDY ABOUT STATE UNIVERSITY OF CENTRE WEST OF PARANA (UNICENTRO)**. 133 f. Dissertation (Master in Education) – State University of Maringá. Supervisor: Dr. Célio Juvenal Costa. Maringá, 2009.

ABSTRACT

The present research has aimed to investigate the construction of Brazilian university extension, from the standpoint of historical, legal and practical aspects. It had as a central concern: How has the practice of extension activities inside University been realized? The methodology was based on bibliography and documental research, besides statistics procedures to analyse quantitative and qualitative data from extension projects which were developed by State University of Centre West of Parana. The study about developing extension actions has showed that there are incoherence and difficulties conceptions and it has pointed out the necessity of collective construction of university institutional politics for extension actions.

Key words: University, University Extension; Social Appointment.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Síntese dos resultados da Universidade Volante.....	34
Quadro 2: Atividades extensionistas distribuídas por modalidades.....	87
Quadro 3: Atividades extensionistas distribuídas por área temática.....	88
Quadro 4: Atividades extensionistas distribuídas por órgão proponente....	89
Quadro 5: Atividades extensionistas distribuídas por categoria.....	90
Quadro 6: Atividades extensionistas distribuídas por vinculação.....	91
Quadro 7: Atividades extensionistas distribuídas por financiamento externo	91
Quadro 8: Amostra das atividades extensionistas da UNICENTRO.....	97
Quadro 9: Síntese das análises qualitativas.....	117

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução histórica do número de atividades extensionistas desenvolvidas na UNICENTRO.....	82
Gráfico 2: Atividades extensionistas distribuídas por modalidades.....	88
Gráfico 3: Atividades extensionistas distribuídas por área temática.....	89

LISTA DE SIGLAS

ABCAR	Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
ABE	Associação Brasileira de Educação
ACAR-MG	Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais
ALFASOL	Alfabetização Solidária
ANDES-SN	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CINCRUTAC	Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODAE	Coordenação de Atividades de Extensão
CONED	Congresso Nacional de Educação
CONSED	Conselho Nacional de Secretários de Educação
COS	Comitê de Orientação e Supervisão
CPC	Centro Popular de Cultura
CRUB	Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
CRUTAC	Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária
CRUTAC-RN	Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
DAU	Departamento de Assuntos Universitários
EJA	Educação de Jovens e Adultos

EMATER	Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAFIG	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava
FECLI	Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Irati
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FORPROEX	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
GTRU	Grupo de Trabalho da Reforma Universitária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MCP	Movimento Cultura Popular
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação
MINTER	Ministério do Interior
ONGs	Organizações não-governamentais
OSCIPs	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDE	Programa de Desenvolvimento Educacional
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PL	Projeto de Lei
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNE	Plano Nacional de Educação
PROEC	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais
PROEXT	Programa de Apoio à Extensão Universitária
PROEXTE	Programa de Fomento à Extensão Universitária
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RENEX	Rede Nacional de Extensão
SEC	Serviço de Extensão Cultural
SEED	Secretaria de Estado da Educação
SEF	Secretaria de Educação Fundamental
SESu	Secretaria de Ensino Superior
SETI	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
SEURS	Seminário de Extensão Universitária da Região Sul
SIEXBRASIL	Sistema Nacional de Informações de Extensão Universitária
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
UATI	Universidade Aberta para a Terceira Idade
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UNATI	Universidade Aberta à Terceira Idade

UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNE	União Nacional de Estudantes
UNE-Volante	Universidade-Volante
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná
USAID	<i>United States Agency for International Development</i>

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	16
2. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL: ASPECTOS HISTÓRICOS.....	20
3. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL: LEIS E DOCUMENTOS.....	48
3.1 As Leis.....	48
3.2 Os Documentos.....	65
4. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UNICENTRO.....	79
4.1 Extensão Universitária na UNICENTRO: aspectos históricos.....	81
4.2 Regulamentação da Extensão Universitária da UNICENTRO.....	84
4.3 Perfil das atividades extensionistas da UNICENTRO, desenvolvidas nos anos de 2007 e 2008.....	87
4.4 Análise qualitativa das atividades extensionistas da UNICENTRO.....	93
5. CONCLUSÃO.....	125
REFERÊNCIAS.....	129

1. INTRODUÇÃO

A extensão universitária, desde sua criação, esteve sempre acompanhada de inúmeras críticas e questionamentos sobre sua atuação, legitimidade e pertinência a um ambiente universitário.

Essas críticas têm sido cada vez menos sobre a pertinência ou não da extensão no ambiente universitário e cada vez mais sobre: o que é extensão universitária? Para que/para quem são essas ações? Qual definição seria a mais coerente?

O dia-a-dia na universidade demonstra que as atividades extensionistas estão gradativamente mais presentes e entrelaçadas com outras ações da universidade. Os órgãos gestores da extensão universitária, tanto internos quanto externos à universidade, têm alcançado maior poder administrativo e político e, dessa forma, via de regra, mais recursos, melhores estruturas, mais visibilidade e ações extensionistas em número crescente no interior das Instituições de Ensino Superior, IES.

Foi pensando nisso e, tendo em vista as experiências profissionais e pessoais acumuladas junto à Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná, UNICENTRO, como estudante, funcionário e coordenador de programas e projetos de extensão nos últimos 6 anos, que decidimos realizar a presente pesquisa.

Verifica-se, ainda, que poucos são os trabalhos que investigam a prática dos projetos, seu dia-a-dia, portanto, questiona-se: como tem sido a prática das atividades extensionistas desenvolvidas? Qual o perfil da extensão universitária? Quais ações são desenvolvidas e quais as implicações dessas ações? Como tem sido a compreensão de extensão universitária? Quais aspectos históricos e legais envolvem o desenvolvimento de tais atividades?

Adota-se como pressuposto as diretrizes de extensão universitária explicitadas pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, FORPROEX, ou seja, a extensão universitária é um processo interdisciplinar e dialógico entre universidade e sociedade, que articula o

ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade.

O objetivo geral do presente trabalho foi investigar a construção da extensão universitária brasileira, por meio de aspectos históricos, legais e práticos.

O objetivo geral formulado acima foi subdividido em objetivos específicos que consistem em: apresentar os interlocutores da extensão universitária, dados historicamente; analisar a presença da extensão universitária em políticas institucionais, legislações e documentos oficiais; traçar o perfil da extensão universitária; analisar quanti e qualitativamente ações extensionistas desenvolvidas; apresentar sugestões que favoreçam a superação de obstáculos impostos ao desenvolvimento da extensão universitária.

Do ponto de vista metodológico, o trabalho pautou-se em pesquisa bibliográfica e documental. Quanto aos documentos foram analisadas legislações e documentos oficiais pertinentes à extensão universitária, além de projetos protocolados na UNICENTRO.

Para seleção dos projetos analisados foi utilizada a amostragem estratificada e sistemática, contando, como referência, as atividades desenvolvidas durante o biênio 2007-2008. O período de estudo foi definido em função da criação e implementação do Regulamento das Atividades Extensionistas da UNICENTRO, editado em janeiro de 2007.

Para qualquer estudo que se faça sobre a extensão universitária é imprescindível levantar os aspectos históricos que a envolvem. Pois, revisitar sua história é também rever, repensar sua prática passada, presente e futura.

Entende-se igualmente importante apresentar os documentos oficiais que tratam da extensão universitária brasileira, pois a análise dos documentos traz a compreensão de como a extensão foi concebida nos diversos momentos de sua história e como ela foi tratada pelos seus vários interlocutores.

Entretanto, a particularidade deste trabalho é a análise quanti e qualitativa da extensão universitária da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO.

Para o desenvolvimento desta dissertação apresenta-se em um primeiro momento, a extensão universitária no Brasil, desde as primeiras atividades, no início do século XX, até as mais recentes.

Esse capítulo centra-se na perspectiva das atividades extensionistas desenvolvidas e na concepção que é dada à extensão em cada momento. Para tanto, destaca as influências, e por vezes, interferências estrangeiras nas atividades nacionais.

Apresenta ainda, os principais interlocutores da extensão universitária: estudantes, via União Nacional de Estudantes; Governo Federal, via Ministério da Educação, do Interior e da Defesa; e as Instituições de Ensino Superior.

Dentre as atividades desenvolvidas pelos estudantes, caracterizadas como extensão, quatro assumiram maior dimensão: o Serviço de Extensão Cultural, SEC; o Movimento Cultura Popular, MCP; o Centro Popular de Cultura, CPC e; a Universidade-Volante, UNE-Volante.

Sob coordenação do governo, merecem destaque o Projeto Rondon, a Universidade Solidária e a Alfabetização Solidária.

Já, por proposição e execução das Universidades, figuram entre as principais a Universidade Volante e os Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária, CRUTAC.

No segundo capítulo são trabalhados os documentos oficiais que abordaram a extensão universitária, sendo, inicialmente tratada a legislação governamental de âmbito geral, tais como, leis e decretos e em seguida os documentos específicos.

Dentre os documentos oficiais de âmbito geral, são trabalhados o Estatuto das Universidades Brasileiras e as Leis de Diretrizes e Bases da Educação, desde a primeira, Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, passando pela Reforma de 1968, até a vigente, Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Já entre os documentos específicos são discutidos aqueles emitidos primeiramente pelo governo militar via Coordenação de Atividades de Extensão, CODAE e, em seguida, pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, com destaque ao Plano Nacional de Extensão Universitária.

A extensão universitária da UNICENTRO é apresentada em um terceiro momento e são trabalhadas as seguintes questões: extensão universitária na UNICENTRO: aspectos históricos; regulamentação; perfil das atividades extensionistas desenvolvidas nos anos de 2007 e 2008 e análise qualitativa das mesmas.

Quanto às análises qualitativas dos projetos, são demonstradas previamente as definições de população, amostra e categorias de análise. As categorias escolhidas foram as diretrizes para a extensão universitária, descritas pelo FORPROEX: impacto e transformação, interação dialógica, interdisciplinaridade e indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão. Ainda foi definida como categoria de análise a coerência da atividade desenvolvida junto ao Regulamento das Atividades Extensionistas.

2. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL: ASPECTOS HISTÓRICOS

As atividades de Extensão Universitária no Brasil surgiram no início do século XX e durante todo este século vem em ascensão em número de atividades e ocupação de espaços nas Instituições de Ensino Superior, assim como de entendimento de sua atuação junto à sociedade.

Sua história está ligada à origem da extensão nos Estados Unidos e na Europa.

[...] a concepção norte-americana de universidade é fruto de diferentes tendências dentre as quais salienta: as influências da educação liberal do *College* inglês, do ideal científico da universidade alemã e a orientação pragmática de treinamento técnico-profissional dos *Land Grant Colleges*. (GURGEL, 1986, p. 59).

A extensão estadunidense se apresenta de modo diversificado, e, segundo Gurgel (1986, p. 59), ela se consubstanciou em duas linhas de atuação: a “extensão cooperativa e a extensão universitária”.

A extensão cooperativa ou agrícola, sistematizada e organizada na forma da lei, passou a existir nos Estados Unidos a partir de 1914 com a Lei Smith Lever. Antes disso, em 1862, o Morrill Act, deu origem aos Colégios Estaduais de Agricultura em terras cedidas pelo governo (*Land Grant Colleges*), e propiciou “a realização de treinamentos e a difusão de pesquisas, atingindo o agricultor e sua família”. A Lei Smith Lever assegurava, dentre outros princípios e normas: “[...] ação fora dos colégios agrícolas; [...] organização, nos colégios, de setores próprios para as práticas de ensino de extensão”. (GURGEL, 1986, p. 60).

A extensão cooperativa se desenvolve através da participação conjunta do governo federal, dos estados (por meio de suas universidades *Land Grant*) e dos municípios ou cidades. A participação não deve ser restrita ao setor financeiro, devendo se dar a partir do momento da elaboração de uma política de ação em comum. O governo federal é representado pelo Departamento de Agricultura (USDA), que supervisiona todo o sistema nacional. Os diretores estaduais são nomeados com a sua aquiescência. As Universidades *Land Grant* são os mecanismos responsáveis pela operacionalização e execução mais direta das atividades de extensão subsidiadas pelos próprios governos estaduais. Os governos municipais são normalmente os terceiros participantes, fornecendo as condições físicas e de pessoal de apoio. A estrutura operacional do sistema conta com os especialistas vinculados à universidade e com os agentes de extensão,

elementos de contato direto com o grande público. (GURGEL, 1986, p. 60 e 61).

A extensão cooperativa, portanto, é a ação extensionista própria das universidades Land Grant, atuando principalmente nas áreas de produtividade agrícola, comercialização, distribuição e utilização dos produtos, conservação, melhor emprego e desenvolvimento de recursos naturais, administração de fazendas e do lar, vida em família, desenvolvimento juvenil, formação de líderes, melhoria da comunidade e desenvolvimento de recursos humanos e assuntos de interesse do grande público.

Já a extensão universitária ou geral, surgiu a partir de 1885 quando um grupo de professores, líderes universitários, conheceram as experiências das universidades de Oxford e Cambridge. Estes professores desenvolviam trabalhos de educação de adultos, o que, de certa forma, os aproximou da concepção européia e, particularmente da concepção inglesa de extensão universitária. A concepção européia pautava-se na perspectiva de educação continuada.

Uma das especificidades da extensão estadunidense que a diferenciou das Universidades Populares da Europa foi a forma de reconhecimento da extensão no interior da universidade, pois a exemplo do que ocorreu com a Universidade de Chicago com seu dirigente William Harper, a extensão foi incluída como atividade regular da proposta de educação referente aos trabalhos da instituição de ensino.

Em 1880, foi organizada a Sociedade Anônima para o Ensino de Extensão, que chegou a existir durante dez anos. Porém, foi somente a partir de 1906 que a extensão passou a ter maior importância, especialmente a partir do trabalho desenvolvido pela Universidade de Wisconsin. (GURGEL, 1986, p. 61).

Dada a importância das atividades desenvolvidas pela Universidade de Wisconsin, quando se fala em extensão nos Estados Unidos, ela é citada como referência.

Em 1915, foi organizada a Associação Nacional de Extensão Universitária, constituída inicialmente por vinte instituições, sendo dezessete públicas e três particulares. As universidades, via extensão geral, desenvolviam as mais diversas atividades, conforme as particularidades da região, a estrutura, as possibilidades de cada universidade. Apesar de contar com um sistema de organização e

normatização nacional de extensão universitária, as universidades tinham autonomia para desenvolver suas próprias atividades.

Duas forças propulsoras da regionalização da extensão universitária foram a criação de Multicampi e dos Campi Avançados, pois com estas estruturas a universidade chegou mais próximo da comunidade de seu entorno e pôde, desta forma, desenvolver ações mais efetivas.

Podemos dizer que a extensão universitária ou geral e a extensão cooperativa ou agrícola são independentes entre si. Ambas são diferentes na forma dos serviços prestados, na estrutura de organização e fontes de financiamento, ficando em comum apenas a finalidade da ação que, segundo Sousa (2000, p. 87), se evidencia pela face de prestação de serviços.

O modelo europeu de extensão universitária é o das Universidades Populares, às quais datam do século XIX e existiram na Inglaterra, Alemanha, França, Bélgica e Itália. Esta prática estava fortemente vinculada à idéia de educação de adultos,

[...] afastando-se da crença de que este tipo de educação deveria ser dirigida somente às classes menos favorecidas para ilustrá-las e educá-las. A Universidade Popular caracterizava-se por não constituir uma unidade com corpos discente e docente próprios, e ter como principal atividade a promoção de conferências e cursos gratuitos, abertos à população interessada. (SOUSA, 2000, p. 87).

No Brasil as primeiras atividades extensionistas de que se tem relato datam de 1912 com a Universidade Livre de São Paulo (1912-1917). As experiências se caracterizavam por “conferências semanais gratuitas oferecidas à população” (CASTRO, 2004, p. 20) a exemplo do modelo europeu de extensão universitária o objetivo era a disseminação de conhecimento técnico.

A Universidade Livre de São Paulo chegou a ter setecentos alunos e cem professores distribuídos nos seguintes cursos: Belas Artes, Comércio, Farmácia, Medicina e Cirurgia, Odontologia, Engenharia e Direito (GURGEL, 1986, p. 35).

De dezembro de 1914 a junho de 1917 foram ministradas 107 lições públicas sobre os seguintes temas: o fogo sagrado na Idade Média, por Cesídio da Gama e Silva; grandes viagens e grandes viajantes, por Afonso D’Escrangnole Taunay; a latinidade da Rumânia, por Antônio Picarelli; a importância e progresso

da otorrinolaringologia, por Inácio Bueno de Almeida; instituições complementares do Código Civil, por Spencer Vampré. (GURGEL, 1986, p. 34).

No entanto, a universidade popular era “mal compreendida ou talvez ignorada pelas classes populares a que se destinava”, o que era estranho, pois vivia-se um momento em que “as lutas de classes explodiam em greves e repressões policiais” e, sendo assim, as universidades populares poderiam ser um campo fértil de discussões e amadurecimento crítico desta problemática.

Gurgel (1986, p. 34) reproduz a crítica de Gramsci em relação à experiência europeia de universidade popular e, destaca que a crítica cabe, de igual maneira, ao caso brasileiro:

a organicidade do pensamento e a solidez cultural só poderiam ocorrer se entre os intelectuais e os simplórios se verificasse a mesma unidade de pensamento que deve existir entre a teoria e a prática, isto é, se os intelectuais fossem organicamente os intelectuais daquela massa, se tivessem elaborado e tornado coerentes os princípios e os problemas que aquelas massas colocavam com a sua atividade prática, constituindo assim um bloco cultural e social.

Logo em seguida, em 1920, a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa/MG e a Escola Agrícola de Lavras realizaram atividades extensionistas, “através de assessoria técnica a pequenos agricultores da região” (CASTRO, 2004, p. 20), sendo consideradas por Sousa (2000) como a primeira prestação de serviços no meio rural. Estas atividades foram influenciadas pelo modelo estadunidense de extensão agrícola.

Já na década de 1930 contamos com a primeira referência legal às atividades de extensão através do Decreto 19.851 de 11 de abril de 1931, contendo o Estatuto das Universidades Brasileiras que vinha, conforme Botomé (1996, p.60):

com referências claras ao papel da extensão universitária: divulgar, em benefício coletivo, as atividades técnicas e científicas da Universidade, através de cursos e conferências de caráter educativo, ou utilitário, difundir conhecimentos, etc.

Além disso, previa a divulgação de conhecimentos que “salvaguardassem os interesses nacionais” (GURGEL, 1986).

A idéia da universidade popular “ressurge no Brasil em 1938 como bandeira de luta dos movimentos estudantis” (GURGEL, 1986, p. 35). Os

estudantes brasileiros assimilaram a proposta a partir do Manifesto de Córdoba¹, surgido na Argentina em 1918.

No Manifesto, segundo Gurgel (1986, p. 35), os estudantes atacavam o que entendiam ser a “ausência do espírito científico” da universidade, a “imoralidade intelectual”, o “controle oligárquico” a que a instituição estava submetida. Argumentavam ainda, que os recursos pacíficos para a superação da crise estavam esgotados, sendo assim, se apresentava uma saída ou se paralisava a universidade.

Os pontos principais do Manifesto estavam baseados na exigência de que a universidade

[...] fosse configurada em forma de uma estrutura democrática, com autonomia política de docência, administração e finanças. Reivindicava a necessidade de uma unidade latino-americana para combater o imperialismo e as ditaduras. Pleiteava a gratuidade do ensino; a periodicidade da cátedra; a reorganização acadêmica em seus métodos, conteúdos e técnicas; uma melhor qualificação dos docentes; e uma articulação orgânica entre o nível superior e o sistema de educação nacional. (GURGEL, 1986, p. 36).

Já a extensão universitária, particularmente, no Manifesto de Córdoba

[...] é vista como objetivadora do ‘fortalecimento da universidade, pela projeção da cultura universitária ao povo e pela maior preocupação com os problemas nacionais’. A extensão propiciaria, portanto, uma projeção do trabalho social da universidade ao meio e sua inserção em uma dimensão mais ampla. Sintetizando a posição da proposta de Córdoba em relação à extensão, Blondy assinala que esta aparece como uma função de vinculação universidade/povo, advindo daí a ‘necessidade de publicidade aos atos da universidade, a extensão cultural, as universidades populares e a colaboração trabalhador/estudante’. (GURGEL, 1986, p. 36).

É inegável, portanto, que a partir de Córdoba a extensão universitária passou a constar nos discursos oficiais, nos documentos oficiais e a compor propostas dos segmentos pertencentes a estrutura universitária, traduzindo-se em atividades extensionistas.

¹ “O Manifesto de Córdoba de 1918, como ficou conhecido, representa a inserção dos estudantes no debate das funções e qual papel da Universidade perante os conhecimentos que nela são produzidos e para quem são dirigidos. No manifesto, os estudantes de Córdoba lançam os princípios que deverão orientar uma verdadeira reforma universitária: representação discente e participação nos órgãos diretores, gratuidade do ensino, autonomia universitária, ingresso público para carreira docente, eleição dos dirigentes através de assembleias com participação estudantil e docente”. (Disponível em <http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos/K%C3%81TIA%20CILENE%20DA%20COSTA.pdf>, acesso em 21 de setembro de 2009.)

A extensão cooperativa ou agrícola estadunidense vai se reproduzir no Brasil e ficar mais conhecida como extensão rural. Esta influência ocorre principalmente na década de 1950, quando a extensão rural passa a ser vista como um instrumento de modernização rural pelo Estado.

Em 1948 foi criada a Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais, ACAR-MG, entidade que acabou sendo precursora da criação, em 1956, da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural, ABCAR, quando já existiam organizações similares à ACAR-MG em onze estados brasileiros.

A extensão rural, desde então, passou a desenvolver ações com foco na mudança do comportamento da população do meio rural, por meio de aquisição de novos conhecimentos, hábitos, atitudes e habilidades, se assemelhando integralmente ao formato original norte-americano. No entanto, de forma acrítica e descompromissada com as particularidades regionais brasileiras, conforme podemos ver em Gurgel (1986, p. 66):

[...] a extensão rural foi 'transportada para o Brasil sem 'uma visão crítica' das nossas realidades, que possibilitasse 'sua melhor adequação às reais condições do país, com suas múltiplas características'.

A ABCAR, nos seus primeiros anos de atuação, contava com apoio técnico e financeiro do Ministério da Agricultura e do Ministério de Educação e Cultura. As relações da ABCAR com o Ministério da Agricultura foram se estreitando em torno do tripé fomento, pesquisa e extensão, porém, esta mesma organicidade não ocorreu com o MEC, passando a extensão rural a ser vista de forma desvinculada do processo educativo.

O sistema ABCAR foi reestruturado, criando-se, em 1974, a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, EMBRATER, vinculada ao Ministério da Agricultura. A ACAR de cada estado passou a ser um Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural, EMATER. Em 1990 a EMBRATER foi extinta, ficando em cada estado sua respectiva EMATER.

Outro interlocutor importante no processo de desenvolvimento da extensão universitária no Brasil foi o movimento estudantil.

Da criação da União Nacional de Estudantes, UNE, em 1937 até o Golpe Militar em 1964, contamos com um período de grande efervescência do

movimento estudantil brasileiro via UNE. Os estudantes tinham uma postura firme no sentido de propor atividades extensionistas com ênfase no comprometimento da Universidade com as classes populares e com o proletariado. Postura essencialmente influenciada pelo Manifesto de Córdoba.

Três grandes eventos tornam-se marcos no Movimento Estudantil: o I Seminário Nacional da Reforma Universitária, realizado na Bahia, em 1961; o II Seminário Nacional da Reforma Universitária, que aconteceu no Paraná, em 1962, e o III Seminário Nacional da Reforma Universitária, em Minas Gerais, em 1963.

O Seminário de 1961 gerou a Declaração da Bahia, que acabou se tornando referência para os demais Seminários e para os estudantes, por ser um dos “documentos mais completos e de maior significação já produzido pelos estudantes em relação à política estudantil.” (SOUSA, 2000, p.37).

O objetivo da UNE era alcançar um maior compromisso com as classes trabalhadoras e com o povo, Sousa (2000, p. 38) destaca o que a Declaração da Bahia aponta:

- abrir a universidade para o povo, através da criação nas Faculdades de cursos acessíveis a todos; utilizar os Diretórios acadêmicos como organizadores... de cursos de alfabetização de adultos..., de cursos de mestre-de-obras nas Escolas de Engenharia, cursos para líderes sindicais nas Faculdades de Direito. Promovê-los não só nos prédios das Escolas, como em favelas, circunvizinhança de fábricas e bairros operários. Na América Latina, essas iniciativas recebem a denominação de Universidades Populares.
- colocar a Universidade a serviço dos órgãos governamentais, sobretudo do interior dos Estados. Promover, por exemplo, o levantamento topográfico de uma cidade do interior, traçar-lhe uma rede de esgotos, realizar pesquisas demográficas, etc. (...)
- colocar a Universidade a serviço das classes desvalidas, com a criação de escritórios de assistência judiciária, médica, odontológica, técnica (habitações, saneamento de vilas ou favelas) etc. Que isso não seja realizado paternalisticamente, a título de esmola, concorrendo para atenuar os males sociais e indiretamente solidificando a estrutura iníqua em que vivemos. É necessário sobretudo despertar a consciência popular para seus direitos...
- fazer da Universidade uma trincheira de defesa das reivindicações populares, através da atuação política da classe

universitária na defesa de reivindicações operárias, participando de questões junto aos poderes públicos e possibilitando aos poderes públicos cobertura aos movimentos de massa.

A Declaração da Bahia defendia uma Universidade com ênfase nas atividades extensionistas. “O Movimento Estudantil deixava claro que sua missão era colocar a escola a serviço do povo” (SOUSA, 2000, p. 39), fazendo com que a extensão universitária alcançasse o mesmo nível institucional do ensino e da pesquisa.

O movimento estudantil teve, portanto, forte influência na reforma universitária de 1968 como um todo e na extensão universitária, particularmente, sua participação foi de grande importância. Sendo possível identificar parte das proposições dos estudantes na Lei nº 5.540/68, por exemplo, nas questões relativas à estrutura das Universidades. (SOUSA, 2000, p. 39).

As atividades extensionistas desenvolvidas no Brasil no século XX são inúmeras e as mais variadas. Os interlocutores para cada ação também variaram no decorrer do tempo. Conforme Sousa (2000), podemos dividir as atividades extensionistas brasileiras em três interlocutores e sua predominância em três momentos distintos, quais sejam: o movimento estudantil na vanguarda da extensão do início das atividades no Brasil até o Golpe de 1964; o governo, do Golpe até a abertura política e; as Instituições de Ensino Superior, da abertura política até nossos dias.

O movimento estudantil, principalmente no período que antecede ao Golpe Militar de 1964 atua de forma muito forte pela via da extensão, contra a repressão, em prol da reforma universitária, em favor de uma cultura política nacionalista. Dentre as atividades desenvolvidas pelos discentes e que podem ser caracterizadas como Extensão Universitária, quatro assumiram maior dimensão: o Serviço de Extensão Cultural, SEC; o Movimento Cultura Popular, MCP; o Centro Popular de Cultura, CPC e; a Universidade-Volante, UNE-Volante.

O Serviço de Extensão Cultural da Universidade de Pernambuco surgiu de uma iniciativa da própria universidade, por meio de professores e técnicos que, em conjunto com estudantes participantes do Movimento de Cultura Popular, MCP realizaram “uma das mais ricas experiências de alfabetização de adultos,

empregando uma metodologia de aprendizagem, que em função de seu sistematizador, tomou o nome de ‘método Paulo Freire²’”. (GURGEL, 1986, p. 57).

Houve também, por meio do SEC, a participação em campanhas sanitárias de erradicação de doenças no campo, permitindo aos estudantes experiências com a população rural. Mas, o que poderia destacar do Serviço de Extensão Cultural com pontos fundamentais, foram a preservação e a difusão da cultura popular, além da “conscientização das massas em relação às condições socioeconômicas e políticas em que viviam.” (SOUSA, 2000, p. 42).

O Movimento de Cultura Popular foi criado em 1960 por iniciativa dos estudantes, artistas e intelectuais de Pernambuco que, influenciados por idéias socialistas e cristãs, aliaram-se à Prefeitura de Recife na luta contra o analfabetismo e pela elevação do nível cultural do povo.

O MCP tinha como foco defender a cultura nacional (produto nacional), da invasão cultural externa. Sem conotação xenofóbica, o movimento vai assumir um caráter de luta, como um instrumento político que se pretendia libertar. A atuação do Movimento dava-se por meio

[...] do teatro, da organização de núcleos de cultura popular, de incentivo e de divulgação da arte popular (canto, artesanato, dança, música), atuando também em atividades educativas sistemáticas de alfabetização de base. [...] Havia a organização de Parques de Cultura, objetivando o lazer popular, com recreação educativa; Praças de Cultura, onde se despertava a comunidade para o debate sobre seus problemas, e Núcleos de Cultura, para substituir as praças onde estas não fossem viáveis. Promovia-se, também, todo o tipo de atividades educativas com crianças e adolescentes. (SOUSA, 2000, p. 43).

É importante ressaltar que o MCP fez parte da vida de Paulo Freire, estando presente portanto, na teorização e na metodologia elaborada por ele.

O Centro Popular de Cultura, CPC, da UNE foi criado em 1961 a partir de uma parceria da UNE com o Partido Comunista Brasileiro, PCB. Tendo em vista que o PCB já tinha um Centro Popular de Cultura, porém faltava-lhe condições materiais para que seu trabalho chegasse ao povo.

² Paulo Freire “nasceu em Recife em 1921 e faleceu em 1997. É considerado um dos grandes pedagogos da atualidade e respeitado mundialmente. Embora suas idéias e práticas tenham sido objeto das mais diversas críticas, é inegável a sua grande contribuição em favor da educação popular.” (Disponível em <http://www.centrorefeducacional.com.br/paulo.html>, acesso em 21 de setembro de 2009.)

O resultado da união dessas duas entidades foi um grupo de jovens que, “em razão de sua consciência política, tentava fazer uma arte popular revolucionária”. Propõe-se com o CPC a criação de uma empresa cultural nacional, cujo objetivo era contribuir para o processo de transformação da realidade brasileira, através de uma arte didática, com conteúdo político (SOUSA, 2000, p. 44). Fundamentada essencialmente em concepções políticas de revolução, a base de atuação era o teatro de rua e as peças retratavam acontecimentos imediatos da vida nacional. Os grupos que se apresentavam procuravam o povo, e, portanto, os locais preferidos para as encenações eram portas de fábricas, favelas, praças, pontos de ônibus, etc.

O CPC atuava em diversas vertentes, sendo as principais o teatro, a literatura, o cinema e a música.

No teatro, as peças que ficaram mais conhecidas foram “A mais valia vai acabar, seu Edgar” e “O Alto dos 99%”.

Na literatura, a produção aconteceu com a divulgação de livros de poemas como *João Boa Morte, cabra marcado para morrer, Poema Sujo, Dentro da Noite Veloz*, todos de Ferreira Gullar; com a publicação da série *Cadernos do Povo Brasileiro*, pela Civilização Brasileira e que se transformou na série *Violão de Rua – Poemas para a Liberdade*, com poemas de Ferreira Gullar, Moacyr Félix, Paulo Mendes Campos, Vinícius de Moraes, João Paulo Paes, entre outros. (SOUSA, 2000, p. 46).

Um poema que ilustra fortemente este momento é “João Boa Morte, Cabra Marcado para Morrer”, de Ferreira Gullar³:

Essa guerra do Nordeste
 não mata quem é doutor.
 Não mata dono de engenho,
 só mata cabra da peste,
 só mata o trabalhador.
 O dono de engenho engorda,
 vira logo senador.

Não faz um ano que os homens

³ Disponível em <http://www.revista.agulha.nom.br/gula1.html#joao>, acesso em 28 de julho de 2009.

que trabalham na fazenda
do Coronel Benedito
tiveram com ele atrito
devido ao preço da venda.
O preço do ano passado
já era baixo e no entanto
o coronel não quis dar
o novo preço ajustado.

João e seus companheiros
não gostaram da proeza:
se o novo preço não dava
para garantir a mesa,
aceitar preço mais baixo
já era muita fraqueza.
"Não vamos voltar atrás.
Precisamos de dinheiro.
Se o coronel não quer dar mais,
vendemos nosso produto
para outro fazendeiro."

Com o coronel foram ter.
Mas quando comunicaram
que a outro iam vender
o cereal que plantaram,
o coronel respondeu:
"Ainda está pra nascer
um cabra pra fazer isso.
Aquele que se atrever
pode rezar, vai morrer,
vai tomar chá de sumiço".

Este poema demonstra qual era a concepção dos participantes do CPC. O fundamento do trabalho desenvolvido era a luta de classes, era alertar o povo contra as injustiças.

No cinema, foi produzido o filme “Cinco Vezes Favela”, com participação de Leon Hirszman, Cacá Diegues e Carlos Estevam, e o documentário “Isto é Brasil”. Sendo até mesmo, o CPC, considerado como a gênese do movimento do Cinema Novo no Brasil. (SOUSA, 2000, p. 46).

Na música, foram organizados diversas apresentações com artistas populares, como Zé Kéti, Cartola, e a intelectualidade artística, como Carlos Lira, Vinicius de Moraes, etc. Um evento de maior expressão foi a “Noite da Música Popular Brasileira” que reuniu no Rio de Janeiro, os participantes da Bossa Nova e os representantes da música popular brasileira. Com relação a produção, pode-se destacar os discos: “O Povo Canta” e “Cantigas de Eleição”. (SOUSA, 2000, p. 46).

A Universidade-Volante, UNE-Volante, vai surgir para dar conta da necessidade da UNE de expandir as questões discutidas no II Seminário de Reforma Universitária, no Paraná. Desta forma, foi composta uma comitiva de integrantes da diretoria da UNE e artistas vinculados ao CPC.

O objetivo da UNE-Volante era levar aos alunos espalhados pelas universidades do país as idéias discutidas no II Seminário de Reforma Universitária e assim fortalecer cada vez mais o movimento. O resultado foi melhor do que o esperado, pois, esta mobilização nacional resultou, inclusive, na “multiplicação dos vários CPC nos estados por onde a UNE-Volante passava, promovendo uma verdadeira mobilização popular”. (SOUSA, 2000, p. 47).

No entanto, com o Golpe Militar de 1964, o movimento estudantil é desestruturado. O novo governo instalado incendiou o prédio da UNE, destruiu documentos e redirecionou as atividades que os discentes desenvolviam para atividades extensionistas que fossem de interesse do Estado.

Após o Golpe as atividades de extensão passam a ser ditadas pelo Governo Militar na perspectiva do desenvolvimento nacional.

Na tentativa de resolver os problemas da universidade brasileira o MEC estabelece acordos com os Estados Unidos, os acordos MEC/USAID (*United States Agency for International Development*), procurando um modelo que melhor servisse ao interesse do governo.

Um dos representantes da USAID foi Rudolph Atcon que teve papel importante na política educacional brasileira. Uma das interferências foi a influência na reforma do ensino superior.

O Modelo sugerido por Atcon concebia à Universidade uma estrutura empresarial. A influência americana na reforma de 1968 pode ser observada pelos seguintes aspectos: regime de créditos, fragmentação do currículo, pós-graduação e departamentalização das unidades acadêmicas. (CASTRO, 2004, p. 24).

Outra das interferências de Rudolph Atcon via USAID, essencial ao desenvolvimento da extensão universitária brasileira, foi a criação do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, CRUB, em 1966. “Este conselho passa a ter papel primordial para a institucionalização da extensão universitária, ganhando destaque na sua concepção de reestruturação da Universidade” (CASTRO, 2004, p. 24). Dentre as primeiras atividades do CRUB merecem destaque as seguintes temáticas discutidas: a avaliação da extensão universitária nas IES, de 1968; o seminário sobre a Integração da Universidade na Comunidade, de 1973; e o estudo sobre a extensão universitária e o ensino de primeiro e segundo graus, que serviria de referência para uma proposta de integração da Universidade com os sistemas de ensino do país, de 1980.

Com a Reforma Universitária, Lei nº 5540/68, a extensão torna-se obrigatória em todas as Instituições de Ensino Superior, sendo, porém, uma atividade desenvolvida por alunos sem o comprometimento dos professores. O art. 20 da Lei da Reforma prevê que:

A Universidade e os estabelecimentos isolados de ensino superior estenderão à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados de pesquisa que lhe são inerentes. (BRASIL, Lei Federal 5.540/68).

O início da década de 1960, segundo Gurgel (1986), assiste ao aparecimento de um grande número de atividades não somente por proposição dos alunos, por meio do movimento estudantil, mas, também por iniciativa das IES e do governo. Tais atividades procuravam aproximar a universidade da sociedade, porém, as atividades, na maioria das vezes, “restringiam-se ao nível local e tiveram duração episódica”. No entanto, outras, até mesmo sendo regionais, se tornaram importantes no processo histórico de desenvolvimento da extensão universitária no Brasil.

Como é o caso da Universidade Volante da Universidade Federal do Paraná que foi criada em 1960 e

[...] foi outra das experiências surgidas na trilha da influência das universidades populares. Era bastante questionada pelo movimento estudantil e, por ser uma proposta reconhecida oficialmente pelos níveis de direção da universidade, foi, indubitavelmente, uma das experiências mais aproveitadas pelo governo, depois de 1964. (GURGEL, 1986, p. 58).

A Universidade Volante foi organizada diretamente pelo Departamento de Educação e Cultura da UFPR, com a colaboração do Governo do Estado e dos municípios das regiões onde se realizaram.

Havia uma equipe preliminar para fazer o estudo da macro região onde a Universidade Volante poderia ser desenvolvida,

Escolhida a Região geo-econômicas, uma comissão da Universidade do Paraná se desloca para os Municípios que dela fazem parte, sendo visitados um por um. Em todos eles são realizadas reuniões com as autoridades: prefeitos, vereadores, funcionários municipais, estaduais e federais; autoridades escolares e eclesiásticas; médicos; sanitaristas; assistentes sociais, líderes estudantis e sindicais. Nessas reuniões, os membros da Comissão da UFPR expõem as finalidades das Universidades Volantes, discutindo com os participantes os diversos temas que poderão fazer parte do temário da Universidade Volante. Após esses primeiros contactos, designam-se comissões locais para se encarregarem da elaboração dos temas e sugestões que são encaminhados ao Departamento de Educação e Cultura da reitoria da Universidade.⁴

Os cursos da Universidade Volante eram divididos em duas categorias: livres, com acesso de qualquer interessado e; seletivo, onde somente poderiam participar um público específico.

As inscrições eram feitas gratuitamente, sempre na Prefeitura do município vinculado àquela região, e para os inscritos que freqüentassem, no mínimo, 2/3 das aulas eram entregues Certificados Especiais.

A primeira Universidade Volante aconteceu em Ponta Grossa, em 1961, “e foi tal a expectativa criada que o presidente Jânio Quadros lá esteve para estimular a iniciativa” (GURGEL, 1986, p. 58). Contou no total com 5 temas, 37 cursos, 60 professores e 4.500 alunos inscritos.⁵

⁴ BAYER, Germano. **VII Universidade Volante da Universidade Federal do Paraná – Paranavaí**. Disponível em http://www.germanobayer.pro.br/projetos/1_Cinquentenario_3.pdf. Acesso em 27/01/2009.

⁵ Idem.

Pelo menos outras seis edições foram realizadas da Universidade Volante: 1962, em Londrina; 1963, em Maringá; 1964, em Jacarezinho; 1965, em Paranaguá; 1968, em Cascavel; 1969, em Paranavaí⁶.

Quadro 1: Síntese dos resultados da Universidade Volante

	Temas	Cursos	Conferências ou atividades extra	Professores participantes	Alunos inscritos
Londrina	22	37	9	106	13000
Maringá	12	28	4	116	23631
Jacarezinho	6	17	-	33	6860
Paranaguá	7	19	-	31	3630
Cascavel	12	54	-	112	8638
Paranavaí	13	54	-	112	18754

Fonte: BAYER, Germano. VII Universidade Volante da Universidade Federal do Paraná – Paranavaí. Disponível em http://www.germanobayer.pro.br/projetos/1_Cinquentenario_3.pdf. Acesso em 27/01/2009.

Considerando a importância que estas atividades tiveram naquelas localidades, Gurgel (1986, p. 58, 59) afirma que a Universidade Volante influenciou, posteriormente, a criação das Universidades Estaduais de Ponta Grossa, Maringá e Londrina.

Como podemos ver, os cursos, conferências e outras atividades desenvolvidas pela Universidade Volante eram demandadas pela própria região, pois esta era consultada pela Universidade. Sendo assim, as atividades desenvolvidas eram as mais variadas possíveis e alcançaram uma população bastante diversificada. Nas sete regiões onde foram desenvolvidas as atividades, participaram inúmeros municípios e um total de 79.013 alunos inscritos. Enfim, podemos afirmar que o objetivo a que a UFPR se colocou, que era levar a Universidade “ao povo e traze-lo ao seu convívio” (GURGEL, 1986, p. 59) ela atingiu neste período. Se tornando, inclusive, uma referência para outros projetos de âmbito nacional, como é o caso do Projeto Rondon.

A criação do Projeto Rondon, segundo Sousa (2000, p. 61), “vai caracterizar a forma ideal como estava sendo concebida a Extensão Universitária

⁶ Idem.

naquele momento político”. Sua criação, idéia do Professor Wilson Choeri, ocorreu em 1967 e foi instituído de forma permanente pelo Decreto nº 62.927, de 28 de julho de 1968, como Grupo de Trabalho “Projeto Rondon”. Em 6 de novembro de 1970, por meio do Decreto nº 67.505 passou a ser chamado unicamente de Projeto Rondon e funcionava como um órgão autônomo, de Administração Direta, ligado ao Ministério do Interior, MINTER. Mais tarde, em 15 de dezembro de 1975, foi transformado em Fundação Projeto Rondon pela Lei nº 6.310.

O Projeto Rondon nasce num período da história brasileira de crises e de mudanças nos rumos da nação. “Essas mudanças estavam sendo dirigidas por um Estado não-democrático, que pretendia manter sob controle todos os seus aparelhos” (SOUSA, 2000, p. 61). Ao Projeto Rondon, desde o seu início, colocasse o desafio de influenciar a Universidade para que esta se adeque ao processo de desenvolvimento que se pretendia instaurar.

Naquele momento político, portanto, “cuidar da educação do país era um assunto de segurança nacional” (SOUSA, 2000, p. 62), sendo assim é compreensível verificar que o projeto foi executado fora do âmbito da educação.

A concepção do Projeto Rondon deu-se a partir do I Seminário sobre Educação e Segurança Nacional, em outubro e novembro de 1966. Participaram deste Seminário professores, militares e um grupo de docentes da Universidade do Estado da Guanabara, hoje Universidade Estadual do Rio de Janeiro, UERJ. O fato do Projeto Rondon ter ficado sob os cuidados do Ministério do Interior gerou críticas especialmente de pessoas ligadas ao Ministério da Educação.

Sousa (2000, p. 61) ressalta o discurso do MINTER, demonstrando a percepção do Ministério para a integração da Universidade na comunidade:

busca viabilizar a integração da Universidade na comunidade, mediante a participação crescente do jovem universitário e da comunidade nacional como um todo desse processo. (...) se apresente não só como uma força inovadora e integradora da Universidade à realidade do País, mas também como peça estratégia da reforma universitária brasileira.

Todas as ações desenvolvidas pelo Projeto Rondon estão pautadas no documento “Projeto Rondon e sua dimensão atual”, expedido pelo MINTER (1974), cujo pensamento pode ser sintetizado em um “decálogo de princípios”:

- I. conhecimento da realidade nacional;
- II. participação da juventude no processo de desenvolvimento nacional;
- III. participação da Universidade no desenvolvimento nacional;
- IV. interiorização da Universidade;
- V. prestação de serviços aos órgãos públicos;
- VI. participação ativa e consciente da comunidade no processo de desenvolvimento;
- VII. integração nacional;
- VIII. interiorização e fixação de mão-de-obra;
- IX. adequação da profissão às realidades e exigências do mercado de trabalho;
- X. preparação do universitário para o exercício consciente da cidadania, com fundamento nos princípios que aprimoram o caráter e asseguram a prevalência dos valores espirituais e morais. (SOUSA, 2000, p. 63).

Além disso, as viagens para áreas distantes do país eram usadas como atrativos para a participação dos discentes sendo, segundo Sousa (2000, p. 64), uma

[...] forma de retirar os estudantes dos centros urbanos e assim dispersar ainda mais o Movimento Estudantil, que já se encontrava enfraquecido pelas lutas de uma sobrevivência clandestina.

O projeto, embora tenha sido copiado em parte de organizações estrangeiras⁷, em parte do Movimento Estudantil Brasileiro, mas principalmente, em parte da Universidade Volante da UFPR,

não podemos afirmar, neste contexto, que se tratava de uma prática de Extensão Universitária, pois não estava diretamente relacionado às questões universitárias e nem foi resultado de iniciativa da Universidade. A Universidade foi somente uma instituição participante. Foi criado fora dela e permanecia sob a gerência do Ministério do Interior. (SOUSA, 2000, p. 64).

É importante destacar que Sousa, na citação acima, está avaliando o Projeto Rondon na concepção de extensão de hoje, início do século XXI. Pois naquele momento, apesar de todas as discussões que possam decorrer disso, o Rondon foi muito importante para as IES e para a extensão universitária.

⁷ “A idéia da criação do Projeto não é originalmente nacional, mas importa exemplos de experiências que já se desenvolviam em outros países. A origem dos ‘serviços de desenvolvimento’ aconteceu na Inglaterra (1958), com o surgimento do *Voluntary Service Overseas*. Sua finalidade era promover a cooperação com as nações subdesenvolvidas do Terceiro Mundo. A partir dessa experiência, surgiram outros serviços similares nos Estados Unidos da América do Norte, Áustria, Alemanha, Bélgica, França, Itália, Suécia e Suíça. No caso da América Latina e da África, os programas que surgiram se diferenciavam por objetivarem canalizar a ‘energia jovem’ para causas nacionalistas. (SOUSA, 2000, p. 62).

Apesar de o Projeto Rondon não se vincular diretamente ao sistema educacional, abriu espaços em suas operações nacionais, regionais e especiais, que permitiram às universidades o exercício de ações extensionistas, representando, portanto, um mecanismo de apoio à extensão universitária. (GURGEL, 1986, p. 120).

O Projeto Rondon refletia a concepção extensionista no Brasil (perspectiva da prestação de serviços), a partir da dispersão do Movimento Estudantil, e vai predominar no interior das IES por longa data, estando presente, até hoje, na extensão universitária uma vertente para a prestação de serviços.

É importante ressaltar que um dos resultados da atuação do Projeto Rondon foi a criação do Programa dos *Campi* Avançados⁸, programa este que foi disseminado em todo o território nacional.

Outra atividade extensionista que é importante destacar são os Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária, CRUTAC. O CRUTAC surgiu por iniciativa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, se mantendo, portanto, no âmbito das IES, em certa medida, como respostas às críticas que elas próprias tinham da atuação do Projeto Rondon. Dentre os principais objetivos do CRUTAC, merecem destaque o treinamento de estudantes nas suas respectivas áreas e a assistência às comunidades rurais, principalmente assistência na área da saúde.

O CRUTAC foi uma iniciativa da UFRN que germinou em todo o território nacional, chegando a existirem 22 CRUTAC em todo o país. As IES estavam envolvidas diretamente no seu funcionamento, tanto em nível de traçar estratégias quanto de executá-las, conforme seus propósitos. Apesar disso, não se pode afirmar que não sofresse também das influências do projeto desenvolvimentista do governo. Muito pelo contrário, buscava justamente reforçar estas idéias. (SOUSA, 2000, p. 95).

Tendo em vista a importância do CRUTAC e a relevância das atividades desenvolvidas, o governo federal cria dentro de suas estruturas a Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária, CINCRUTAC.

⁸ “A partir de 1969, começou a ocorrer uma integração entre o Projeto Rondon e as Universidades, deixando de ser o contato unicamente através dos universitários. Isso aconteceu a partir da instalação dos *Campi* Avançados, que eram então assumidos pelas Universidades. Tratava-se do quarto programa de ação que o Rondon instalava. A idéia era que a Universidade, ao implantar o seu Campus Avançado, estaria penetrando no interior do país, interiorizando-se e integrando-se com as comunidades, de tal forma que poderia assim contribuir para o ‘desenvolvimento integral do homem brasileiro’ (Brasil, MINTER, 1974:64).” (SOUSA, 2000, p. 66, 67).

A comissão coordenadora foi constituída com a previsão de participação de representantes do Ministério da Educação e Cultura, Ministério do Interior, Ministério da Agricultura, Ministério da Saúde e Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. (GURGEL, 1986, p. 102).

No entanto, o trabalho da CINCRUTAC ficou restrito ao seu Coordenador, o Professor Onofre Lopes. O Professor Onofre foi o proponente do projeto original do CRUTAC-RN quando de sua passagem como Reitor da UFRN.

O CINCRUTAC acabou sendo precursor da criação da Coordenação de Atividades de Extensão, CODAE. A CODAE foi a “materialização da idéia de constituição de uma instituição coordenadora nacional de extensão universitária no MEC” (GURGEL, 1986, p. 137). A proposição feita, em 1975, por uma Comissão Mista MEC/MINTER levava o MEC a assumir uma função específica de institucionalizar e incorporar, dentro da estrutura ministerial, a extensão como função da universidade (SOUSA, 2000). Ficou sob responsabilidade da CODAE, inclusive, assumir a coordenação de outras estruturas já existentes como o Projeto Rondon e o CINCRUTAC.

No entanto, a Coordenação foi extinta em 1979, mas, por consequência da criação da CODAE, as Universidades já haviam criado estruturas administrativas, implicando, portanto, que a extensão estava “dentro da estrutura da Universidade e fora do MEC” (CASTRO, 2004, p. 27).

A década de 1980,

[...] marcou o início de uma nova fase da Universidade, com a implementação de sua democratização e o fortalecimento da categoria docente, com novos posicionamentos. (SOUSA, 2000, p. 97).

Conseqüentemente, este novo momento da Universidade, influenciou profundamente nos direcionamentos da extensão universitária, pois proporcionou mais efetividade em sua institucionalização e a reformulação da concepção de extensão nas IES.

Conforme destaca Sousa (2000, p. 97): “A Extensão passou a ser buscada além de sua compreensão tradicional de disseminar conhecimentos, prestar serviços ou difundir cultura”.

De acordo com Reis, citado por Sousa (2000, p. 97), esse movimento começou a surgir a partir de 1985, “com um novo quadro de forças emergente” no

país, sendo escolhidos os dirigentes universitários pelo voto direto e, portanto, eleitos professores comprometidos em “situar a Universidade mais próxima dos anseios da população”, que começaram a surgir novas iniciativas com relação à Extensão Universitária.

O compromisso com a população passou a ser o eixo das atividades e a Extensão passou a ser entendida como articuladora do ensino e da pesquisa, ‘vinculando-as ao exercício de transformação da Sociedade’. (SOUSA, 2000, p. 97).

A Professora Maria José Féres fez parte do movimento docente que discutia o compromisso social da Universidade como uma instituição social de interesse público. Em entrevista à Dra. Ana Luiza Lima Sousa (2000, p. 97, 98), ela ressalta que se defendia a necessidade da Universidade sair dos seus próprios muros, gabinetes, de “renegar o academicismo estanque” e a produção de um “conhecimento compartimentado ao extremo”.

Para o movimento docente a relação da Universidade com a Sociedade não deveria ser um apêndice, algo eventual, mas sim uma relação que teria de se estabelecer de forma orgânica, vinculada àquilo que a Universidade faz – ensino e pesquisa. (SOUSA, 2000, p. 98).

Ressalta ainda, que o momento era propício, pois com a abertura política nas Universidades foram eleitos reitores apoiados pelo movimento docente. O que, segundo ela, justifica ter sido este um período de criação de vários fóruns, dentre eles, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, FORPROEX.

Em 1987, as IES criam o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, movimento nascido dentro do

[...] quadro de aparecimento de novas forças emergentes, de eleição de dirigentes universitários pelo voto direto, da discussão sobre o compromisso da Universidade como uma instituição de interesse público e da necessidade de romper com os muros e de resgatar a produção de conhecimento não fragmentado. (CASTRO, 2004, p. 28).

O Fórum foi criado a partir da idéia de um grupo de Pró-Reitores, representantes da militância docente, do qual faziam parte a Prof^a Maria José Féres, Pró-Reitora de Extensão da Universidade de Juiz de Fora; Wolney Garrafa, Decano de Extensão da Universidade de Brasília; Mário Pederneiras, Pró-Reitor

de Extensão da Universidade Federal do Paraná; Geraldo Guedes, da Universidade Federal de Minas Gerais. (SOUSA, 2000, p. 98).

O I Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras aconteceu no Distrito Federal, em 1987. A partir de então, o Fórum se constitui como espaço de debates sobre a extensão universitária e sobre a função da Universidade junto à sociedade. O Fórum reúne dirigentes dos setores administrativos responsáveis pela extensão em cada IES, e se constitui como o porta-voz das IES junto ao Ministério da Educação.

A concepção de extensão universitária, até este momento, estava na dependência do momento político em que se vivia e, portanto, das atividades que eram desenvolvidas em nome da extensão, sendo refém do interesse governamental. O Fórum nasce com um primeiro compromisso, o de tornar a extensão universitária conhecida, entendida e, principalmente, apresentá-la com uma conceituação que possibilitasse dar uma diretriz a sua prática.

As atividades de Extensão em nossas instituições são desconhecidas. Não se sabe reconhecer o que seja atividade de Extensão, porque também não se sabe definir o que é Extensão. (SOUSA, 2000, p. 101).

As principais preocupações do Fórum estão pautadas no conceito de extensão, institucionalização e normatização, tipologias e procedimentos, proposta de fomento para as atividades extensionistas, avaliação de suas atividades, interlocução com o ensino e a pesquisa, implementação de uma Política de Extensão por parte do Estado, dentre outros (CASTRO, 2004).

Mas, para que pudesse haver um avanço nas questões da extensão universitária, era urgente a sua conceituação, sendo assim, ela foi definida como um:

[...] processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da praxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento

acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social.⁹

É importante destacar que este conceito foi expresso no I Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e vigora até os dias atuais.

Em 1996, foi promulgada a nova Lei de Diretrizes e Bases, LDB, Lei nº 9394/96, ficando assegurado o que prevê a Constituição de 1988 em seu artigo 207:

As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1988).

Em 1998, o Fórum, em parceria com a Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação, SESu/MEC, apresenta o Plano Nacional de Extensão que “explicita as bases conceituais e políticas para o desenvolvimento da extensão” na perspectiva de uma Universidade comprometida com a “transformação da sociedade brasileira em direção à justiça, à solidariedade e à democracia” (CASTRO, 2004, p. 30).

A exemplo do que ocorreu na década de 1960, a partir da década de 1990, com a criação do FORPROEX, tem-se o aparecimento de um grande número de atividades extensionistas, desta vez em número maior e com as IES estando na vanguarda do processo. Figuram, neste momento, como principais atividades em nível nacional a Universidade Solidária, a Alfabetização Solidária e a retomada do Projeto Rondon.

Os Programas de Extensão Universitária Universidade Solidária e Alfabetização Solidária são frutos da Reforma da Aparentagem Estatal implementada pelo Governo FHC no período de 1995 a 1999. A Reforma desencadeou, dentre outras coisas, um importante momento para abrir “as portas” do Estado para a ampliação das atividades e disseminação das Organizações

⁹ FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Edição Atualizada 2000/2001. Disponível em http://proex.epm.br/projetossociais/renex/plano_nacional.htm, acesso em 10/03/09.

não-governamentais, ONGs, e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, OSCIPs.

O Programa Universidade Solidária, teve início em janeiro de 1996 e foi concebido pelo governo federal para engajar estudantes universitários em programas voltados para as comunidades carentes no País.

As ações do Programa são similares às ações do Projeto Rondon, os estudantes e professores universitários deixam suas cidades nas férias de verão e passam três semanas em contato com populações residentes em localidades do interior e extremamente pobres.

Os grandes objetivos, portanto, do Universidade Solidária são: a mobilização dos estudantes e professores para a participação voluntária e solidária em ações de combate à pobreza e à exclusão social; o estímulo a participação da sociedade em ações que valorizem o sentido da cidadania, promovam melhor qualidade de vida e articulação entre atores do Estado e da sociedade como um todo, para ações solidárias de enfrentamento dos problemas sociais da população brasileira.

Para o cumprimento dos objetivos, tendo em vista o fortalecimento das comunidades de atuação, as equipes, formadas por 10 estudantes e um professor-coordenador, atuavam de forma a privilegiar a informação e o debate como meio de educar para o exercício da cidadania, visando à melhoria das condições de vida da população. Os estudantes e as universidades não são orientados a realizar ações de intervenção ou atendimento direto à população, embora possam fazê-lo, se desejarem. Cada equipe vai a um município, munida de um kit de trabalho (programas de vídeo, rádio e material impresso) de conteúdo educacional e cultural.

A participação das universidades segue o princípio da adesão voluntária, sendo estas mobilizadas e desafiadas a atuarem no Programa pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras.¹⁰

A Alfabetização Solidária, ALFASOL, é uma atividade que acabou se configurando como uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos e de utilidade pública. Ela adota um modelo simples de alfabetização inicial, inovador e

¹⁰ BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. **Programa Universidade Solidária**. Disponível em <http://www.mre.gov.br/dc/textos/revista2-mat12.pdf>, acesso em 09/02/2009.

de baixo custo, baseado no sistema de parcerias com os diversos setores da sociedade.

A ALFASOL¹¹ iniciou suas atividades em janeiro de 1997 objetivando a redução dos altos índices de analfabetismo no país (da ordem de 13,6 % segundo o censo de 2000 do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e pelo fortalecimento da oferta pública de Educação de Jovens e Adultos, EJA, no Brasil. Além disso, constam como objetivos do Programa:

(i) desenvolvimento e consolidação da consciência de cidadania, recuperando e integrando a grande parte da população excluída da sociedade instruída; (ii) fomentar parcerias com universidades e municípios no processo de avaliação de Projeto; (iii) planejar, supervisionar e disseminar as atividades do projeto implementado com as universidades, municípios e empresas privadas; (iv) co-associar e integrar, tanto quanto possível, iniciativas e ações para a inclusão e continuidade dos estudos desses estudantes recém instruídos, no âmbito da educação básica regular para jovens e adultos, o chamado supletivo.¹²

A participação da Universidade no Programa torna-se indispensável. Somente em 2008 a ALFASOL contou com 76 Instituições de Ensino Superior parceiras, além de 150 empresas e instituições governamentais. Até o final de 2008, a ALFASOL registrou o atendimento de 5,4 milhões de alunos em 2.116 municípios brasileiros e a capacitação de 249 mil alfabetizadores.

As atividades das IES estão, basicamente, pautadas no treinamento e capacitação dos alfabetizadores e coordenadores do Programa nos municípios; acompanhamento e avaliação da aprendizagem nas localidades onde funcionam as salas do Curso de Alfabetização; capacitação continuada dos alfabetizadores dos municípios atendidos.¹³

A retomada do Projeto Rondon originou-se de solicitação encaminhada pela União Nacional de Estudantes, UNE, ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em novembro de 2003. Para viabilizar a proposta apresentada, foi criado, em março de 2004, um Grupo de Trabalho Interministerial, que

¹¹ ALFASOL. **Alfabetização Solidária**. Disponível em http://www.alfabetizacao.org.br/aapas_site/asalfasolanos.asp, acesso em 09/02/2009.

¹² UNESCO. Relativo ao Programa de Alfabetização Solidária. Disponível em <http://www.brasilia.unesco.org/areas/educacao/areastematicas/alfabeteja/relaprogalfasolid>, acesso em 09/02/2009.

¹³ FAFIUV. **Alfabetização Solidária**. Disponível em <http://www.fafiuv.br/alfabetizacao.php>, acesso em 09/02/2009.

estabeleceu as diretrizes e objetivos do Projeto e definiu a sistemática de trabalho a ser adotada na sua execução.¹⁴

O Projeto Rondon foi relançado em 19 de janeiro de 2005, em Tabatinga (AM), e suas ações são orientadas pelo Comitê de Orientação e Supervisão, COS, criado por Decreto Presidencial de 14 de janeiro de 2005. O COS é constituído por representantes dos Ministérios da Defesa, que o preside, do Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Educação, Esporte, Integração Nacional, Meio Ambiente, Saúde e da Secretaria-Geral da Presidência da República.¹⁵

Um das mudanças importantes, em relação ao projeto iniciado na década de 1960, é que desta vez a inscrição fica a cargo das instituições de ensino, que necessitam demonstrar excelência acadêmica para serem selecionadas. Na edição anterior o estudante fazia a inscrição e aguardava a seleção.¹⁶ Hoje, quem deve selecionar os alunos participantes, bem como responde em última instância pelo projeto selecionado são as IES.

A condução política e as definições estratégicas do projeto permanecem como na edição do período militar, sendo de responsabilidade do Ministério da Defesa. No entanto, a supervisão e avaliação acadêmicas das ações, bem como a articulação com as instituições de ensino superior, são realizadas pelo MEC. Além dos recursos governamentais, o projeto conta com investimentos da iniciativa privada. Na Amazônia, terá o apoio da Superintendência da Zona Franca de Manaus, SUFRAMA, Sistema de Proteção da Amazônia, SIPAM, Governo do Estado e prefeituras.¹⁷

No Estado do Paraná, o governo tem fomentado de forma significativa a atuação da Extensão Universitária no início do século XXI, principalmente a partir do atual governo, propondo a implementação de diversas atividades. As principais atividades, ainda em vigor, planejadas e coordenadas no âmbito do Governo Estadual com trânsito diário e presença marcante no interior das Universidades e

¹⁴ BRASIL, Ministério da Defesa. **O Projeto Rondon hoje**. Disponível em https://www.defesa.gov.br/projeto_rondon, acesso em 09/02/2009.

¹⁵ Idem.

¹⁶ BRASIL, Ministério da Educação. NUPRON – Núcleo de Atividades do Projeto Rondon. **Histórico**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/sesu/index.php?option=content&task=view&id=441&Itemid=303>, acesso em 09/02/2009.

¹⁷ Idem.

Faculdades do Estado são os Programas de Desenvolvimento Educacional e Universidade Sem Fronteiras.

Para o Programa Universidade Sem Fronteiras, USF, elaborado e desenvolvido pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, SETI, do Paraná, foram investidos, no período de outubro de 2007 a setembro de 2008, R\$ 10.288.392,00¹⁸.

Com início em outubro de 2007 o Programa conta com

[...] equipes multidisciplinares compostas por educadores, profissionais recém-formados e estudantes das universidades e faculdades públicas do Estado do Paraná, trabalham em centenas de projetos, presentes hoje, em mais de 200 municípios.¹⁹

O critério fundamental que orienta a proposição e seleção dos projetos, é o seu desenvolvimento nos municípios “socialmente mais críticos”, identificados pelo Índice de Desenvolvimento Humano, IDH.

O USF é dividido em subprogramas, com pontos de conexão entre si, quais sejam: Incubadora dos Direitos Sociais, Apoio às Licenciaturas, Apoio à Agricultura Familiar, Apoio à Pecuária Leiteira, Apoio à Produção Agroecológica Familiar, Diálogos Culturais e Extensão Tecnológica Empresarial. Conforme defende a SETI,

Assim, a geração de emprego e renda, a educação e as efetividades dos direitos sociais são trabalhadas de forma integrada, provocando mudanças tanto no interior das Instituições participantes quanto nas respectivas localidades de trabalho dos projetos.²⁰

O Programa de Desenvolvimento Educacional, PDE²¹, iniciou suas atividades em março de 2007. O Programa foi criado pelo Governo do Estado do Paraná e sua execução e planejamento são de responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação, SEED em parceria com a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, SETI e as Universidades (Estaduais e Federais) e Faculdades Estaduais.

¹⁸ SETI. Universidade Sem Fronteiras. **Programa e objetivos**. Disponível em <http://www.seti.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=27>, acesso em 09/02/2009.

¹⁹ SETI. Universidade Sem Fronteiras. **Programa e objetivos**. Disponível em <http://www.seti.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=27>, acesso em 09/02/2009.

²⁰ Idem.

²¹ PDE. **Programa de Desenvolvimento Educacional**. Disponível em <http://www.pde.pr.gov.br>, acesso em 09/02/2009.

O PDE tem como objetivo geral promover a atualização, aperfeiçoamento e formação continuada de professores da rede pública de ensino do Paraná, através de subsídios teórico-práticos sob a orientação de professores do quadro docente das IES envolvidas. Outras metas a serem atingidas que merecem destaque: instigar os professores da Educação Básica a desenvolver ações intervencionistas e inovadoras em seus ambientes escolares e instituir uma dinâmica permanente de reflexão, discussão e construção do conhecimento.

O Programa é desenvolvido, por dois anos com cada turma selecionada, conforme calendário estabelecido entre a Coordenação Geral da SEED e a Coordenação nas IES. Cabe ao Professor da educação básica, participante do Programa, elaborar um plano de trabalho que contemple as atividades previstas no calendário citado. Dentre as atividades previstas destacam-se: encontros de orientação, encontros de áreas, cursos gerais, ou seja, com temas que abordem questões metodológicas e pedagógicas e cursos específicos, voltados para as áreas de conhecimento atendidas no programa, ofertados pela Coordenação PDE de cada IES; seminários gerais, ofertados pela Coordenação Estadual; elaboração de material didático por parte dos Professores PDE e Orientadores; grupo de trabalho em rede; implementação da proposta de intervenção na escola; elaboração do trabalho final; seminário de socialização.

Outro fator inovador do PDE é o fato de que o professor da educação básica, participante do Programa, é dispensado de suas atividades em 100% do tempo no primeiro ano e 25% no segundo. Com exceção do professor PDE com titulação, mestrado ou doutorado, que no segundo ano retorna integralmente à sua escola de origem.

A história da extensão universitária no Brasil nos mostra que a sua construção é inacabada, nos mostra que a extensão sofre modificações de acordo com o momento político, social, econômico e cultural que vive o país e a região de cada Instituição.

Essa história nos remete ao fato de que as circunstâncias regionais e nacional confluem para a definição do que se espera da universidade e da extensão.

A expectativa que gira em torno da extensão, muitas vezes, é sistematizada por meio de atos oficiais, atos que visam regular, normatizar e

incentivar a prática da extensão universitária na universidade e nas comunidades. Entretanto, nem sempre refletem aquilo que é possível e coerente à realidade da universidade.

3. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL: LEIS E DOCUMENTOS

Além de compreender seu percurso histórico do ponto de vista das atividades desenvolvidas, no interior das IES, do movimento estudantil, do governo. É necessário compreender, da extensão universitária, seu percurso histórico do ponto de vista legal, ou seja, o que da extensão foi escrito nas leis, decretos e documentos para normatizar, instruir e estimular a prática extensionista no Brasil?

Para isso, vamos nos utilizar do Decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931, que institui o Estatuto das Universidades Brasileiras, das nossas Leis de Diretrizes e Bases da Educação, LDB's, desde a primeira, Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, passando pela Reforma de 1968, até a vigente, Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Além de utilizarmos dos documentos emitidos primeiramente pelo governo militar via Coordenação de Atividades de Extensão, CODAE, e, em seguida, pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, com especial destaque ao Plano Nacional de Extensão Universitária.

Os documentos oficiais que abordam a extensão universitária, tanto os de âmbito geral, quanto os específicos, refletem as influências daquele momento político em que elas são homologadas, são resultados dos embates políticos e, principalmente, para a extensão universitária, refletem a concepção oficial que se apresentou. Diante disso demonstram o que se espera da Universidade na sua atuação junto à comunidade.

3.1 As Leis

Em 1924, foi fundada a Associação Brasileira de Educação, ABE²², congregando os educadores do Rio de Janeiro. O objetivo deste movimento de

²² "Associação Brasileira de Educação, instituição fundada em 15 de outubro de 1924 por Heitor Lyra da Silva. Com sede na Cidade do Rio de Janeiro, é uma Sociedade civil, sem finalidade lucrativa, de Utilidade Pública (Federal e Estadual) apartidária e pluralista." A ABE permanece viva até os dias atuais, mantendo seus objetivos, no entanto, ampliando sua abrangência, pois congrega "educadores, professores, pessoas físicas e jurídicas interessadas no estudo e no debate de assuntos ligados à Educação e à Cultura." (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.abe1924.org.br>>. Acesso em: 11/dezembro/2007).

reforma educacional, em princípio na capital do país, “era aquela ‘educação universal’ a que se refere J. Dewey e que põe ao alcance de todos as suas vantagens” (AZEVEDO, 1976, p. 165).

A Revolução de 30 foi essencial na disseminação das idéias reformadoras da educação pois, apesar de não contar com diretrizes uniformes, tendo sido resultado da aliança de grupos políticos de várias tendências, trouxe conseqüências importantes no domínio da cultura e educação nacionais.

Intensificando a mobilidade social ou, por outras palavras, a migração de pessoas, como de idéias e de traços culturais, de um grupo ou de uma classe social para outra, e elevando ao poder ‘homens novos’, nem sempre com idéias firmes, mas com menos compromissos, trouxe, entre outras conseqüências, uma rápida mudança social, a desintegração dos costumes tradicionais do velho padrão cultural e maior complexidade nas relações sociais; e, rompendo as linhas da clivagem social entre os vários grupos e classes, contribuiu poderosamente não só para uma ‘democratização’ mais profunda como também para uma intensidade maior de trocas econômicas e culturais. (AZEVEDO, 1976, p. 167).

Não foi efetivamente a Revolução de 30 que iniciou, ou objetivou a reforma da educação, mas esta proporcionou o seu desenvolvimento.

Surge, neste momento, portanto, um ambiente muito profícuo à execução e implementação de aspirações culturais “como a criação de um Ministério de Educação, a reorganização do ensino secundário e superior e a instituição de universidades” (AZEVEDO, 1976, p. 169).

Sendo assim, em apenas 15 dias como chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas cria o Ministério de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública e em 18 de novembro de 1930 empossa Francisco Campos, “eminente reformador do ensino primário e normal de Minas Gerais”, como Ministro deste que tinha como pressuposto apenas ser o Ministério para responder a pressão do momento, mas que se tornou um dos “mais importantes no governo revolucionário”. (AZEVEDO, 1976, p. 169).

A primeira reforma que empreendeu o novo Ministro e, sem dúvida, a de maior alcance entre todas as que se realizaram, nesse domínio, em mais de quarenta anos de regime republicano, foi a do ensino superior, que Francisco Campos reorganizou em novas bases e com grande segurança e largueza de vistas. (AZEVEDO, 1976, p. 169)

A essência dessa reforma foi o Estatuto das Universidades Brasileiras, constituído pelo Decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931, do Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil.

O Estatuto estabelecia o regime universitário como forma de organização do ensino superior, realçando as duas funções da universidade moderna, ensino e pesquisa. Sem, no entanto, conforme Fagundes (1986, p. 47), efetivar estas funções ficando restrita apenas à formação profissional. Além dessas duas funções, o Estatuto faz a primeira referência legal à extensão universitária brasileira.

Na Exposição de Motivos da Reforma Francisco Campos, de 2 de abril de 1931, a extensão universitária é assim concebida:

A extensão universitária se destina a dilatar os benefícios da atmosfera da Universidade, dando, assim, maior amplitude e mais larga ressonância às atividades universitárias, que concorrerão, de modo eficaz, para elevar o nível da cultura geral do povo, integrando, assim, a Universidade na grande função educativa que lhe compete no panorama da vida contemporânea, função que só ela justifica ampla e cabalmente, o sistema de organização do ensino sobre base universitária. (Francisco Campos *apud* Fagundes, 1986, p. 47).

A extensão é vista, nesta concepção, como elevação educacional. A universidade passa a ser vista como aquela instituição potencializadora da relação transformadora entre universidade e sociedade.

No corpo do Estatuto das Universidades Brasileiras, existem referências em relação à extensão universitária em cinco de seus artigos. Primeiramente quando apresenta as atribuições do Conselho Universitário, art. 23, XVII, “organizar, de acordo com proposta dos institutos da Universidade, os cursos e conferências de extensão universitária;”²³.

No artigo 35 o Estatuto aborda quais são os tipos de cursos que são desenvolvidos nos institutos de ensino profissional superior: cursos normais, equiparados, de aperfeiçoamento, de especialização, livres e de extensão universitária. Ressalta que os cursos de extensão universitária, alínea f, são

²³ BRASIL. Decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931. Dispõe que, o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Senado Federal, Subsecretaria de Informações, Rio de Janeiro, 11 de abril de 1931.

“destinados a prolongar, em benefício coletivo, a atividade técnica e científica dos institutos universitários.”.

Já no artigo 42 é expressa a forma como a extensão universitária deveria se processar e logo no §1º são expostos os seus objetivos:

Art. 42. A extensão universitária será efetivada por meio de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário, uns e outras organizados pelos diversos institutos da Universidade, com prévia autorização do Conselho Universitário.

§ 1º Os cursos e conferências, de que trata este artigo, destinam-se principalmente à difusão de conhecimentos úteis à vida individual ou coletiva, à solução de problemas sociais ou à propagação de idéias e princípios que salvaguardem os altos interesses nacionais.

§ 2º Estes cursos e conferências poderão ser realizados por qualquer instituto universitário em outros institutos de ensino técnico ou superior, de ensino secundário ou primário ou em condições que os façam acessíveis ao grande público.

O artigo 99 descreve as quatro organizações fundamentais da vida social universitária: associações de classe, constituídas pelos corpos docentes e discentes dos institutos universitários; congressos universitários de dois em dois anos; extensão universitária e; museu social. Os artigos que se seguem, ou seja, até o 110, explicam o 99. Encontramos, portanto, no artigo 109 uma explicação da extensão universitária como organização fundamental da vida social universitária, assim como, um complemento àquela extensão apregoada no artigo 42.

Art. 109. A extensão universitária destina-se à difusão de conhecimentos, filosóficos, artísticos, literários e científicos, em benefício do aperfeiçoamento individual e coletivo.

§ 1º De acordo com os fins acima referidos, a extensão universitária será realizada por meio de cursos intra e extra-universitários, de conferências de propaganda e ainda de demonstrações práticas que se façam indicadas.

§ 2º Caberá ao Conselho Universitário, em entendimento com os Conselhos técnico-administrativos dos diversos institutos, efetivar pelos meios convenientes a extensão universitária.

O Estatuto das Universidades Brasileiras foi, sem sombra de dúvidas, um grande marco no Ensino Superior Brasileiro, questionável em muitos aspectos, importante em outros. No que compete à extensão universitária o Estatuto apresentou-se bastante restrito, concebendo a extensão apenas como cursos e conferências, excluindo outras atividades que já ocorriam no mesmo período.

Fagundes (1986, p. 48) define que a extensão do Estatuto é

[...] pensada como portadora de soluções para os problemas sociais e como veículo de 'idéias e princípios', pautados nos 'autos interesses nacionais', aos quais devem subordinar-se as aspirações e necessidades da sociedade como um todo. Nestas formulações, os interesses nacionais encobrem e, ao mesmo tempo, identificam-se com os interesses da classe hegemônica, que serve-se da educação para interiorizar seus valores nas classes subalternas.

Mas, de qualquer forma, este decreto foi importantíssimo para a extensão universitária, pois, pela primeira vez a extensão é reconhecida, discutida e apresentada de forma institucional e legal.

O projeto de criação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB, embora tivesse sido encaminhado à Câmara Federal em 29 de outubro de 1948, somente em 29 de maio de 1957 iniciou a discussão, naquela Casa do Congresso do Projeto das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (SAVIANI, 1997). A Lei veio a ser promulgada, somente em 20 de dezembro de 1961, sob o número 4.024.

Todo este trâmite foi demasiadamente moroso, principalmente porque haviam grupos concorrentes nas definições da política educacional brasileira. Dentre as principais disputas estava a centralização ou descentralização dos sistemas de ensino. De tudo isso, pode-se concluir que, conforme Saviani (1997, p. 18):

[...]o texto convertido em lei representou uma 'solução de compromisso' entre as principais correntes em disputa. Prevaleceu, portanto, a estratégia da conciliação.

Do ponto de vista da organização do ensino a LDB manteve, no fundamental, "a estrutura em vigor decorrente das reformas Capanema, flexibilizando-a, porém."²⁴.

A extensão universitária é citada uma única vez na Lei, quando diz, no artigo 69, que nos estabelecimentos de ensino superior podem ser ministrados cursos:

²⁴ As "Reformas Capanema" ficaram assim conhecidas por serem as leis orgânicas do ensino elaboradas pelo Ministro da Educação Gustavo Capanema, "implantando-as através de uma série de Decretos-Leis baixados entre 1942 e 1946". Foram promulgadas as leis do ensino secundário, industrial, comercial, agrícola, primário e normal, além disso durante a mesma "Reforma" foram criados o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, SENAI, e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, SENAC. (SAVIANI, 1997, p. 10).

c) de especialização, aperfeiçoamento e extensão, ou quaisquer outros, a juízo do respectivo instituto de ensino abertos a candidatos com o preparo e os requisitos que vierem a ser exigidos.

Sendo assim, verificamos que a extensão institucionalizada

[...] reduz-se ainda mais a cursos ministrados por docentes e dirigidos, de modo geral, a uma clientela já ligada às universidades, seja freqüentando seus cursos regulares ou portadores de diplomas universitários. (NOGUEIRA, 2005, p. 20).

A concepção identificada na Lei demonstra que não há nada novo no que diz respeito a extensão universitária. As atividades extensionistas, na letra da lei, ficam restritas a cursos e conferências a exemplo do que ocorria com as Universidades Populares, como vimos no início do século. A Lei, portanto, apenas institucionaliza as atividades que ocorriam no Brasil a partir de 1912, cujo principal exemplo foi a Universidade Livre de São Paulo.

É importante ressaltar, no entanto, que a concepção tratada na LDB de 1961 é diferente do que acontecia em muitas universidades e no interior do movimento estudantil (CASTRO, 2004, p. 22). Nestes havia um engajamento no movimento de cultura popular, serviço de extensão cultural e alfabetização de adultos. A ênfase estava no comprometimento da Universidade com as classes populares.

O Golpe Militar de 1964 foi considerando necessário

pelos setores economicamente dominantes para garantir a continuidade da ordem socioeconômica que se acreditava ameaçada pelo grupo que então exercia o poder político formal, apoiado numa crescente mobilização popular alimentada pela ideologia do nacionalismo desenvolvimentista. (SAVIANI, 1997, p. 21).

A nova situação exigia adequações no âmbito educacional, implicando alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. O Governo Militar optou por reformar a legislação em vigor, em detrimento a editar, por completo, nova lei.

Segundo, Saviani (1997, p. 21), essa opção é compreensível, pois se tratava de garantir a ordem socioeconômica, as diretrizes gerais da educação não precisavam ser alteradas, bastava “ajustar a organização do ensino ao novo quadro político”.

A reforma foi dividida conforme os graus de ensino. O ensino superior foi reformado pela Lei 5.540/68, já o ensino primário e médio (ginasial e colegial) foi alterado pela Lei 5.692/71.

O projeto da Lei da Reforma Universitária foi criado por um Grupo de Trabalho designado pelo Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva.

O decreto, publicado em 2 de julho de 1968, determinava o prazo de 30 dias para o Grupo de Trabalho apresentar a proposta de reforma universitária.

O Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, GTRU, ficou constituído pelos seguintes membros: Fernando Bastos de Ávila, Fernando Ribeiro do Val, João Lyra Filho, João Paulo dos Reis Velloso, Newton Sucupira, Roque Spencer Maciel de Barros e Valnir Chagas, aos quais se juntou posteriormente o deputado Haroldo Leon Peres. A nomeação incluía dois estudantes, João Carlos Moreira e Paulo Bouças, entretanto, os estudantes se recusaram a participar.

A insurgência dos estudantes se justifica, pois “o movimento estudantil universitário se transformara no único foco de resistência manifesta ao regime militar” (SAVIANI, 1997, p. 22). E um dos focos da resistência era a reforma universitária.

Em 1968, os estudantes decidiram fazer a reforma pelas próprias mãos, ocuparam as principais universidades e instalaram “cursos-piloto” e “comissões paritárias”, “ficando algumas escolas sob o controle dos alunos durante o mês de julho e praticamente todo o segundo semestre” (SAVIANI, 1997, p. 22).

Sendo assim, é que o governo militar, na perspectiva de “façamos a reforma antes que outros a façam”, se apressou em desencadear o processo de reforma universitária.

Em 1961, foi criado o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, IPES²⁵, por iniciativa de um grupo de empresários de São Paulo e do Rio de Janeiro. Em 1964, o IPES prepara um simpósio sobre a reforma da educação, que culmina, em 1968, em parceria com a Pontifícia Universidade Católica, PUC, do Rio de

²⁵ “Tal instituto funcionou até 1971 como um verdadeiro partido ideológico do empresariado, tendo desempenhado papel fundamental na deflagração do golpe de 1964, exercendo influência decisiva na estruturação do novo regime e na formulação de diretrizes governamentais, de modo especial nos âmbitos político e econômico.” (SAVIANI, 1997, p. 22).

Janeiro, na organização de um Fórum de Educação intitulado “A educação que nos convém”. Participaram deste Fórum dois membros do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, Fernando Bastos de Ávila e João Lyra Filho.

Portanto, ao iniciar os trabalhos, o GTRU

já dispunha de um conjunto de subsídios que vinha desde os estudos produzidos no âmbito dos Acordos MEC-USAID entre os quais se destacavam os Relatórios Atcon, Meira Matos e da Equipe de Assessoramento ao Planejamento do Ensino Superior, assim como os estudos patrocinados pelo IPES. (SAVIANI, 1997, p. 23).

O Relatório das propostas do Grupo de Trabalho foi encaminhado para uma comissão composta pelos ministros, Antonio Delfim Neto, da Fazenda, João Paulo dos Reis Velloso, do Planejamento, Luiz Antonio da Gama e Silva, da Justiça e Tarso Dutra, da Educação. Após a discussão em nível ministerial, o projeto entrou na ordem do dia do Congresso Nacional por meio de Mensagem Presidencial em regime de urgência, portanto, com prazo de 40 dias, caso o projeto não fosse apreciado neste intervalo seria aprovado por decurso de prazo.

O projeto foi apreciado por uma Comissão Mista composta por 14 parlamentares (7 senadores e 7 deputados) da Aliança Renovadora Nacional, ARENA, e 8 (4 senadores e 4 deputados) do Movimento Democrático Brasileiro, MDB²⁶. O deputado Lauro Cruz, relator do projeto, apresentou um substitutivo que foi aprovado sem alterações, cuja estrutura ficou a seguinte:

Capítulo I – Do ensino superior;

Capítulo II – Do corpo docente;

Capítulo III – Do corpo discente;

Capítulo IV – Disposições gerais;

Capítulo V – Disposições transitórias.

A Lei nº 5.540/68 foi promulgada em 28 de novembro de 1968, com diversos vetos do Presidente da República.

²⁶ A ARENA e o MDB foram criados por iniciativa do governo militar quando da extinção dos partidos que haviam anteriormente. Tal decisão ficou editada por meio do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, e definia a ARENA como partido da situação e o MDB como oposição. (SAVIANI, 1997, p. 23).

A reforma, segundo Saviani (1997, p. 24), procurou responder a duas exigências contraditórias: de um lado,

a demanda dos jovens estudantes ou postulantes a estudantes universitários e dos professores que reivindicavam a abolição da cátedra, a autonomia universitária e mais verbas e mais vagas para desenvolver pesquisas e ampliar o raio de ação da universidade;

de outro lado,

a demanda dos grupos ligados ao regime instalado com o golpe militar de 1964 que buscavam vincular mais fortemente o ensino superior aos mecanismos de mercado e ao projeto político de modernização em consonância com os requerimentos do capitalismo internacional.

Ainda, segundo Saviani (1997, p. 24), o GTRU procurou atender à primeira demanda “proclamando a indissociabilidade entre ensino e pesquisa” e “instituinto o regime universitário como forma preferencial de organização do ensino superior”. Já Gurgel (1986, p. 82, 83) ressalta que as reivindicações das lideranças estudantis representam os pontos fundamentais contidos na lei.

Comparando-se a Declaração da Bahia com o que se encontra na Lei nº 5.540, vê-se que esta incorporou daquela as seguintes propostas: estabelecimento do regime departamental; a institucionalização do regime de tempo integral e dedicação exclusiva; o fim do sistema de cátedra; a idéia da organização colegiada; a defesa do princípio da não-duplicação de meios; a institucionalização de uma carreira para o magistério; a idéia de um sistema de monitoria; a questão da importância da produção científica; as atividades extra-escolares; a afirmação dos princípios de autonomia didática, financeira e administrativa; o sistema de organização jurídica da universidade em forma de autarquias ou fundações; a institucionalização de um curso universitário desdobrado em dois ciclos, o pré-universitário (básico) e o universitário; a assistência ao estudante; a questão da extensão universitária.

A demanda dos grupos ligados ao regime militar foi atendida, segundo Saviani (1997, p. 24), com a instituição do regime de créditos, a matrícula por disciplina, os cursos de curta duração e a racionalização da estrutura e funcionamento.

A extensão universitária, de forma explícita, aparece em 4 artigos na Lei. A referência central está contida no artigo 20:

As universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos e

serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhes são inerentes.

Conforme Gurgel (1986, p. 84), o conteúdo do artigo 20 era parte de um artigo que se estabelecia a indissociabilidade do ensino e pesquisa e a opção pela universidade, em detrimento dos estabelecimentos de ensino superior isolados. Segundo ele, a separação destes conteúdos em dois artigos, 2 e 20, levou a extensão a ser interpretada como função optativa, secundária e desligada do ensino e da pesquisa.

Este artigo deixa claro a perspectiva de uma extensão prestadora de serviços, uma extensão que leva à comunidade o conhecimento pronto e acabado. Paulo Freire (1977) destaca, neste momento, o perigo de que a extensão se convertesse em instrumento de imposição cultural às comunidades de atuação.

A universidade estava sendo concebida em uma visão empresarial, portanto, segundo Gurgel (1986, p. 85), a comunidade passou a ser vista como clientela, que dispunha de recursos a serem captados pela “empresa universitária”.

Sendo assim, conclui ele:

Toda esta situação parecer ter levado a extensão a ser interpretada e vista como um instrumento ideológico de grande potencial que, além de desviar o estudante de interesses políticos ou de lutas reivindicatórias, servia como ponto básico à montagem de uma nova perspectiva de universidade, a ‘universidade-empresa’.

Complementarmente, o artigo 40 destaca a extensão como um serviço social prestado por estudantes, acentuando seu caráter de excepcionalidade. O artigo 40, alínea a, estabelece que as instituições de ensino superior:

por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento;

A reforma universitária ainda trata da extensão nos artigos 17 e 25, sendo que o primeiro se refere às modalidades de cursos que podem ser ministradas nas universidades e estabelecimentos isolados. As modalidades são: de graduação, de pós-graduação, de especialização e aperfeiçoamento, e de

extensão e outros. O artigo 25 prevê que os cursos “serão ministrados de acordo com os planos traçados e aprovados pelas universidades e pelos estabelecimentos isolados”.

A Lei 5.540/68, segundo Gurgel (1986, p. 87), apesar de todas as suas implicações e críticas que possam ser feitas, principalmente na questão da extensão universitária, “abriu espaços para novas formulações, no sentido do relacionamento entre educação e sociedade”. A extensão universitária na década de 1970 não inclui somente a “perspectiva colonizadora de levar serviços”. “Ela parece ter ido adiante, num esforço de estabelecer um processo de comunicação com as classes subalternas”.

A comunidade educacional organizada se mobilizou fortemente em prol do tratamento a ser dado à educação na Constituição Federal que estava em discussão no final da década de 1980. Tanto é que no encerramento da IV Conferência Brasileira de Educação, realizada em Goiânia em agosto de 1986, foi aprovada a “Carta de Goiânia”. Dentre outras propostas contidas no documento, previa-se a manutenção da competência da União em legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional.

Com a mobilização mantida, iniciou em 1987 o movimento em torno da elaboração das novas diretrizes e bases da educação nacional.

A pauta da Revista do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, ANDES-SN, do final de 1987 centrou a discussão na nova LDB, para tanto convidou o Prof. Dermeval Saviani para redigir um artigo. Este artigo acabou por apresentar, inclusive, uma proposta de texto para a nova LDB²⁷.

Pouco tempo depois, o deputado Octávio Elísio (PSDB-MG) apresentou à Câmara Federal o projeto de lei fixando as diretrizes e bases da educação nacional. O projeto foi composto pelo texto integral da proposta de Saviani e alguns acréscimos.

Em março de 1989, o projeto dá entrada na Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara, cujo presidente Ubiratan Aguiar (PMDB-CE) constitui um Grupo de Trabalho sob coordenação de Florestan Fernandes (PT-SP) e relatoria de Jorge Hage (PSDB-BA).

²⁷ SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

O deputado Jorge Hage apresentou um substitutivo ao projeto, que recebeu aprovação final na sessão plenária da Câmara de 13 de maio de 1993. No entanto, tramitava, paralelamente, um projeto de LDB do Senado de autoria do Senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ), em articulação com o governo Collor.

O projeto da Câmara dá entrada no Senado em 1993, e esta, como casa revisora, encaminha à Comissão de Educação, que conta, como relator, com o senador Cid Sabóia (PMDB-CE).

O senador Sabóia apresenta um novo substitutivo, no entanto, preserva a estrutura do projeto aprovado na Câmara e, segundo Saviani (1997, p. 155, 156), incorpora alguns “aspectos aceitáveis” do projeto de Darcy Ribeiro.

O projeto segue para a Comissão de Constituição e Justiça, entretanto, com as mudanças no quadro político do Congresso Nacional em 1995, foi designado como relator o senador Darcy Ribeiro.

E, como era de se esperar, Darcy Ribeiro apresenta substitutivo próprio, baseado fortemente no primeiro projeto apresentado por ele.

Após aprovado no Senado o projeto retorna à Câmara dos Deputados que, com pequenas alterações, aprova o texto final da LDB.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi promulgada, sem vetos presidenciais, em 20 de dezembro de 1996, recebendo o número 9.394.

Saviani (1997) ressalta que a Lei aprovada acabou sendo uma vitória a iniciativa privada, mas derrota a todos os envolvidos no projeto inicial da Câmara dos Deputados. Projeto, segundo ele, construído sob bases democráticas, com a participação popular, principalmente por meio do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública.

Quanto a extensão universitária, a Lei nº 9.394/96, considerando todo o contexto de sua criação, apresenta avanços significativos. Logo no primeiro artigo que trata da educação superior, está a questão central, a finalidade da educação superior.

As legislações anteriores, LDB 4024/61 e Lei 5.540/68, trazem que o objetivo do ensino superior é “a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível universitário”. Já a LDB em vigor,

por atendimento a Constituição de 1988, que determina em seu artigo 207 que as universidades “obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, apresenta, em seu artigo 43 (grifo nosso) como finalidade da educação superior:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, **e colaborar na sua formação contínua;**

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Como podemos ver a extensão universitária aparece de forma direta nos incisos VI e VII. O inciso VI retoma a universidade como prestadora de serviços à comunidade, e acrescenta que deve ser estabelecida com esta uma relação de reciprocidade, sendo assim, se aproxima do conceito do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, pois o conceito do Fórum define a extensão na perspectiva de relação dialógica entre universidade e comunidade.

O inciso VII, amplia a concepção de extensão da reforma universitária, pois destaca a participação da população, não somente como receptora, mas que

ambas, universidade e comunidade, visam à difusão das conquistas e benefícios. Atenuando, desta forma, a crítica de imposição cultural que à extensão é creditada.

A extensão está contida, ainda que de forma subentendida, nos incisos IV e II. No inciso II, porque é fácil constatar que as atividades de formação continuada, via de regra, estão vinculadas, operacional e pedagogicamente, às Pró-Reitorias de Extensão ou setores equivalentes das IES.

No inciso IV, porque é possível interpretar que uma das formas de comunicação para divulgar os conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade seja a extensão universitária. Pois, até mesmo o Professor Paulo Freire ao tratar da extensão a configura como comunicação entre a universidade e comunidade (FREIRE, 1977).

Portanto, verificamos que o fato de a extensão universitária ser citada logo no artigo inicial, das finalidades da educação superior, não é apenas estrutural, mas é fundamentalmente para ressaltar que o ensino superior, principalmente a universidade, tem por finalidade o tripé, ensino, pesquisa e extensão.

A extensão universitária consta na LDB em três outros artigos. No artigo 44, são definidos quais cursos a educação superior abrange, dentre eles, os de extensão, desde que “atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino”.

O artigo 53 assegura às universidades, entre outras atribuições: “estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão”. No mesmo artigo determina-se que cabe aos colegiados de ensino e pesquisa decidir quanto a “programação das pesquisas e das atividades de extensão”. Nota-se que há uma certa flexibilidade no entendimento de extensão universitária, pois, nas legislações anteriores, entendia-se que a extensão era desenvolvida somente por meio de cursos, conferências e serviços. A nova LDB flexibiliza definindo de modo genérico “atividades de extensão”.

Por último, o artigo 77, §2º, dispõe sobre a destinação de recursos financeiros: “As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público, inclusive mediante bolsas de estudo”.

A Lei 9.394/96 determina ainda, que (art. 87, §1º):

A União, no prazo de um ano a partir da publicação desta Lei, encaminhará, ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

Em 10 de fevereiro de 1998, o Deputado Ivan Valente apresentou no Plenário da Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 4.155, de 1998 que "aprova o Plano Nacional de Educação".

A construção deste plano atendeu aos compromissos assumidos pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, desde sua participação nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, consolidou os trabalhos do I e do II Congresso Nacional de Educação - CONED e sistematizou contribuições advindas de diferentes segmentos da sociedade civil.²⁸

Em 11 de fevereiro de 1998, o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional a Mensagem 180/98, relativa ao projeto de lei que "Institui o Plano Nacional de Educação". Iniciou sua tramitação na Câmara dos Deputados como Projeto de Lei nº 4.173, de 1998, apensado ao PL nº 4.155/98, em 13 de março de 1998.

Na Exposição de Motivos destaca o Ministro da Educação a concepção do Plano, que teve como eixos norteadores, do ponto de vista legal, a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, e a Emenda Constitucional nº 14, de 1995, que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Considerou ainda realizações anteriores, principalmente o Plano Decenal de Educação para Todos, preparado de acordo com as recomendações da reunião organizada pela UNESCO e realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1993. Além deste, os documentos resultantes de ampla mobilização regional e nacional que foram apresentados pelo Brasil nas conferências da UNESCO constituíram subsídios igualmente importantes para a preparação do documento. Várias entidades foram consultadas pelo MEC, destacando-se o Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME.²⁹

O Plano Nacional de Educação, PNE, homologado por meio da Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, foi aprovado com a seguinte estrutura:

²⁸ BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. (p. 6, 7)

²⁹ BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. (p. 7)

I – Introdução;

II – Níveis de Ensino;

A – Educação Básica;

1. Educação Infantil;
2. Ensino Fundamental;
3. Ensino Médio;

B – Educação Superior;

4. Educação Superior;

III – Modalidades de Ensino;

5. Educação de Jovens e Adultos;
6. Educação a distância e tecnologias educacionais;
7. Educação Tecnológica e Formação Profissional;
8. Educação Especial;
9. Educação Indígena;

IV – Magistério da Educação Básica;

10. Formação de Professores e Valorização do Magistério;

V – Financiamento e Gestão;

VI – Acompanhamento e avaliação do Plano.

A extensão universitária está presente no PNE, de forma explícita, nos objetivos e metas da Educação Superior (item 4). À Educação Superior são destinados 23 objetivos e metas para os dez anos de vigência do Plano, dentre eles 2 citam a extensão de forma indireta (item 7 e 22) e outros 2 (item 21 e 23) diretamente:

7. Instituir programas de fomento para que as instituições de educação superior constituam sistemas próprios e sempre que possível nacionalmente articulados, de avaliação institucional e de cursos, capazes de possibilitar a elevação dos padrões de qualidade do ensino, de extensão e no caso das universidades, também de pesquisa.

21. Garantir, nas instituições de educação superior, a oferta de cursos de extensão, para atender as necessidades da educação

continuada de adultos, com ou sem formação superior, na perspectiva de integrar o necessário esforço nacional de resgate da dívida social e educacional.

22. Garantir a criação de conselhos com a participação da comunidade e de entidades da sociedade civil organizada, para acompanhamento e controle social das atividades universitárias, com o objetivo de assegurar o retorno à sociedade dos resultados das pesquisas, do ensino e da extensão.

23. Implantar o Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior no quadriênio 2001-2004 e assegurar que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas.³⁰

Além do mais, o Plano traz, entre os objetivos e metas da Educação de Jovens e Adultos (item 5.3: 19): “Estimular as universidades e organizações não-governamentais a oferecer cursos dirigidos à terceira idade”.

A forma como a extensão universitária vem exposta nos objetivos e metas, demonstra que o PNE está muito mais organizando as atividades que já vinham em desenvolvimento no interior das IES do que propriamente projetando a extensão para o decênio de vigência do Plano. O item 23, trata da educação continuada de adultos, que, via de regra, já vinha sendo executada no âmbito da extensão. O que o Plano faz, efetivamente, é deixar claro que o atendimento a essa necessidade é feita por meio de cursos de extensão.

Quanto à terceira idade, grande parte das universidades desenvolvem programas de extensão destinados a este segmento. Estes programas iniciaram no Brasil em 1990 e são conhecidos como “Universidade Aberta à Terceira Idade”, ou simplesmente UNATI ou UATI. Algumas universidades contam ainda, com núcleos de atenção ao idoso, ou órgãos similares. Portanto, o PNE apenas ressalta a questão, no entanto, sem avançar.

O que o PNE traz de modificação, de forma significativa, está expressa no item 23 quando prevê a implantação do Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior e, sobretudo, assegura que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a

³⁰ BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. (p. 38, 39)

graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas.

O Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária, com prazo de vigência de 2001 a 2004, acabou por ser executado em algumas universidades e de modo isolado, como é o caso da Universidade Federal de Pernambuco, UFPE³¹, sendo discutido no FORPROEX somente no final de 2002.

Já o crédito em extensão de, no mínimo, 10% acaba sendo um instrumento importante de efetivação do desenvolvimento da extensão, da interlocução ensino e extensão e do fortalecimento da relação de indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão.

3.2 Os Documentos

Desde o início das atividades extensionistas no Brasil até a década de 1970 a extensão que vinha ocorrendo: envolvia estudantes universitários sem o controle do MEC; eram atividades coordenadas por outros ministérios sem a participação do MEC; ou ainda, consistiam de propostas das próprias universidades que, da mesma forma, eram realizadas sem a interferência ou anuência do MEC. Basicamente, as atividades que eram controladas e coordenadas por esse Ministério eram o CRUTAC e o Projeto de Integração Escola-Empresa-Governo.

Diante do quadro apresentado e no intento de trazer para si a competência de coordenar em nível nacional, as experiências de extensão em andamento nas instituições, uma das medidas adotadas foi a criação de uma Comissão Mista MEC/MINTER com a função de propor medidas que “integrassem e articulassem”³² os dois ministérios em torno da extensão universitária, principalmente dos programas CRUTAC e Projeto Rondon.

O relatório apresentado por essa Comissão é composto por três partes:

³¹ UFPE. **Construindo Políticas Públicas de Extensão**. Disponível em http://www.prac.ufpb.br/anais/lcbeu_anais/anais/institucionalizacao/construindo.pdf, acesso em 5 de março de 2009.

³² NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Políticas de extensão universitária brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. (p. 29).

[...] na primeira realiza-se uma discussão sobre o conceito de extensão e os pontos de relacionamento dos dois programas; apresenta-se, em seguida, uma proposta de operacionalização da extensão universitária, com vistas ao processo de desenvolvimento nacional e, por último, fazem-se algumas recomendações. (NOGUEIRA, 2005, p. 29).

A proposta de operacionalização da extensão aponta para a criação de uma Coordenação Nacional da Extensão Universitária, vinculada ao MEC, e uma Coordenação Nacional de Desenvolvimento, vinculada ao MINTER. À primeira caberia propor a política de extensão universitária nacional, à segunda propor a política de desenvolvimento relacionada à extensão universitária.

Dentre as recomendações, figura aqui, a criação dos órgãos gestores da extensão no interior das IES. As pró-reitorias, sub-reitorias, coordenadorias, superintendências, enfim, a comissão defende que para a efetiva institucionalização é necessário um órgão na estrutura da universidade.

“Apesar de não ter sido instituída formalmente, através de ato legal” (NOGUEIRA, 2005, p. 32), a Coordenação de Atividades de Extensão, CODAE, foi criada. Vinculada ao Departamento de Assuntos Universitários, DAU, a CODAE torna-se importante para o MEC, pois esse ministério “passa a ter maior responsabilidade com relação à extensão universitária assumindo a coordenação dessa atividade em nível nacional.”

Em abril de 1975, o MEC divulga o Plano de Trabalho de Extensão Universitária.

Tal plano, sob influência das discussões da Comissão Mista MEC/MINTER, dos relatórios Atcon, dos documentos do CRUB e da Lei 5.540/68, define a extensão universitária como:

[...] através da qual a Instituição de Ensino Superior estende sua área de atendimento às Organizações, outras Instituições e populações de um modo geral, delas recebem um influxo no sentido de retroalimentação dos demais componentes, ou seja, o ensino e a pesquisa. (NOGUEIRA, 2005, p. 39).³³

Esse conceito apresenta três elementos novos: a idéia de relação entre a extensão, o ensino e a pesquisa, a concepção de comunicação entre universidade e sociedade, não mais no sentido de transmissão do conhecimento,

³³ O Plano de Trabalho de Extensão Universitária está disponível, na íntegra, em: NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Políticas de extensão universitária brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. (p. 39-48).

mas de interlocução, e a previsão de estender o atendimento às Organizações e outras Instituições, que desenvolve um processo de execução de atividades por meio de convênios e parcerias.

É importante ressaltar que o Plano, especialmente na concepção de comunicação entre universidade e sociedade, foi influenciado pelas idéias de Paulo Freire, expressas especialmente no livro “Extensão ou Comunicação?”, no qual as camadas populares não são vistas como objeto que sofre a ação extensionista, mas como sujeitos da ação.

O Plano amplia o entendimento de como a extensão deveria se processar, essencialmente o entendimento exposto na Lei da reforma universitária, pois descreve que:

A extensão da universidade se processa sob a forma de cursos, serviços, difusão de resultados de pesquisas, projetos de ação comunitária, difusão cultural e outras formas de atuação exigidas pela realidade da área onde a Instituição se encontra inserida, ou exigências de ordem estratégica. (NOGUEIRA, 2005, p. 39).

O documento procura colocar os docentes atuando de forma mais efetiva na execução de atividades extensionistas, pois recomenda que tais atividades

[...] devem ser programadas em nível de Instituições de Ensino Superior, tendo como ponto de partida os Programas dos Departamentos ou Cursos, devidamente compatibilizados com os Planos, Programas ou Projetos de Instituições ou Comunidade do local onde se dá a ação extensionista. (NOGUEIRA, 2005, p. 40).

Outro fato relevante e novo contido no Plano está na importância concedida ao estágio curricular, entendido como forma de compatibilizar a política de extensão com o ensino e a pesquisa, o estágio deve ser planejado, executado, acompanhado e avaliado tendo em vista essas dimensões do fazer acadêmico. Inclusive, tal medida influencia, a partir daí, a criação de programas de bolsa-extensão nas IES.

O Plano de Trabalho de Extensão Universitária, propriamente dito, especifica três linhas de atuação:

- Coordenação, supervisão e avaliação das experiências de extensão;
- Articulação em nível de Instituições de Ensino Superior das várias experiências de extensão existentes;

- Articulação da Coordenação de Extensão com os Organismos Públicos ou Privados-Nacionais, Regionais ou Estaduais, que servem de suporte ao desenvolvimento das atividades extensionistas. (NOGUEIRA, 2005, p. 44).

Dessa forma, o MEC assume as competências de: propor a política de extensão universitária; traçar diretrizes e normas nacionais, acompanhar a execução dos trabalhos, evitando que sejam criadas distorções que possam desfigurar a própria imagem da Instituição Universitária; estimular o intercâmbio de experiências entre as várias Universidades; proporcionar condições ao maior ajustamento de experiências existentes, face ao conceito de extensão universitária. E a execução, por meio da CODAE/DAU, utiliza as seguintes formas: supervisão sistemática, com visitas regulares; avaliações periódicas das experiências; manutenção de um fluxo contínuo de informação; contatos com as IES, visando a implantação de novos Programas e Projetos.

Verifica-se incontestável o avanço que a atuação da CODAE e o Plano de Trabalho de Extensão Universitária representaram para a extensão universitária brasileira. No entanto, é necessário observar pelo menos dois aspectos: em primeiro lugar, o Plano concentra todo o controle e poder de decisão nas mãos do MEC, cabendo à universidade apenas a execução das atividades. Outro aspecto, segundo Nogueira (2005, p. 38), apesar do esforço da CODAE no sentido de reforçar a relação recíproca entre universidade e sociedade e a relação entre extensão, ensino e pesquisa, “o que se verificou na prática foi a reprodução do padrão de atuação extensionista já sedimentado nas universidades brasileiras”.

Em 1979, quando a CODAE, conforme Nogueira (2005, p. 35), “se propunha a intensificar o acompanhamento às experiências de extensão”, processa-se uma reforma administrativa no MEC. Nesse momento, a CODAE é extinta, não ficando nenhum órgão encarregado da extensão na nova estrutura.

O espaço de coordenação das atividades extensionistas em nível nacional está vago, até os dias atuais, nas estruturas do órgão que rege a educação em todos os níveis no Brasil. Sendo assim, quem se propõe a ocupar esse lugar são as próprias IES via Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, FORPROEX.

Como vimos anteriormente, o Fórum foi criado em 1987 por iniciativa dos docentes responsáveis pelas atividades extensionistas nas IES e sua atuação é

decorrente da base explicitada logo no primeiro encontro, onde apresenta a Extensão como um processo educativo, instrumento articulador do ensino e da pesquisa e como um trabalho interdisciplinar.

O FORPROEX é caracterizado como uma

[...] entidade voltada para a articulação e definição de políticas acadêmicas de extensão, comprometido com a transformação social para o pleno exercício da cidadania e o fortalecimento da democracia.³⁴

O Regimento do Fórum, editado em 2002, apresenta como objetivos:

I – propor políticas e diretrizes básicas que permitam a institucionalização, a articulação e o fortalecimento de ações comuns das Pró-Reitorias de Extensão e órgãos congêneres das Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras;

II – manter articulação permanente com representações dos dirigentes de instituições de educação superior, visando encaminhamento das questões referentes às proposições do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras;

III – manter articulação permanente com os demais Fóruns de Pró-Reitores, com o objetivo de desenvolver ações conjuntas que visem à real integração da prática acadêmica;

IV – manter articulação permanente com instituições da sociedade civil, do setor produtivo e dos poderes constituídos, com vistas à constante ampliação da inserção social das Universidades Públicas;

V – incentivar o desenvolvimento da informação, avaliação, gestão e divulgação das ações de extensão realizadas pelas Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras.³⁵

O Fórum tem uma Coordenação Nacional, composta por um presidente, um vice-presidente e cinco coordenadores regionais, que visa garantir a consecução dos objetivos acima citados.

O FORPROEX reúne-se, ordinariamente, uma vez por ano, no Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e

³⁴ FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Extensão Universitária: organização e sistematização**. Belo Horizonte: Coopmed, 2007. (p. 80).

³⁵ FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Extensão Universitária: organização e sistematização**. Belo Horizonte: Coopmed, 2007. (p. 80).

tem como princípio de organização o trabalho em rede, tendo como órgão de comunicação o portal da Rede Nacional de Extensão, RENEX³⁶.

A construção do conceito de extensão universitária defendida pelo Fórum não foi construção individual ou isolada de uma instituição ou entidade, mas foi uma construção coletiva e histórica, portanto inacabada, contempla os erros e acertos dos diversos interlocutores nos variados momentos políticos em que a extensão transitou. Sendo assim, foram, e são, recorrentes como pontos centrais nas discussões promovidas pelo Fórum temas como a concepção da extensão, a institucionalização, a extensão como prestação de serviços e o financiamento das atividades.

Quanto a concepção tem-se reafirmado, desde 1987 até os nossos dias, o papel articulador, viabilizador e instrumentalizador da extensão. Nesse papel, ela deve funcionar como articuladora entre diferentes funções acadêmicas, ou seja, intramuros, como um trabalho interdisciplinar, mas também viabilizadora da relação transformadora entre universidade e sociedade, não perdendo de vista, segundo Sousa (2000, p. 107) “o seu lugar como processo pedagógico concomitante”.

A institucionalização da extensão discutida pelo Fórum trouxe à tona o início de uma luta por espaço e, conseqüentemente, por poder dentro da universidade:

[...] um espaço que está sendo pleiteado por aqueles que, por muito tempo, têm se sentido marginalizados em suas práticas, por não se rotularem nem no ensino e nem na pesquisa, embora o próprio Fórum reconheça que a Extensão pode ser superada pela prática correta da pesquisa e do ensino. (SOUSA, 2000, p. 108).

Possivelmente, esta disputa política em torno da institucionalização da extensão apresenta-se, hoje, de forma muito mais tênue no interior das IES, contudo o fato é que há um distanciamento entre os órgãos gestores do ensino, da pesquisa e da extensão.

Outro ponto capital presente nas discussões do FORPROEX e no percurso histórico da extensão no Brasil, tem sido a prestação de serviços. Ora ela é tida como indispensável à prática universitária, ora como incoerente com essa mesma prática. Ora usada como política de governo, ora como projeto estratégico. Enfim

³⁶ <http://www.renex.org.br>.

é uma atividade controversa e em muitos casos é enquadrada como extensão por não se saber exatamente como enquadrá-la na universidade.

A proposta do Fórum foi, inicialmente, que a prestação de serviços fosse “inserida em um contexto pedagógico integrado ao processo educativo, e desenvolvida com competência técnico-científica comprometida com a realidade social” (SOUSA, 2000, p. 104). Entretanto, o Fórum acabou ampliando esse entendimento “também como venda de serviços da Universidade para a sociedade”.

A prestação de serviços acaba sendo caracterizada pelo FORPROEX, de modo genérico como

[...] a realização do trabalho oferecido ou contratado por terceiros (comunidade ou empresa), incluindo assessorias, consultorias e cooperação interinstitucional. A prestação de serviços se caracteriza pela intangibilidade, inseparabilidade e não resulta na posse de um bem.³⁷

Antes mesmo da definição acima, Sousa (2000, p. 106) apresenta sua preocupação, pois,

[...] não se percebe lucidamente nenhuma reação, por parte da Universidade, para impedir ou modificar esse tipo de relação. Não acontece às ocultas do conhecimento da academia, mas esta tem-se feito inerte, apesar de seu repúdio retórico.

E conclui,

Diante disso, podemos perceber que a venda de serviços é uma questão de principal importância na Extensão Universitária, pois pode se transformar em um problema e não mais numa possível solução. Há necessidade de definições urgentes e determinação de limites precisos, sob o risco de comprometer a Universidade pública e sua luta por autonomia.

A partir da construção do conceito sobre o que possa ser considerada atividade de extensão, e sobre o lugar que ocupam tais atividades dentro das IES, podemos discutir sobre os recursos financeiros para subsidiar tais ações.

A atuação do Fórum, no que diz respeito ao financiamento das atividades extensionistas, tem sido forte no sentido de criação e manutenção do Programa de Fomento à Extensão Universitária, PROEXTE.

³⁷ FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Sistema de Dados e Informações: Base operacional de acordo com o Plano Nacional de Extensão**. Rio de Janeiro: NAPE, UERJ, 2001. (p. 54).

A partir de 1993 iniciam as discussões para elaboração de um programa de financiamento à extensão. Em uma parceria do FORPROEX e MEC, por meio da Secretaria de Educação Superior, SESu, é instituída a Comissão de Extensão Universitária cujo objetivo foi elaborar programas específicos que definam princípios, diretrizes e formas de fomento à extensão nas IES (NOGUEIRA, 2005, p. 50).

O Programa é discutido no VII Encontro Nacional de Pró-Reitores antes de sua aprovação, demonstrando assim a sua forma democrática de construção, pois recebeu apreciação de todos os Pró-Reitores de Extensão vinculados ao Fórum.

Em uma visão clara de induzir a consolidação da extensão nas IES o Programa só financia projetos que estivessem de acordo com o conceito, os objetivos e as diretrizes traçadas no FORPROEX.

Os objetivos descritos no Programa, segundo Nogueira (2005, p. 51), estão pautados em uma extensão que deve:

[...] procurar implementar o processo de democratização do conhecimento acadêmico, estabelecer mecanismos de integração entre os saberes acadêmico e popular, de forma que a produção do conhecimento se efetive no confronto com a realidade, com permanente interação entre teoria e prática. Deve contribuir para reformular concepções e práticas curriculares e para rever o conceito de “sala de aula” para além do espaço tradicional, para qualquer lugar onde o ato de aprender ocorra, caracterizado pela interação recíproca entre professores, alunos e sociedade, dentro ou fora dos muros da universidade.

O PROEXTE estabelecia que as propostas deveriam ser apresentadas nas seguintes linhas: Programa de Bolsas de Extensão, Programa de Apoio à Produção de Informação e à Divulgação da Extensão, Programa de Apoio a Projetos de Extensão. E que cada IES deveria apresentar uma única proposta, mesmo que incluísse diversos projetos, sendo o teto para financiamento igual para todas elas.

O Programa foi executado de forma tranqüila em 1993 e 1994, no entanto, diante das mudanças no cenário político nacional decorrentes das eleições presidenciais de 1994, as IES, durante o VIII Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão, demonstram preocupação quanto à continuidade do programa.

Chegando a propor estratégias de atuação para se criar uma rubrica orçamentária do MEC especificamente para a área de extensão (NOGUEIRA, 2005, p. 56).

Como estratégia de manutenção do PROEXTE, face às modificações políticas vindouras, no final de 1994 é lançada a convocatória, para apresentação de projetos a serem executados no ano de 2005, com a união do Programa de Fomento à Extensão Universitária e o Programa de Integração da Universidade com o Ensino Fundamental. O Programa de Fomento passa a ter duas linhas de ação, respectivamente: Linha I – articulação da universidade com a sociedade, financiada com recursos da SESu/MEC e; Linha II – integração da universidade com o ensino fundamental, financiada com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, FNDE.

Como era de se esperar o ano de 1995 se caracterizou pela luta para a manutenção do Programa de Fomento. O MEC, conforme Nogueira (2005, p. 60), em julho de 1995, comunica corte de recursos para os projetos da Linha I e, em agosto, o Diretor do Departamento de Política para o Ensino Superior do SESu comunica que o FNDE não financiaria nenhum projeto de capacitação de pessoal do ensino básico, diretamente às Instituições Federais de Ensino Superior, IFES.

Diante disso, o FORPROEX entra em negociação com a Secretaria de Educação Superior, SESu, e a Secretaria de Educação Fundamental, SEF. A discussão com a SEF torna-se mais produtiva e em 1996 é apresentado o Edital de Convocatória do Programa Nacional de Extensão para 1996 destinado exclusivamente ao atendimento de:

[...] projetos relacionados com a formação de professores e produção de material didático para o Ensino Fundamental de 1ª a 4ª séries, além da educação de jovens e adultos. Tais linhas de financiamento representavam prioridades definidas pela SEF e não diretrizes do Fórum. [...] a convocatória destina-se não apenas às universidades públicas, sendo também convocadas as IES comunitárias, filantrópicas e confessionais. (NOGUEIRA, 2005, p. 62, 63).

Os recursos para 1996 são oriundos do FNDE, e a SESu assina a convocatória, mas, ao mesmo tempo, “decide não financiar nenhum projeto na antiga Linha I do PROEXTE”. Em 1997 o Fórum concentra-se em cobrar o repasse dos recursos aprovados em 1996.

Em 2003, já com um novo quadro político nacional dirigido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o MEC, por meio da Secretaria de Educação Superior, cria o Programa de Apoio à Extensão Universitária, PROEXT.³⁸

O PROEXT, na sua essência, mantém as bases do Programa de Fomento à Extensão apresentado em 1993 e 1994, além de renovar a parceria com o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Sendo assim, apesar de o Governo Federal se apresentar como o criador do Programa de Fomento à Extensão, pode-se perceber que o PROEXT é muito mais uma retomada do PROEXTE do que propriamente um programa totalmente novo.

O PROEXT fundamenta que:

Uma das missões estratégicas da Educação Superior no projeto de desenvolvimento cultural, econômico e social do país, é promover uma profunda relação com a sociedade, valorizando a extensão como instância de mediação entre as Instituições de Educação Superior e a sociedade.

Cabe ao Estado, prioritariamente, criar as condições políticas, definindo autonomia e prerrogativas correlatas, garantindo condições de financiamento e tributação, estabelecendo processos de avaliação e regulação para o adequado funcionamento do sistema. As instituições são, prioritariamente, responsáveis pelas condições acadêmicas, apresentando e debatendo critérios de qualidade, equidade e relevância que atendam às exigências da sociedade.³⁹

Sendo assim, amplia-se o foco de ação do Programa contemplando nos editais temas como: formação de professores para o sistema educacional; atenção integral à família; combate à fome; erradicação do trabalho infantil; combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes; juventude e desenvolvimento social; geração de trabalho e renda em economia solidária; promoção e/ou prevenção à saúde; violência urbana; direitos humanos; educação de jovens e adultos; atenção à pessoa idosa, à pessoa com deficiência e às populações indígenas e quilombolas; atividades complementares ao Programa Brasil Alfabetizado; educação ambiental e apoio ao desenvolvimento comunitário; inclusão étnica; apoio à organização e desenvolvimento comunitário; inclusão

³⁸ BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **PROEXT Apresentação**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/sesu/index.php?option=content&task=view&id=442&Itemid=303#proext2003>, acesso em 9 de março de 2009.

³⁹ Idem.

social dos usuários de drogas; inclusão digital; apoio às atividades de escolas públicas; ensino de ciências; educação de jovens e adultos, incluindo apoio ao desenvolvimento de sistemas locais e regionais de educação, alfabetização e letramento.

O PROEXT é executado pelo MEC desde 2003 sem interrupções, divulgando um edital por ano até 2005. Em 2006 e 2007, em parceria com o Ministério das Cidades são colocados à disposição das IES dois editais por ano: PROEXT 2006; PROEXT 2006-MEC/CIDADES; PROEXT 2007 e PROEXT 2007-MEC/CIDADES. No ano de 2008, além da parceria com o Ministério das Cidades é estabelecida parceria com o Ministério da Cultura, portanto em 2008, são divulgados os editais PROEXT 2008-MEC/CIDADES e PROEXT 2008-MEC/CULTURA.

Com o encerramento do PROEXTE pelo governo de Fernando Henrique Cardoso em 1997, o FORPROEX adota estratégia diferente, propõe a criação de outro programa que “evidenciasse as suas políticas e diretrizes construídas a partir de 1987 e que servisse de base para a abertura de novas possibilidades de fomento” (NOGUEIRA, 2005, p. 75).

A proposta foi intitulada Programa Nacional Temático de Fomento à Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – Universidade Cidadã. Como vimos acima, o Programa representou uma estratégia do Fórum, pois

O MEC não tinha proposta para as universidades na área de extensão, e o Fórum teve a intenção de ocupar esse espaço de uma forma política, ou seja, fazendo a proposição de um programa que desse unidade nacional à ação extensionista. A proposta, no entanto, não era bem estruturada e não havia consenso entre os Pró-Reitores sobre ela. (NOGUEIRA, 2005, p. 81).

Sendo assim, o FORPROEX e o MEC decidiram elaborar em conjunto um plano nacional de extensão que pudesse vir a ser financiado pelo próprio MEC e por outros ministérios.

O Plano foi construído de forma coletiva, pois foi discutido no âmbito do MEC, mas também e, principalmente no interior das IES integrantes do Fórum. Ressalta-se as deliberações no XII e XIII Encontro do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão, respectivamente em dezembro de 1997 e março de 1998.

A versão final do Plano Nacional de Extensão Universitária foi aprovada durante a realização do XIV Encontro do Fórum, em Natal/RN, em maio de 1998.

A publicação do Plano foi aprovada pelo MEC, que faz o seu lançamento em dezembro de 1999, no entanto, não há liberação de recursos financeiros para este fim (NOGUEIRA, 2005, p. 82).

Logo no início do Plano Nacional de Extensão Universitária é destacado uma citação de Boaventura de Souza Santos que diz:

Numa sociedade cuja quantidade e qualidade de vida assenta em configurações cada vez mais complexas de saberes, a legitimidade da universidade só será cumprida quando as actividades, hoje ditas de extensão, se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das actividades de investigação e de ensino⁴⁰.

Ao apresentar esta citação o FORPROEX e o MEC declaram uma visão de extensão, pelo menos, duplamente contraditória, pois o sucesso pleno da extensão seria seu fim. Toda a história da extensão demonstra as disputas, avanços e retrocessos para se constituir uma atividade legítima na universidade, a terceira função. De outra forma, o princípio da universidade está pautado na relação de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, portanto as interações e inter-relações, em tese, acontecem, sendo assim, não, necessariamente deveriam acontecer após o desaparecimento da extensão enquanto estrutura organizada.

Entretanto, quanto ao mérito teórico, a concepção apresentada tem de ser refletida e discutida. Mas ao apresentar o texto como princípio e, tendo em vista o contido no Plano, tal ato provoca contradição.

A rigor, o Plano é sugestivo, propositivo, portanto, não pretende “subtrair das universidades a capacidade de decidir sobre seus programas de extensão” (p. 2). Tampouco, pretende substituir funções de responsabilidade do Estado, mas sim “produzir saberes” (p. 6).

⁴⁰ FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Edição Atualizada 2000/2001. Disponível em http://proex.epm.br/projetossociais/renex/plano_nacional.htm, acesso em 10/03/09. (p. 1).

Com relação a dualidade pesquisa e extensão o Plano traz como questão central a necessidade de identificar o que deve ser pesquisado e para quais fins e interesses se buscam novos conhecimentos.

Quanto ao ensino e extensão:

[...] discute-se e aprofunda-se um novo conceito de sala de aula, que não se limite ao espaço físico da dimensão tradicional, mas compreenda todos os espaços, dentro e fora da universidade. (p. 6).

A posição assumida é a de uma universidade voltada para os interesses e as necessidades da maioria da população, portanto, “requer a retomada de alguns princípios básicos presentes na plataforma política da extensão universitária desde 1987” (p. 7):

- a ciência, a arte e a tecnologia devem alicerçar-se nas prioridades do local, da região, do país;
- a universidade não pode se imaginar proprietária de um saber pronto e acabado, que vai ser oferecido à sociedade, mas, ao contrário, exatamente porque participa dessa sociedade, a instituição deve estar sensível a seus problemas e apelos, [...];
- a universidade deve participar dos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação das atuais condições de desigualdade e exclusão existentes no Brasil;
- [...] as populações cujos problemas tornam-se objeto da pesquisa acadêmica [devem ser] também consideradas sujeito desse conhecimento, [...];
- a prestação de serviços deve ser produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do ensino, pesquisa e extensão, devendo ser encarada como um trabalho social, [...];
- a atuação junto ao sistema de ensino público deve se constituir em uma das diretrizes prioritárias para o fortalecimento da educação básica [...]. (p. 7).

Ressalta-se o aparecimento da prestação de serviços entre os princípios básicos, mas percebe-se que esse item é apresentado justamente com a intenção de tornar clara a sua ação.

Os objetivos explicitados no Plano apenas complementam os princípios básicos, em alguns momentos tornam-se até repetitivos.

Com a perspectiva de unidade nacional da extensão e a garantia de recursos financeiros, o Plano estabelece como metas, dentre outras (p. 10): a consolidação do Sistema de Informações sobre a extensão; a inclusão das IES à Rede Nacional de Extensão, RENEX; a elaboração de uma proposta de Programa Nacional de Avaliação da Extensão Universitária; a instituição de um Programa Nacional de Fomento à Extensão.

Estabelece ainda o desenvolvimento de programas e projetos ligados à: ampliação da oferta e melhoria da qualidade da Educação Básica; preservação e sustentabilidade do meio ambiente; melhoria da saúde e qualidade de vida da população; melhoria do atendimento à atenção integral à criança, adolescente e idoso.

Como frutos da implementação do Plano Nacional de Extensão: foi criado o Sistema Nacional de Informações de Extensão Universitária, estando hoje em fase de consolidação em nova versão, o SIEXBRASIL⁴¹; foi retomado o Programa de Fomento da Extensão, PROEXT, em 2003, como vimos anteriormente; e foram elaboradas diretrizes nacionais para avaliação da extensão nas universidades, cuja publicação, Avaliação Nacional de Extensão Universitária, foi disponibilizadas às IES.

⁴¹ <http://siex.ledes.net>.

4. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UNICENTRO

O Ensino Superior em Guarapuava iniciou em 1º de março de 1970, com a instalação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava, FAFIG, com 4 cursos: Letras, Geografia, História e Matemática.⁴²

Em 27 de outubro de 1976, o Presidente da República autorizou a instalação de mais dois cursos, sendo Ciências Licenciatura de 1º Grau e Pedagogia, e, em 1980, tiveram início os cursos de Administração e de Ciências Contábeis.

Por meio da Lei nº 9295, de 13 de junho de 1990, foi instituída a Fundação Universidade Estadual do Centro-Oeste, com sede e foro na cidade de Guarapuava, entidade mantenedora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava, FAFIG, e da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Irati, FECLI. Por meio do Decreto nº 3444, de 08 de agosto de 1997, publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná nº 5.063, de 8 de agosto de 1997, foi reconhecida a Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, com sede e *Campus* na cidade de Guarapuava e *Campus* na cidade de Irati.

No *Campus* de Guarapuava, em julho de 1995, foram instalados os cursos de Ciências da Computação e Ciências Econômicas; em 1997, os cursos de Química e Ciências Biológicas; em 1998 o curso de Engenharia de Alimentos e Educação Física; em 1999 os cursos de Nutrição e Enfermagem; em 2000 o curso de Fisioterapia; em 2001 os cursos de Filosofia, Serviço Social e Secretariado Executivo; em 2002 os cursos de Comunicação Social e Física e, em 2003 os cursos de Farmácia, Arte-Educação, Agronomia, Medicina Veterinária, além do curso sequencial de Gestão Imobiliária. No ano de 2004, tiveram início os seguintes cursos sequenciais: Gestão de Micro e Pequenas Empresas, Gestão de Empreendimentos em Turismo Rural, Políticas Públicas e Gerência Municipal, em 2005: Gestão Comercial, Mecânico em Manutenção de Aeronaves; Políticas e Práticas de Liderança.

O Ensino Superior em Irati iniciou em março de 1975, com a instalação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Irati, FECLI, com 3 cursos: Letras,

⁴² UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE. Histórico do UNICENTRO. Disponível em <http://www.unicentro.br/administracao/reitoria/default.asp>, acesso em 2 de junho de 2009.

Pedagogia e Ciências Licenciatura de 1º Grau. Em 1985, foi implantado o curso de Ciências Contábeis.

A partir de 1997, com o reconhecimento da UNICENTRO, a Universidade Estadual do Centro-Oeste dá andamento ao seu projeto de expansão também em Irati e, em 1998, implanta os cursos de Educação Física e Engenharia Florestal; em 1999, os cursos de Ciências Licenciatura Plena e História; em 2000, o curso de Administração; em 2001, o curso de Geografia; em 2002, o curso de Fonoaudiologia, e em 2003, os cursos de Psicologia, Turismo e Engenharia Ambiental. Em 2004, teve início o curso seqüencial Gestão Operacional Empresarial, Negócios Comerciais, Políticas Públicas e Gerência Municipal.

A UNICENTRO situa-se na região Centro-Oeste do Estado, abrangendo aproximadamente 50 municípios, com uma população em torno de 1 milhão de habitantes, ofertando, atualmente, 26 cursos de graduação no *Campus* de Guarapuava e 15 no *Campus* de Irati (alguns com mais de uma habilitação). Alguns cursos são ofertados também em *campi* avançados ligados a cada *campus* universitário.

A comunidade universitária, que se constitui de 8.587 alunos de Graduação, 1.100 alunos de Pós-Graduação, 658 professores, 252 funcionários e 230 estagiários, conta com: 07 Bibliotecas; 119 Laboratórios; 180 Salas de Aula; 04 Centros de Exposição; 07 Auditórios; Museu de Ciências Naturais; Arquivo Histórico Municipal; Clínica de Fisioterapia; Hospital Veterinário; Incubadora Tecnológica; Escritório de Relações Internacionais; Cine UNICENTRO; Estúdio de Televisão; Rádio Universitária 99,7 FM; Parque Gráfico; Editora; Consultorias Juniores; Empresas Juniores; Restaurante; Rádio Universitária.

A faixa etária da maioria dos alunos (63,21%) está entre 19 a 21 anos, 88,75% são procedentes de escolas públicas e 86,35% residem em área urbana.

Atualmente, 55% dos professores da Instituição estão entre mestres e doutores, sendo estes calculados em 13% e aqueles em 42%. Entretanto, há um grande número de professores contratados por tempo determinado.

A UNICENTRO conta hoje com 19 cursos de especialização, 4 Mestrados próprios em Ciências Florestais, Agronomia, Química Aplicada e Biologia, um

Mestrado e um Doutorado interinstitucional em História em convênio com a Universidade Federal Fluminense.

Atualmente são 82 Grupos de Pesquisas cadastrados no Diretório do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, com 345 Projetos de Pesquisa em andamento.

A UNICENTRO disponibiliza a seus alunos cerca de 100 bolsas para pesquisa, distribuídas entre os programas: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, PIBIC, Programa Fundação Araucária, Programa de bolsas institucionais e PIBIC Jr. Além disso conta com cerca de 100 alunos em iniciação científica voluntária.

4.1 Extensão Universitária na UNICENTRO: aspectos históricos

A extensão universitária iniciou na UNICENTRO (ou em Guarapuava ver história de Irati) quando esta era ainda FAFIG. A primeira atividade de que se tem registro foi a Semana de Cursos de Extensão realizada em 1976.

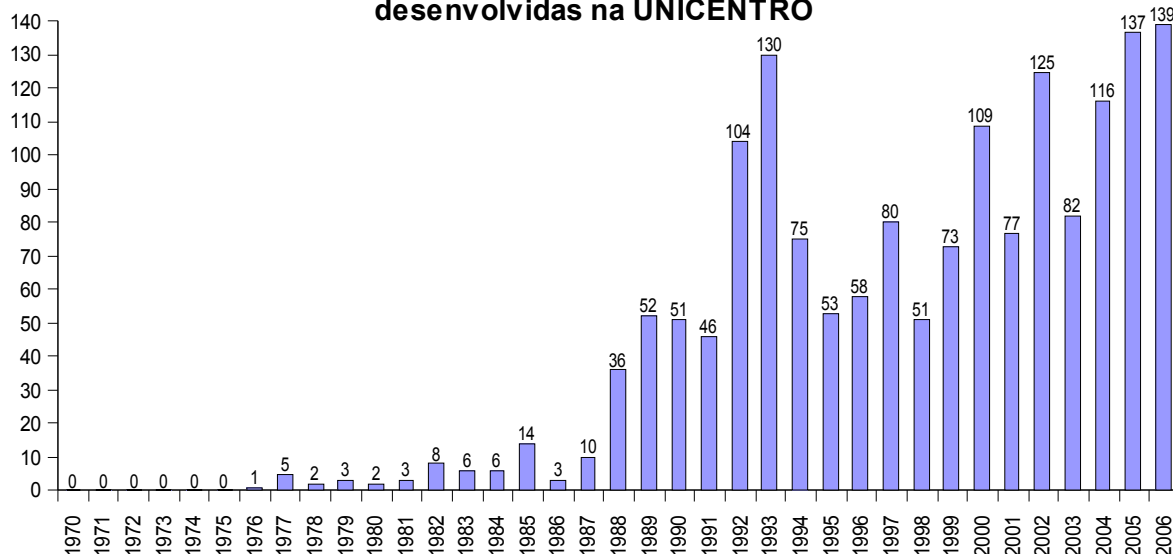
As atividades extensionistas foram deliberadas de, 1976 a 1990, pelo Conselho Departamental. Este conselho reunia os chefes de departamentos dos cursos em funcionamento juntamente com o Diretor da Faculdade.

De 1991 a 1997 os atos oficiais relativos à extensão eram emitidos pelo Diretor Presidente. A partir de 1997, com o reconhecimento da UNICENTRO como Universidade as atividades são deliberadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, CEPE. Paralelamente, a partir de 1998, são emitidos atos oficiais pelo Reitor.

É importante ressaltar a quem competia a aprovação das atividades extensionistas, pois possibilita compreender melhor o percurso histórico da extensão universitária, assim como entender como foi importante e profunda a regulamentação aprovada no início de 2007, como veremos adiante.

Segue abaixo, gráfico com evolução histórica do número de atividades extensionistas da UNICENTRO:

Gráfico 1: Evolução histórica do número de atividades extensionistas desenvolvidas na UNICENTRO



Fonte: Arquivo Histórico da UNICENTRO⁴³.

Antes de qualquer análise deste gráfico é importante destacar que as primeiras atividades de pesquisa de que se tem relato datam de 1987, mesmo depois de já terem sido realizados cursos de pós-graduação lato sensu, que iniciaram em 1983. Esta informação é relevante, pois demonstra que a extensão universitária na UNICENTRO iniciou mais de uma década antes da pesquisa, mas revela, sobretudo que a atuação de uma interfere diretamente na atuação de outra. Pois, conforme podemos verificar no gráfico, o número de atividades extensionistas inicia um processo de crescimento a partir de 1988, um ano após a realização das primeiras atividades de pesquisa.

A análise da evolução histórica apresentada no gráfico fica restrita a uma avaliação quantitativa, entretanto, associada as informações contidas nos documentos disponibilizados pelo Arquivo Histórico da UNICENTRO, apresenta importantes reflexões.

Como vimos anteriormente, a partir de 1988 verifica-se um crescimento do número de atividades e o primeiro salto acontece justamente no ano de 1988. O principal fato que explica este aumento é a criação de cursos de línguas

⁴³ Este gráfico foi construído com base no número de atividades extensionistas deliberadas por meio de ato oficial emitido pelo órgão responsável em cada momento. Sendo assim não são computadas atividades com tramitação incompleta ou que foram desenvolvidas sem protocolo, como veremos adiante.

estrangeiras para atendimento da comunidade universitária e externa. Dando suporte, portanto, ao ensino, pesquisa e pós-graduação.

Em 5 de dezembro de 1991 foi aprovado o Regulamento de Cursos e Eventos de Extensão e em 28 de fevereiro de 1992 foi aprovada, por meio da Resolução nº 006 do Diretor Presidente, a constituição administrativa e atribuições da Coordenadoria de Extensão e Assuntos Comunitários.

A regulamentação e a criação da Coordenadoria de Extensão, além de fomentarem a realização de novas atividades, desencadearam um processo de regularização das atividades até então desenvolvidas sem a devida institucionalização, sem protocolo e sem a tramitação aos órgãos competentes para aprovação. Estes fatores justificam o aumento de número de cursos e principalmente eventos de extensão para 1992, fazendo com que o número total de atividades mais que duplicasse.

Ainda em 1992, o Diretor Presidente aprova o Programa de Extensão e Cultura, a Regulamentação de Projetos de Extensão Universitária e a rotina de tramitação de Projetos de Extensão da UNICENTRO.

Estes atos demonstram a preocupação da UNICENTRO em consolidar e institucionalizar a extensão universitária no interior da Universidade, possivelmente influenciada pelas ações do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão, FORPROEX, e do Seminário de Extensão Universitária da Região Sul, SEURS.

De 1994 a 1999 nota-se uma redução significativa do número de atividades extensionistas, dentre outros fatores se justifica pela diminuição do número de eventos e agrupamento das fases e idiomas dos cursos de línguas estrangeiras em um único projeto.

Em 1998 o CEPE aprova o Programa Institucional de concessão de Bolsa Extensão-Cultura da UNICENTRO e em 1999 delega competências a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais, PROEX. O programa de bolsas de extensão passa a funcionar efetivamente em 2000 associado ao fato de que a PROEX atua, além de gestora das atividades extensionistas desenvolvidas pelos departamentos, como executora de um grande número de projetos, implica em um novo aumento do número de atividades a partir de 2000.

A partir de 2005, a configuração das atividades extensionistas passa a apresentar uma característica de continuidade, pois passa a contar com um número cada vez maior de projetos e programas, cujo conceito, segundo o FORPROEX, é justamente o processo contínuo com previsão de execução a médio e longo prazo.

4.2 Regulamentação da Extensão Universitária da UNICENTRO

Com a nova regulamentação das atividades extensionistas da UNICENTRO, em 8 de janeiro de 2007, por meio da Resolução Conjunta nº 001/2007-CEPE-CAD/UNICENTRO, a extensão universitária passa a viver um novo momento.

A regulamentação vigente datava de 1991 e 1992, período em que a UNICENTRO tinha recém sido criada como Fundação. Durante todo este período, de 1992 a 2007, a UNICENTRO sofreu profundas alterações, tanto na área do ensino, pesquisa e extensão, quanto na área administrativa, estrutural, financeira.

Entretanto, a primeira minuta de Regulamento das Atividades Extensionistas da UNICENTRO foi apresentada em 2000, sofrendo alterações, idas e vindas por 7 anos, até ser aprovada definitivamente em 8 de janeiro de 2007. Esta demora implicou na execução de atividades sem cunho extensionista, atividades cuja tramitação ocorreu por um tempo excessivo, perda de informações e registros.

Além dessas e outras implicações, a demora na regulamentação da extensão universitária na UNICENTRO, deixa transparecer, por parte dos órgãos competentes da Universidade, a falta de reconhecimento das atividades extensionistas, da sua constante transformação na UNICENTRO e em todo o país.

Como vimos anteriormente, a UNICENTRO foi criada como Fundação em 1990 e o primeiro documento normativo para a extensão foi editado em 1991. No entanto, a UNICENTRO foi reconhecida como Universidade em 1997 e a regulamentação para a extensão foi publicada dez anos depois. Neste mesmo intervalo de tempo, a pesquisa contou com quatro regulamentos aprovados e

diversas alterações. Para atividades que deveriam estar associadas, este distanciamento é, no mínimo, incoerente.

4.2.1 Diretrizes do Regulamento das Atividades Extensionistas da UNICENTRO:

O Regulamento das Atividades Extensionistas da UNICENTRO, aprovado em 2007, define as atividades extensionistas da UNICENTRO como:

[...] um processo inter, multi e transdisciplinar, envolvendo diversas áreas do conhecimento estabelecidas por meio da troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, tendo como conseqüências a produção do conhecimento resultante da interação com a realidade, a democratização do conhecimento, a instrumentalização e consolidação do processo teórico-prático e a viabilização da relação transformadora entre Universidade e Sociedade⁴⁴.

Em linhas gerais, o conceito que o Regulamento traz é similar ao apresentado pelo FORPROEX, no entanto, a UNICENTRO apresenta a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão como um dos objetivos:

Constituem objetivos das atividades extensionistas:

I – reafirmar o compromisso institucional da Universidade com a comunidade;

II – promover a articulação com as atividades de ensino e pesquisa, para o atendimento das demandas da comunidade;

III – produzir conhecimento resultante da interação com a realidade, priorizando metodologias participativas;

IV – ampliar o horizonte das atividades de ensino para além da sala de aula;

V – constituir-se em oportunidade de campo de estágio e de realização de atividades complementares.

As atividades extensionistas são classificadas, segundo o Regulamento, em categorias: programa de extensão permanente, projeto de extensão permanente e projeto de extensão por tempo determinado; e modalidades: cursos, eventos, prestação de serviços e intervenção extensionista.

O Programa de Extensão é caracterizado, pelo Regulamento, como

⁴⁴ UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE. Resolução Conjunta Nº 001-CEPE-CAD/UNICENTRO, de 8 de janeiro de 2007. Aprova o Regulamento das Atividades Extensionistas da UNICENTRO.

um conjunto de ações agregadas, de médio e longo prazo, que articulem projetos de diversas atividades extensionistas, tais como cursos, eventos, prestação de serviços, produção acadêmica e outras ações pertinentes à articulação do ensino e da pesquisa.

Os cursos de extensão são definidos como

um conjunto articulado de ações pedagógicas, de caráter teórico ou prático, presencial ou a distância, planejadas e organizadas de modo sistemático, com carga horária mínima de oito horas e processo de avaliação.

Já os eventos de extensão são caracterizados como

um conjunto de ações que implicam na apresentação, exibição e informação à comunidade, do conhecimento ou produto educativo, cultural, social, econômico, esportivo, científico e tecnológico.

As atividades de prestação de serviços são configuradas “por meio da transferência à comunidade do conhecimento gerado e instalado na Universidade, oferecido ou contratado por terceiros.”

E, finalmente as atividades de intervenção extensionista são classificadas como

ações de caráter humano, educativo, social, econômico, científico ou tecnológico, com objetivo bem definido, não classificadas ou enquadradas como curso de extensão, evento de extensão ou prestação de serviços de extensão, as quais podem ou não estar vinculadas a um programa de extensão permanente.

As definições explicitadas pela UNICENTRO são, basicamente, as mesmas apresentadas pelo FORPROEX. A diferença é que, em substituição a “projetos”, a UNICENTRO passou a utilizar a expressão “Intervenção extensionista”, entendendo que projetos são todas as atividades, pois todas projetam alguma coisa, dessa forma criou uma nova modalidade para enquadrar as atividades não qualificadas como cursos, eventos e prestação de serviços.

O Regulamento ainda classifica as atividades extensionistas por área temática, proponente, vinculação e financiamento externo.

As áreas temáticas definidas no Regulamento são as mesmas definidas pelo FORPROEX, quais sejam: comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho.

Quanto aos proponentes, o Regulamento prevê dois tipos de propostas, a administrativa e a pedagógica, os proponentes administrativos são pró-reitorias,

diretorias, divisões, núcleos, coordenadorias etc, e os proponentes pedagógicos são os departamentos e setores de conhecimento.

Os projetos ainda são tipificados por vinculação ou não a programa de extensão e com ou sem financiamento externo, sejam eles, órgãos governamentais ou não.

4.3 Perfil das atividades extensionistas da UNICENTRO, desenvolvidas nos anos de 2007 e 2008

O Regulamento proporcionou maior sistematização dos dados contidos nas atividades extensionistas por parte da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, PROEC. Esta sistematização permite a realização das análises de dados subdivididas por modalidades, área temática, proponente, tempo, vínculo e financiamento.

A exemplo do que ocorreu com as regulamentações anteriores, o Regulamento aprovado em 2007 trouxe consigo novo crescimento do número de atividades extensionistas na UNICENTRO. Passou de 139 em 2006 para 320 em 2007 e 352 em 2008. Este crescimento justifica-se, entre outros, pelo fato de que o regulamento normatiza as ações, fomenta o desenvolvimento das atividades e define regras mais efetivas de certificação e validação dos projetos.

A distribuição das atividades, por modalidades, em 2007 e 2008, segue quadro abaixo:

Quadro 2: Atividades extensionistas distribuídas por modalidades

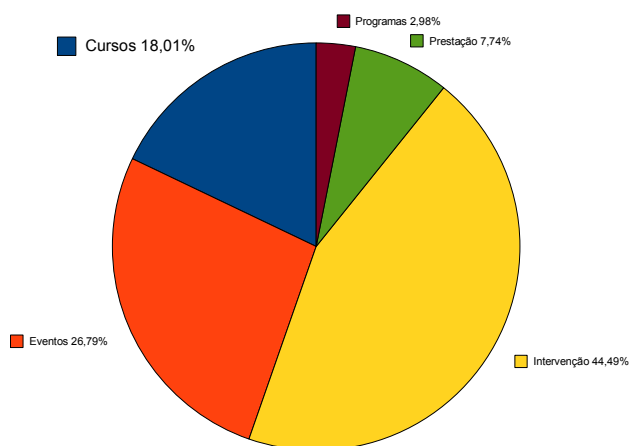
Modalidades	2007	2008	Total
Cursos	60	61	121
Eventos	95	85	180
Intervenção	133	166	299
Prestação	25	27	52
Programas	7	13	20
Total	320	352	672

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UNICENTRO.

Nota-se que os eventos de extensão não tiveram um aumento de 2007 para 2008, as demais modalidades além de apresentarem um crescimento mantiveram a proporção, em relação ao total de atividades, aproximadamente constante.

No cômputo geral do biênio, 2007-2008, as atividades executadas obedecem a seguinte proporção:

Gráfico 2: Atividades extensionistas distribuídas por modalidades



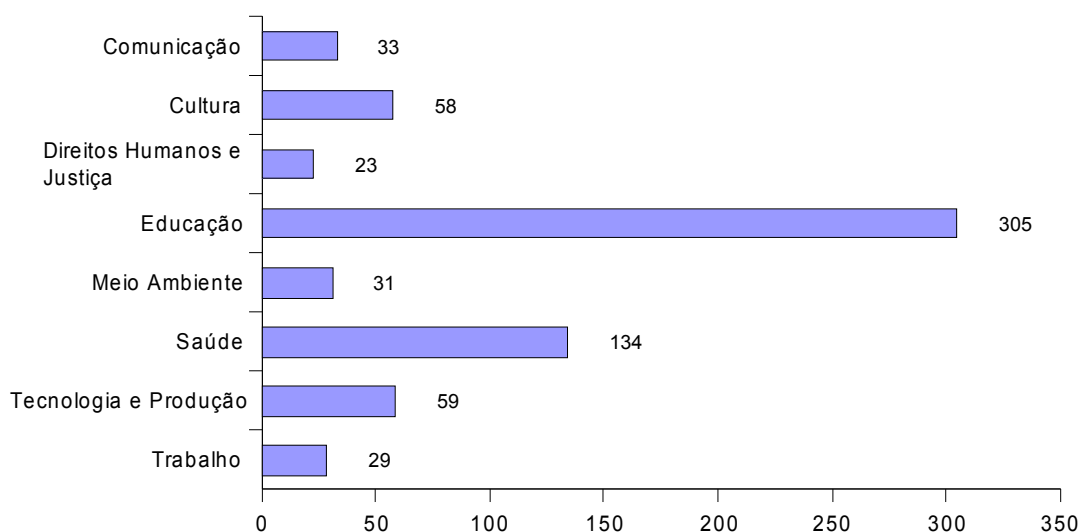
Fonte: Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UNICENTRO.

Quanto a área temática, a educação concentra 45% do total de atividades extensionistas desenvolvidas, conforme podemos ver na tabela e gráfico abaixo:

Quadro 3: Atividades extensionistas distribuídas por área temática

Área Temática	2007	2008	Total
Comunicação	14	19	33
Cultura	31	27	58
Direitos Humanos e Justiça	10	13	23
Educação	148	157	305
Meio Ambiente	16	15	31
Saúde	62	72	134
Tecnologia e Produção	27	32	59
Trabalho	12	17	29
Total	320	352	672

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UNICENTRO.

Gráfico 3: Atividades extensionistas distribuídas por área temática

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UNICENTRO.

A área temática “educação” conta com algumas particularidades, identificadas junto aos registros das atividades desenvolvidas. Particularidades que implicam, entre outros aspectos, no distanciamento numérico em relação as outras áreas. Primeiramente, na ausência de clareza a qual área enquadrar, o coordenador da atividade acaba por definir o projeto como pertencente a educação. Em segundo, o coordenador enquadra o projeto como educação, quando qualifica o tema de modo geral. E, por último, o coordenador enquadra o projeto como educação quando a proposta é multidisciplinar.

Quanto aos proponentes de atividades, verificamos que aproximadamente 75% das atividades são propostas por via pedagógica e 25% são propostas por via administrativa, conforme verificamos abaixo:

Quadro 4: Atividades extensionistas distribuídas por órgão proponente

Proponente	2007	2008	Total	%
Órgão Administrativo	90	82	172	25,6%
Órgão Pedagógico	230	270	500	74,4%
Total	320	352	672	100,00%

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UNICENTRO.

A maioria dos projetos propostos por via administrativa são oriundos da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura e constituem-se, predominantemente, em

projetos com uma certa tradição na Universidade, tais como: cursos de línguas estrangeiras, universidade aberta à terceira idade, pró-egresso, oficinas de artes, festival de dança, festival de teatro, etc.

As propostas pedagógicas são apresentadas em sua totalidade por departamentos e setores de conhecimento, com destaque aos Departamentos de Pedagogia, Psicologia e Fisioterapia, que contam com o maior número de projetos entre os departamentos.

No que diz respeito ao tempo previsto de execução da atividade, ou seja, programa (que por definição é permanente), projeto de extensão permanente e projeto de extensão por tempo determinado, a distribuição das atividades obedece a tabela abaixo.

Quadro 5: Atividades extensionistas distribuídas por categoria

Categoria	2007		2008		Total		%	
Projeto por tempo determinado	254		294		548		82%	
Projeto permanente	58	66	45	58	103	124	15%	18%
Programa permanente	8		13		21		3%	
Total	320		352		672		100%	

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UNICENTRO.

Os projetos por tempo determinado são propostos de modo esporádico, por um período, geralmente, de doze a vinte e quatro meses. Entretanto, por não preverem uma continuidade, o projeto tende a ser pontual e a interação desenvolvida com a comunidade, o estudo produzido, não ser retomado. Já, as atividades com característica permanente, proporcionam um envolvimento maior dos discentes, criam um vínculo forte com a comunidade, possibilita que o estudo desenvolvido tenha progressão, entre outros aspectos, que colocam as atividades permanentes como a forma preferencial de desenvolvimento das atividades extensionistas.

Nota-se, no quadro acima, que houve uma diminuição do número de atividades permanentes, de 66 para 58, ou seja, de 21% do total em 2007 para 16% em 2008, fechando ao final do biênio em 18%. Não há estudos que apresentem o que seria “um percentual de referência” para estas atividades, mas pressupõe-se que, em um número crescente de atividades e com o

amadurecimento da extensão universitária, o número de atividades permanentes deveriam estar em ascensão.

Verifica-se que o número de programas de extensão passou de 8, em 2007, para 13, em 2008. Mesmo apresentando um decréscimo do total de atividades permanentes, a ampliação do número de programas implica no aumento do total de atividades vinculadas a programas, como podemos ver na tabela abaixo:

Quadro 6: Atividades extensionistas distribuídas por vinculação

Vinculação	2007	2008	Total
Programas	8	13	21
Projetos vinculados	26	38	64
Projetos não vinculados	286	301	587
Total	320	352	672

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UNICENTRO.

O total de atividades extensionistas desenvolvidas em 2008 conta com 32 projetos a mais que 2007, destes 15 são projetos não vinculados, 12 vinculados e 5 programas, o que representa que, dos projetos “adicionais”, 54% são programas e projetos vinculados. Este fato é importante, pois demonstra que é crescente a preocupação em desenvolver ações articuladas, inter e multidisciplinares.

E, finalmente, analisamos as atividades extensionistas quanto ao financiamento externo. A tabela abaixo detalha a situação dos projetos com e sem financiamento externo, distribuídos por modalidades.

Quadro 7: Atividades extensionistas distribuídas por financiamento externo

Financiamento por modalidades		2007		2008		Total	%
		Atividades	%	Atividades	%		
Sem Financiamento Externo	Cursos	52	16%	59	17%	111	17%
	Eventos	62	19%	59	17%	121	18%
	Intervenção	107	33%	116	33%	223	33%
	Prestação	18	6%	24	7%	42	6%
	Programa	5	2%	10	3%	15	2%
Sub-total		244	76%	268	76%	512	76%
Com Financiamento Externo	Cursos	8	3%	2	1%	10	1%
	Eventos	33	10%	26	7%	59	9%
	Intervenção	26	8%	50	14%	76	11%
	Prestação	7	2%	3	1%	10	1%
	Programa	2	1%	3	1%	5	1%
Sub-total		76	24%	84	24%	160	24%

Total	320	100%	352	100%	672	100,00%
--------------	------------	-------------	------------	-------------	------------	----------------

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UNICENTRO.

Verificamos que, tanto para 2007 quanto para 2008, o índice de projetos com financiamento externo foi de 24%. Tendo em vista o montante de atividades desenvolvidas, o índice pode ser considerado muito bom.

Nota-se que os cursos e prestação de serviços com financiamento externo representam em 2007, 5% e, 2008, 2% do total das atividades desenvolvidas. Estas atividades apresentam dinâmicas similares de financiamento, pois ambas contam, na sua maioria, com financiamento de parceiros que contratam ou fomentam as ações.

Os eventos de extensão e as intervenções extensionistas são atividades que apresentam dinâmicas diferentes para financiamento das ações, entretanto, predominantemente, contam com o mesmo órgão financiador, a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná, SETI.

Os eventos de extensão concorrem periodicamente aos editais expedidos pela Fundação Araucária, órgão vinculado à SETI. Além da Fundação Araucária, os eventos, especialmente os interinstitucionais, são financiados por órgãos parceiros na promoção e organização da atividade, tais como: organizações não governamentais, conselhos de classe, cooperativas de crédito, órgãos públicos etc.

Quanto às intervenções extensionistas, pode-se notar na tabela que o número dessas ações com financiamento externo quase duplicou de 2007 para 2008, passou de 26 para 50.

O número de intervenções extensionistas com financiamento externo para 2007 e seu aumento para 2008, em relação ao quadro geral das atividades extensionistas desenvolvidas, e diante dos recursos destinados, historicamente, para a UNICENTRO, pode ser considerado alto.

Esses números e o conseqüente montante de recursos destinados à UNICENTRO são fomentados, na sua quase totalidade, pelo Programa Universidade Sem Fronteiras, coordenado pela SETI.

Esse fomento tem sido muito positivo, possibilita ações extensionistas em diversas regiões da abrangência da UNICENTRO, além de proporcionar que grupos excluídos, de muitos dos serviços públicos, possam discutir e participar de processos de transformação de sua comunidade.

Em contrapartida, este Programa gera preocupações: em que medida as ações de intervenção extensionista têm substituído outras ações governamentais? De que forma o fomento à extensão universitária, promovido pelo Programa Universidade Sem Fronteiras, pode vir a se tornar uma política permanente?

O perfil das atividades extensionistas desenvolvidas na UNICENTRO, nos anos de 2007 e 2008, nos mostra de forma efetiva, aquilo que é inerente à universidade, ou seja, a diversidade.

Pode-se ver uma diversidade muito grande de projetos, subdivididos em áreas, proponentes, tempo, vinculação, financiamento, etc. Tudo isso nos leva a retomar algumas questões: a extensão universitária tem atuado de forma indissociável ao ensino e à pesquisa? Qual tem sido a relação entre a universidade e outros setores da sociedade? O desenvolvimento de relações entre universidade e setores sociais são marcadas pelo diálogo, pela ação de “mão-dupla”? E, ainda, estas ações são coerentes com as diretrizes do Regulamento das Atividades Extensionistas da UNICENTRO?

4.4 Análise qualitativa das atividades extensionistas da UNICENTRO

Faz-se necessário, diante da dinâmica e das múltiplas faces e interlocutores da extensão universitária, a análise qualitativa dos projetos de extensão universitária desenvolvidos na UNICENTRO.

Conforme descreve Castro:

A maioria dos trabalhos realizados enfoca o processo de construção histórica da extensão e sua inserção na Universidade como uma terceira função. Porém, poucos são aqueles que investigam a prática dos projetos, seu dia a dia, sua influência no processo de formação dos discentes, sua contribuição para a consolidação de um campo de

conhecimento específico e as características de sua interlocução com a sociedade. (CASTRO, 2004, p. 1).

Nesse sentido, pretende-se aqui apresentar algumas reflexões em torno da prática das atividades extensionistas desenvolvidas. Utiliza-se para tal, a análise documental, por meio da leitura e sistematização das informações contidas nos projetos e relatórios das atividades elencadas por metodologia estatística adequada.

4.4.1 Definição da População

A exemplo das análises quantitativas o período escolhido para as análises qualitativas é o biênio, 2007-2008. Este período justifica-se, de igual modo, por ser o primeiro biênio de implementação da Regulamentação das Atividades Extensionistas da UNICENTRO.

Delimita-se ainda como população desta pesquisa, os projetos cadastrados na área temática “educação”, já concluídos e devidamente aprovados pelos órgãos competentes da UNICENTRO. Não fazem parte da população os eventos de extensão, por se tratar de atividades que, no entendimento deste autor, não poderiam contribuir para as discussões neste momento.

A escolha da área temática “educação” justifica-se por ser a área que conta com atividades extensionistas afetas e coerentes com uma pesquisa vinculada a um Programa de Pós-Graduação em Educação e por ser a área com o maior número de projetos cadastrados.

Dessa forma, do total de 672 atividades extensionistas desenvolvidas em 2007 e 2008 e registradas na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UNICENTRO, a população fica definida em 111 atividades, sendo 66 em 2007 e 45 em 2008.

4.4.2 Definição da Amostra

A amostra foi calculada por meio de amostragem estratificada proporcional, cujos estratos 2007 e 2008 contaram com 59,46% e 40,54% da amostra,

respectivamente. Para o cálculo da amostra de cada estrato foi utilizada a amostragem sistemática.

O tamanho da amostra foi calculada por meio das seguintes fórmulas:

$n_0 = \frac{1}{e^2}$, $n = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$, $i = \frac{N}{n}$ onde n_0 é a amostra inicial, N é a população, e é o erro amostral, n a amostra e i é o intervalo de seleção⁴⁵.

Dessa forma, a amostra calculada foi de 32 atividades extensionistas, sendo 19 para 2007 e 13 para 2008. Esta metodologia foi adotada com o objetivo de proporcionar às atividades elencadas como população as mesmas chances de serem selecionadas, procura demonstrar a isenção do autor nesta escolha e fundamentar as análises qualitativas dos trabalhos de modo significativo.

4.4.3 Definição das Categorias de Análise

Tendo por base que, um dos objetos deste estudo é a investigação sobre a atuação das atividades extensionistas com referência às diretrizes nacionais e ao Regulamento das Atividades Extensionistas da UNICENTRO, as categorias escolhidas estão pautadas no conceito de extensão universitária preconizado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das universidades públicas brasileiras e nas diretrizes contidas no citado Regulamento.

A extensão universitária, é definida como um

[...] processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da praxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como conseqüências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo

⁴⁵ BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às Ciências Sociais**. 5. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002. (p. 48, 49)

dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social⁴⁶.

A partir deste conceito, o Plano Nacional de Extensão define as diretrizes para a extensão universitária que são expressas em quatro eixos: impacto e transformação, interação dialógica, interdisciplinaridade e indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão⁴⁷.

Categoria 1 – impacto e transformação:

estabelecimento de uma relação entre a Universidade e outros setores da Sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e implementadora de desenvolvimento regional e de políticas públicas. Essa diretriz consolida a orientação para cada ação da Extensão Universitária: frente à complexidade e a diversidade da realidade, é necessário eleger as questões mais prioritárias, com abrangência suficiente para uma atuação que colabore efetivamente para a mudança social. Definida a questão, e preciso estudá-la em todos seus detalhes, formular soluções, declarar o compromisso pessoal e institucional pela mudança, e atuar;⁴⁸

Categoria 2 – interação dialógica:

desenvolvimento de relações entre universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo, pela ação de mão-dupla, de troca de saberes, de superação do discurso da hegemonia acadêmica - que ainda marca uma concepção ultrapassada de extensão: estender à sociedade o conhecimento acumulado pela universidade - para uma aliança com movimentos sociais de superação de desigualdades e de exclusão;⁴⁹

Categoria 3 – interdisciplinaridade:

caracterizada pela interação de modelos e conceitos complementares, de material analítico e de metodologias, buscando consistência teórica e operacional que estructure o trabalho dos atores do processo social e que conduza à interinstitucionalidade, construída na interação e inter-relação de organizações, profissionais e pessoas;⁵⁰

Categoria 4 – indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão:

⁴⁶FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Edição Atualizada 2000/2001. Disponível em http://proex.epm.br/projetossociais/renex/plano_nacional.htm, acesso em 10/03/09.

⁴⁷ FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Extensão Universitária: organização e sistematização**. Belo Horizonte: Coopmed, 2007. 112p. (Coleção Extensão Universitária; v. 6). (p. 17-19).

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Idem.

reafirmando a extensão como processo acadêmico - justificando-lhe o adjetivo "universitária" -, em que toda ação de extensão deverá estar vinculada ao processo de formação de pessoas e de geração de conhecimento, tendo o aluno como protagonista de sua formação técnica para obtenção de competências necessárias à atuação profissional, e de sua formação cidadã - reconhecer-se agente da garantia de direitos e deveres, assumindo uma visão transformadora e um compromisso. Na aplicação dessa diretriz abre-se um capítulo especial, o da participação da Extensão Universitária na flexibilização discente, contribuindo para a implementação das diretrizes curriculares nacionais, com reconhecimento de ações de extensão no processo curricular, com atribuição de créditos acadêmicos.⁵¹

O Regulamento das Atividades Extensionistas da UNICENTRO foi construído fundamentado nas diretrizes nacionais da extensão universitária, entretanto apresenta alguns aspectos particulares que merecem discussão. Sendo assim, verificar a coerência das atividades ao Regulamento se configura como uma das categorias:

Categoria 5 – coerência com as diretrizes do Regulamento das Atividades Extensionistas da UNICENTRO.

4.4.4 Análise dos projetos

A amostragem escolhida para esta pesquisa foi definida de forma a evitar que fossem escolhidos projetos com prévio conhecimento, projetos já tradicionais na UNICENTRO ou projetos que sabidamente têm cunho extensionista. Foi, por outro lado, definida a amostragem estratificada e sistemática como metodologia estatística, para demonstrar isenção na escolha das atividades e contar com projetos desvestidos de rótulos.

As atividades extensionistas selecionadas foram as seguintes:

Quadro 8: Amostra das atividades extensionistas da UNICENTRO

Nº	Título da atividade
2007	
1	Curso de Alemão Introdutório I
2	Curso de Extensão em Ciência Política

⁵¹ Idem.

3	Curso Pré-vestibular para adolescentes e adultos remanescentes de áreas quilombolas
4	Educação Continuada na área de História e Geografia a professores da Rede Municipal de Educação de Pitanga (PR)
5	Ensino de Língua Inglesa para Educação Infantil e Primeiros Ciclos do Ensino Fundamental
6	I Semana de Interação Universidade/Escola: Parcerias Necessárias à Educação
7	Metodologias e Práticas de Ensino no Magistério Superior
8	Oficina de Psicologia da Universidade Aberta para a Terceira Idade
9	Conhecendo o Céu de Guarapuava
10	A Gestão Educacional no município de Laranjeiras do Sul
11	Ações para a Melhoria da Qualidade de Ensino de Matemática nas Escolas de Rede Pública do Município de Guarapuava: Práticas Pedagógicas e Atualização de Professores, Através da Metodologia Extensionista
12	As Múltiplas Linguagens no Ensino de História, como componentes na formação de um leitor de mundo, reflexivo e crítico
13	Diagnóstico da Situação de Segurança nos Laboratórios Didáticos das Escolas do Ensino Médio e Elaboração de Cartilha de Segurança.
14	Evolução do valor da cesta básica mensal na cidade de Guarapuava-PR
15	Geometria Tridimensional: Uma visão Analítico-descritiva (Parte 2)
16	Levantamento e recuperação de fontes particulares/familiares entre os habitantes de Irati – PR
17	Levantamento e recuperação de fontes particulares/familiares entre os habitantes do Bairro Riozinho, Município de Irati – PR
18	Orientação Educacional: da Teoria à Prática
19	Práticas de Ensino em Ciências Biológicas
2008	
1	Curso de Francês Iniciante
2	Formação de Alfabetizadores e Educadores Populares
3	Inglês I
4	A Psicologia na Escola

5	Cidadania e Construção do Saber
6	Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná: análise e implementação na rede estadual do Núcleo Regional de Guarapuava
7	Estudo do Desempenho dos candidatos dos Vestibulares da UNICENTRO
8	Iniciação e Treinamento Desportivo em Basquetebol Masculino
9	Iniciação e Treinamento Desportivo em Ginástica Rítmica
10	Iniciação e Treinamento Desportivo em Voleibol Masculino
11	Levantamento e recuperação de fontes particulares/familiares entre os habitantes de Imbituva – PR
12	Matemática Divertida: Tempo de brincar e aprender
13	Aplicações Práticas de Conceitos Administrativos

Fonte: o autor.

Dentre as 19 atividades selecionadas de 2007, 9 estavam registradas como cursos de extensão (item 1 a 9 da tabela acima) e as outras 10 como intervenção extensionista (item 10 a 19). A I Semana de Integração Universidade/Escola: Parcerias Necessárias à Educação e o projeto Práticas de Ensino em Ciências Biológicas não foram analisados, pois ambos apresentavam falhas nos registros. As duas atividades são eventos de extensão, sendo que a primeira estava registrada como curso e a segunda como intervenção extensionista.

Dentre as 13 atividades selecionadas de 2008, 3 estavam registradas como cursos de extensão (item 1 a 3 da tabela acima), 9 como intervenção extensionista (item 4 a 12) e 1 como prestação de serviços (item 13). Entre os projetos de 2008, não foi analisado o projeto A Psicologia na Escola, pois o processo que contém os documentos deste projeto não foi localizado.

Tanto o FORPROEX quanto o Regulamento das Atividades Extensionistas da UNICENTRO caracterizam os cursos de extensão como um conjunto de ações pedagógicas, “de caráter teórico e/ou prático, presencial ou a distância, planejadas e organizadas de modo sistemático, com carga horária mínima de oito horas e processo de avaliação”⁵².

⁵² UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE. Resolução Conjunta Nº 001-CEPE-CAD/UNICENTRO, de 8 de janeiro de 2007. Aprova o Regulamento das Atividades Extensionistas da UNICENTRO. (art. 12).

Da mesma forma acontece com a prestação de serviços que é definida como a realização de um trabalho oferecido pela Instituição de Educação Superior ou contratado por terceiros (comunidade, empresa, órgão público, etc)⁵³.

Estas definições são generalistas e, portanto, remetem todo o entendimento da configuração de uma atividade como extensão às diretrizes desta, pois nem toda atividade oferecida pela Instituição ou contratada por terceiros será extensão. De modo similar, nem todo curso poderá ser configurado como extensão universitária.

As atividades selecionadas de acordo com a metodologia definida seguem analisadas à luz das categorias de análise explicitadas anteriormente. Em alguns casos atividades foram agrupadas, pois apresentaram análises similares.

Projetos: Curso de Alemão Introductório I; Curso de Francês Iniciante e; Inglês I.

Projetos protocolados por via administrativa, para um período de 6 meses, vinculados a um programa de extensão e sem financiamento externo. O público alvo dos projetos foi a comunidade acadêmica e externa, totalizando em média 20 participantes por projeto. Os projetos foram organizados por professores, alunos e funcionários.

Tratam-se de atividades tradicionais da Universidade, os cursos de línguas estrangeiras, estas atividades procuram trazer a comunidade ao convívio acadêmico. Os objetivos dos participantes são os mais variados, mesmo assim pode-se dizer, em alguma medida, que o projeto pode dar suporte ao desenvolvimento do ensino e da pesquisa. Entretanto, não se observa nestes casos articulação com os respectivos cursos de graduação. Observa-se que são atividades oferecidas à comunidade, portanto, prestação de serviços, mas como determina o FORPROEX são registradas como cursos.

Quanto às diretrizes, não se vislumbra nos projetos e relatórios analisados, argumentos para que se possa dimensionar impacto e transformação, interação dialógica, interdisciplinaridade e indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão. Em

⁵³ UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE. Resolução Conjunta Nº 001-CEPE-CAD/UNICENTRO, de 8 de janeiro de 2007. Aprova o Regulamento das Atividades Extensionistas da UNICENTRO. (art. 21).

relação à coerência com o Regulamento das Atividades Extensionistas da UNICENTRO, verifica-se que o curso atende parcialmente, pois acaba sendo uma forma de difusão de conhecimento.

Curso de Extensão em Ciência Política

Projeto protocolado por via pedagógica, Departamento de Filosofia, para um período de 24 meses, não vinculado a programa, sem financiamento externo. O público alvo do projeto foram agentes comunitários, membros de associações civis e religiosas, candidatos a cargos eletivos, totalizando ao final dos 24 meses, 100 participantes, sendo que o projeto foi coordenado por 1 professor e contou com 10 ministrantes.

O projeto atuou, em uma perspectiva interdisciplinar, de forma a integrar docentes universitários e o conhecimento acadêmico com participantes de grupos sociais civis e religiosos, agentes comunitários, candidatos a cargos eletivos e o conhecimento popular.

O curso apresentou uma estrutura curricular prévia, que foi se modificando a partir da interação com a comunidade.

Quanto a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, verifica-se que há interação do projeto com pesquisas desenvolvidas pelos participantes ministrantes, entretanto, o projeto não apresenta envolvimento de alunos universitários, o que implica na falta de interação com o ensino.

Quanto ao Regulamento, observa-se que o projeto está coerente, pois estabelece a relação de troca de saberes sistematizados, entre a academia e a comunidade.

Curso pré-vestibular para adolescentes e adultos remanescentes de áreas quilombolas

Projeto protocolado por via pedagógica, Departamento de História, para um período de 6 meses, não vinculado a programa, sem financiamento externo. O público alvo do projeto foram adolescentes e adultos remanescentes das áreas quilombolas, totalizando ao final dos 6 meses, 20 participantes, sendo que o

projeto foi coordenado por um docente, contou com a participação de outros oito professores e quatro discentes, como ministrantes.

O projeto prevê o impacto e transformação na medida em que proporciona um reestudo e aprofundamento de conhecimentos exigidos em concursos vestibulares. Dessa forma incentiva o ingresso dos moradores de áreas quilombolas à universidade, e o reconhecimento de que o acesso ao ensino superior é um direito.

Tendo em vista os relatos apontados no projeto, nota-se que há uma interação universidade-comunidade para a elaboração e discussões em torno do projeto, e dessa forma a universidade está atendendo uma demanda da comunidade, entretanto o curso em si, se configura por reproduzir conhecimentos de ensino médio visando o vestibular.

Não se percebe nos relatos, atuação de forma interdisciplinar entre os integrantes da equipe. Há claramente, atuação multidisciplinar, pois o curso está estruturado por disciplinas e cada docente ministra os conteúdos relativos à sua área em espaço e horário próprios, sem interagir com as demais temáticas presentes.

Quanto a indissociabilidade, a coordenação, vinculada ao Departamento de História, ressalta que o projeto reflete no ensino, pois sua atuação é discutida coletivamente em sala de aula, especificamente nas questões relativas à História e Cultura Afro-brasileira. Verifica-se também que o projeto é vinculado a projetos de pesquisa desenvolvidos pela coordenação.

O projeto é coerente com o regulamento, pois este prevê a multidisciplinaridade e democratização do conhecimento. Além do mais, o projeto está de acordo com a maioria dos objetivos das atividades extensionistas expostas no regulamento.

Educação Continuada na área de História e Geografia a professores da Rede Municipal de Educação de Pitanga (PR)

Projeto de curso de extensão protocolado por via pedagógica, Departamento de Pedagogia, para um período de 12 meses, não vinculado a programa, com financiamento externo. O público alvo do projeto foram

professores da Rede Municipal de Pitanga, PR, totalizando ao final dos 12 meses, 93 participantes, sendo que o projeto foi coordenado por três docentes.

O projeto foi desenvolvido de forma a proporcionar aos professores do ensino fundamental do município, reflexão e discussão sobre sua prática, participar de novas discussões e aprofundar em temas relacionados a educação das séries iniciais.

O curso apresentou uma estrutura curricular inicial, possibilitando a incorporação das discussões e contribuição dos professores cursistas. A base das discussões do curso é justamente a interação dialógica, pois parte da compreensão e realidade dos professores do município.

As atividades são organizadas em módulos, entretanto, estes módulos e seus ministrantes se interrelacionam com outras áreas, quais sejam: a filosofia, a pedagogia, o serviço social. Sendo assim, observa-se a atuação interdisciplinar do curso.

Quanto a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, verifica-se que o projeto está de forma direta ou indireta relacionado às pesquisas desenvolvidas pelos docentes coordenadores, entretanto, não há participação discente em nenhum momento do projeto e não há relato de retorno das discussões à sala de aula.

De modo geral, nota-se a coerência do curso com o Regulamento das Atividades Extensionistas, pois nota-se suas diretrizes e objetivos são contempladas.

Ensino de Língua Inglesa para Educação Infantil e Primeiros Ciclos do Ensino Fundamental

Projeto protocolado por via pedagógica, Departamento de Letras, para um período de 12 meses, não vinculado a programa, sem financiamento externo. O público alvo do projeto foram acadêmicos, professores da rede pública e particular, totalizando ao final dos 12 meses, 29 participantes, sendo que o projeto foi coordenado por dois docentes.

O projeto coloca-se como instrumento para complementação da formação acadêmica do curso de Letras Anglo. A coordenação justifica que tal ação é relevante, pois há uma lacuna no currículo da graduação quando se trata do ensino de língua inglesa às crianças. O curso objetiva ainda, formar um grupo de estudos entre acadêmicos, professores da rede pública municipal e particular, para o ensino de língua inglesa na educação infantil e primeiros ciclos do ensino fundamental. Os relatos em torno do projeto são, ora de aprimoramento da prática, ora de aprendizado quanto a temática trabalhada.

A exemplo do projeto anterior, o curso parte da realidade e das discussões provocadas pelos professores cursistas, adota como fundamento da metodologia a interação dialógica.

O curso é organizado e executado somente por uma área, não há manifestação de interação com outras áreas ou temáticas na sua execução, sendo, dessa forma, ausente na relação interdisciplinar.

Quanto a indissociabilidade, verifica-se que o projeto visa complementar e inserir a temática ao currículo do curso de Letras Anglo, envolvendo os acadêmicos nessas discussões. Percebe-se também que o projeto é fruto de pesquisa desenvolvida pelos autores do curso, além de fomentar o desenvolvimento de outras pesquisas e trabalhos de conclusão de curso.

Em relação à pertinência ao Regulamento das Atividades Extensionistas, verifica-se que o projeto atende satisfatoriamente às diretrizes contidas neste.

Metodologias e Práticas de Ensino no Magistério Superior

Projeto protocolado por via pedagógica, Departamento de Geografia, para um período de 6 meses, não vinculado a programa, sem financiamento externo. O público alvo do projeto foram docentes de ensino superior, totalizando ao final dos 6 meses, 25 participantes, sendo que o projeto foi executado por nove docentes, sendo uma coordenadora e oito ministrantes.

O curso visou capacitar professores universitários com formação em bacharelado para a prática docente. A coordenação justifica que foi identificada grande dificuldade desses professores, principalmente recém-chegados à universidade, na atuação pedagógica dos diversos cursos da universidade.

Trata-se de um curso, por mais que tenha sua relevância e pertinência, interno à universidade. Pode-se afirmar, pela estrutura apresentada nos documentos, que é um curso mais afeto à especialização do que à extensão, ou ainda pode-se dizer que poderia ser um curso vinculado à capacitação de recursos humanos e não à extensão universitária.

Quanto a indissociabilidade, embora o curso tenha como perspectiva a melhoria da qualidade do ensino, a atividade não se enquadra aos princípios da extensão universitária preconizada pelo FORPROEX.

Nota-se que esta atividade, a exemplo do que ocorre com diversas outras, é uma das atividades em que a coordenação encontra dificuldades de enquadrá-la na Universidade. Dessa forma como o Regulamento permite parcialmente o seu desenvolvimento, ela é configurada como extensão.

Oficina de Psicologia da Universidade Aberta para a Terceira Idade

Projeto protocolado por via pedagógica, Departamento de Psicologia, para um período de 9 meses, vinculado ao Programa de Extensão Universidade Aberta para a Terceira Idade, UATI, sem financiamento externo. O público alvo do projeto foram os alunos do Programa, totalizando ao final dos 9 meses, 30 participantes, sendo que o projeto foi coordenado por uma docente e cinco discentes.

O curso objetivou promover um espaço para a aprendizagem de habilidades sociais visando a melhoria da qualidade de vida das pessoas da terceira idade participantes.

Trata-se de um curso que interage com os cursistas, ouvindo e editando ou reeditando o curso a cada encontro com os idosos. A coordenação demonstra que a vivência e a contribuição dos participantes é fundamental no desenvolvimento da atividade.

A oficina é desenvolvida por um único curso, a psicologia. É um projeto que faz parte de um programa multidisciplinar, entretanto, não há relatos de interação com os demais projetos vinculados ao programa.

Os relatos apontam para a participação direta de discentes como ministrantes e participantes de discussões regulares, acerca da atuação do

projeto, em conjunto com a coordenação. Esta atuação demonstra que a atividade dá suporte ao ensino e é potencializadora da pesquisa na área.

De modo geral, a oficina é coerente com as diretrizes do Regulamento das Atividades Extensionistas da UNICENTRO.

Conhecendo o Céu de Guarapuava

Projeto protocolado por via pedagógica, Departamento de Física, para um período de 24 meses, não vinculado a programa, sem financiamento externo. O público alvo do projeto foram os professores da educação básica da região de Guarapuava, alunos de graduação do Curso de Física da UNICENTRO e comunidade em geral, totalizando ao final dos 24 meses, 62 participantes, sendo que o projeto foi coordenado por três docentes.

O curso objetivou disseminar conhecimentos a respeito da astronomia, entre os alunos de física e professores da educação básica do município e região. Dessa forma procurou provocar aos profissionais para discutirem sua atuação e reverem sua prática a respeito da temática trabalhada.

Os relatos apontam para um desenvolvimento gradual nas discussões, entre ministrantes e cursistas, por meio de troca de saberes sistematizados. De um lado, professores universitários e acadêmicos puderam agregar conhecimentos novos, de outro, professores da educação básica apresentaram a realidade do dia-a-dia.

O projeto é organizado de forma interdisciplinar, pois percebe-se a interrelação de áreas, tanto por parte da coordenação e ministrantes, quanto por parte dos participantes.

Os acadêmicos, como vimos anteriormente, participam do projeto como cursistas, entretanto não há registros de que forma esta discussão repercutiu no ensino. Quanto a pesquisa, pode-se dizer que a ação é vinculada a pesquisas dos ministrantes e que tem a capacidade de fomentar outros trabalhos acadêmicos.

A coordenação demonstra conhecimento das diretrizes de extensão universitária da UNICENTRO e estrutura a atividade de forma coerente com o Regulamento das Atividades Extensionistas.

A Gestão Educacional no município de Laranjeiras do Sul

Projeto protocolado por via pedagógica, Departamento de Pedagogia, para um período de 12 meses, não vinculado a programa, sem financiamento externo. O público alvo do projeto foram profissionais ligados à gestão educacional no município de Laranjeiras do Sul e região, totalizando ao final dos 12 meses, 200 participantes, sendo que o projeto foi organizado por três docentes e trinta e dois acadêmicos.

O projeto previa a atuação coletiva para discussão dos problemas dos profissionais na sua área de atuação, municipal e estadual, e proposições decorrentes destas discussões visando melhoria da prática profissional, no entanto, o relatório final demonstra que o projeto tomou outro caminho. Apresentou-se como uma forma de elaborar a nova grade curricular do curso de Pedagogia da UNICENTRO, priorizando a participação e realização de eventos com o tema.

O projeto não é executado de forma interdisciplinar, entretanto, atua de forma interinstitucional, pois traz para discussão, mesmo que tenha tomado outro rumo, a Universidade, o Núcleo Regional de Educação e a Secretaria Municipal de Educação de Laranjeiras do Sul.

Quanto a indissociabilidade, a coordenadora do projeto relata que as discussões ocorridas com a comunidade retornam à sala de aula onde são discutidas e fundamentadas, além disso o projeto coloca-se como propulsor da realização de um trabalho de conclusão de curso e de sete projetos de Estágio Supervisionado, demonstrando assim a interação ensino, pesquisa e extensão.

De acordo com os relatos documentais, nota-se a preocupação em discutir o tema central do projeto com os profissionais da gestão educacional, alunos e comunidade, embora os relatos apontem que o projeto não foi executado, na íntegra, conforme planejado, ele está condizente com as diretrizes de extensão da UNICENTRO, pois pauta-se na democratização do conhecimento e na relação dialógica.

Ações para a Melhoria da Qualidade de Ensino de Matemática nas Escolas de Rede Pública do Município de Guarapuava: Práticas Pedagógicas e Atualização de Professores, Através da Metodologia Extensionista

Projeto protocolado por via pedagógica, Departamento de Matemática, para um período de 12 meses, não vinculado a programa, sem financiamento externo. O público alvo do projeto foram professores da rede pública de ensino fundamental e médio do município de Guarapuava, totalizando ao final dos 12 meses, 34 participantes. O projeto foi coordenado por uma docente e contou com a participação de outros professores e funcionários.

Trata-se de 1ª edição de um projeto que trabalhou com 34 professores, entre professores da UNICENTRO, convidados e professores da rede de educação básica. Pelos relatos apontados demonstra um potencial de transformação na prática pedagógica desses professores de matemática.

A exemplo dos projetos Educação Continuada na área de História e Geografia a professores da Rede Municipal de Educação de Pitanga (PR) e Ensino de Língua Inglesa para Educação Infantil e Primeiros Ciclos do Ensino Fundamental anterior, a atividade parte da realidade e das discussões provocadas pelos professores participantes, adota como fundamento da metodologia a interação dialógica.

O projeto não tem perspectiva interdisciplinar, entretanto, atua de forma interinstitucional, pois reúne na mesma discussão, a Universidade, o Núcleo Regional de Educação de Guarapuava e cinco escolas de diferentes bairros do município.

O projeto incentiva e proporciona mais um espaço de interação e aproximação entre Ensino Superior e Educação Básica, entretanto, quanto a indissociabilidade com o ensino e pesquisa não há relatos, ficando vago a participação discente e a forma de trabalhar e (re)trabalhar as discussões no ambiente universitário por meio do ensino e da pesquisa.

A atividade possibilita a organização de um grupo interinstitucional, priorizando a metodologia participativa com enfoque no desenvolvimento de ações para melhoria da qualidade de ensino de matemática. Demonstra dessa

forma, o atendimento aos dispositivos do Regulamento das Atividades Extensionistas da UNICENTRO.

As Múltiplas Linguagens no Ensino de História, como componentes na formação de um leitor de mundo, reflexivo e crítico

Projeto protocolado por via pedagógica, Departamento de História, para um período de 12 meses, não vinculado a programa, sem financiamento externo. O público alvo do projeto foram alunos do ensino fundamental e médio de Pitanga e região, totalizando ao final dos 12 meses, 185 participantes, sendo que o projeto foi organizado por dois docentes e vinte e um alunos.

O projeto atuou em escolas públicas de regiões carentes, levando um conhecimento universitário na área de História, no entanto, ela atua de forma unilateral pois a metodologia utilizada foi a realização de minicursos com os alunos de ensino fundamental e médio. O projeto não relata a atuação com o professor desses alunos, inviabilizando assim a potencial relação dialógica e transformação da prática pedagógica dos professores.

A coordenação prevê uma atuação de forma interdisciplinar no projeto da atividade, entretanto, não há manifestação quanto a esta atuação no relatório final.

Quanto a indissociabilidade, o projeto demonstra articulação com o ensino e a pesquisa. Os participantes/ministrantes são alunos do curso de História, que desenvolvem estágio curricular na atividade e realizam pesquisas, com base na disciplina ministrada pela coordenadora para execução do projeto em tela.

Em linhas gerais, a atividade está de acordo com o Regulamento, pois tem, como pressuposto, a democratização do conhecimento.

Projetos: Diagnóstico da Situação de Segurança nos Laboratórios Didáticos das Escolas do Ensino Médio e Elaboração de Cartilha de Segurança; Evolução do valor da cesta básica mensal na cidade de Guarapuava-PR; Geometria Tridimensional: Uma visão Analítico-descritiva (Parte 2); Levantamento e recuperação de fontes particulares/familiares

entre os habitantes de Irati – PR; Levantamento e recuperação de fontes particulares/familiares entre os habitantes do Bairro Riozinho, Município de Irati – PR; Estudo do Desempenho dos candidatos dos Vestibulares da UNICENTRO; Levantamento e recuperação de fontes particulares/familiares entre os habitantes de Imbituva – PR

Projetos protocolados por via pedagógica, para período de 12 a 24 meses, não vinculados a programas, sem financiamento externo. Os projetos relacionados acima foram agrupados, pois apresentam características semelhantes.

Estes projetos contam com objetivos que estão descritos nos próprios títulos, quais sejam: a elaboração de cartilha, a análise do valor da cesta básica, a comparação entre as perspectivas analíticas e descritivas da geometria tridimensional, o levantamento de fontes históricas dos habitantes de Irati e Imbituva, PR e o estudo do desempenho dos candidatos dos vestibulares da UNICENTRO.

Esses objetivos, associados aos documentos contidos nos protocolos de cada uma destas ações, demonstram que as finalidades das atividades desenvolvidas foram muito mais a publicação ou produto acadêmico que o processo extensionista.

Tanto o FORPROEX, quanto a UNICENTRO, por meio do Regulamento das Atividades Extensionistas caracterizam, como produto de atividade extensionista, a produção de publicações e produtos acadêmicos “decorrentes das ações de extensão, que visam a difusão e divulgação dos seus resultados”, sendo, dessa forma, a produção parte da implementação da ação extensionista.

Embora as publicações e produtos acadêmicos previstos para as atividades descritas acima estejam contempladas pelo FORPROEX⁵⁴ e pelo Regulamento das Atividades Extensionistas da UNICENTRO⁵⁵, não se verifica adequação destas ações à nenhuma das diretrizes extensionistas e nem coerência ao Regulamento.

⁵⁴ FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Extensão Universitária: organização e sistematização**. Belo Horizonte: Coopmed, 2007. 112p. (Coleção Extensão Universitária; v. 6). (p. 44).

⁵⁵ UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE. Resolução Conjunta Nº 001-CEPE-CAD/UNICENTRO, de 8 de janeiro de 2007. Aprova o Regulamento das Atividades Extensionistas da UNICENTRO. (anexo I).

Tendo em vista as atividades relatadas nos projetos, pode-se dizer que estas ações estariam melhor configuradas se fossem caracterizadas como projetos de pesquisa.

Orientação Educacional: da Teoria à Prática

Projeto protocolado por via pedagógica, Departamento de Pedagogia, para um período de 24 meses, não vinculado a programa, sem financiamento externo. O público alvo do projeto foram os professores e alunos de ensino médio de Guarapuava, totalizando ao final dos 24 meses, 1071 participantes, sendo que o projeto foi coordenado por uma docente e contou com a participação de vinte e sete acadêmicos.

O projeto objetivou a articulação ensino, pesquisa e extensão e proporcionou uma proximidade maior universidade e escola, incentivou reflexões e aperfeiçoamento na prática pedagógica de professores da educação básica.

A definição das ações que foram desenvolvidas foi realizada em conjunto, coordenação do projeto e escola, e a execução destas ações foi realização de modo que possibilitasse a interação entre os participantes, docentes, acadêmicos e professores de ensino médio.

A atividade é organizada e executada somente por uma área, não há manifestação de interação com outras áreas ou temáticas na sua execução, sendo, dessa forma, ausente na relação interdisciplinar.

Verifica-se, de acordo com os relatos apresentados, que a atividade é coerente com as diretrizes contidas no Regulamento das Atividades Extensionistas da UNICENTRO.

Formação de Alfabetizadores e Educadores Populares

Projeto protocolado por via administrativa, Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, para um período de 6 meses, não vinculado a programa, sem financiamento externo. O público alvo do projeto foram membros do NRE Guarapuava e candidatos a alfabetizadores de jovens, adultos e idosos, totalizando ao final dos 6 meses, 60 participantes, sendo que o projeto foi

coordenado por quatro docentes e contou com a participação de dois discentes e dois estagiários.

O presente projeto objetivou capacitar alfabetizadores e futuros alfabetizadores populares, discutindo seus problemas e apontando questões relevantes para uma atuação pedagógica mais politizada. Sendo assim, a atividade possibilitou um alcance mais amplo da alfabetização nas comunidades trabalhadas, além de incentivar a organização de um número maior de grupos de alfabetização nos bairros periféricos do município.

Os relatos contidos no projeto e relatório final apontam para uma atividade que foi desenvolvida de forma a priorizar, como metodologia, a relação dialógica entre os cursistas e ministrantes, universidade e comunidade.

O curso reuniu ministrantes de áreas diferentes que interagiram ao redor de uma discussão central, acrescentando aspectos de suas áreas particulares, nota-se, dessa forma, uma discussão mais completa e interdisciplinar.

Quanto à indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, o curso contou com a participação de discentes e docentes, dessa forma, proporcionou que a atuação fosse discutida em sala de aula, bem como fomentou o desenvolvimento de pesquisas e trabalhos de conclusão de curso relacionadas à área.

Em relação ao Regulamento das Atividades Extensionistas da UNICENTRO, verifica-se que a atividade atende de modo satisfatório a todos os aspectos contidos neste.

Cidadania e Construção do Saber

Projeto protocolado por via pedagógica, Departamento de Letras, para um período de 12 meses, vinculado ao Programa Universidade Sem Fronteiras, com financiamento externo. O público alvo do projeto foram alunos, diretores e professores de escolas estaduais do município de Fernandes Pinheiro, PR, totalizando ao final dos 12 meses, 320 participantes, sendo que o projeto foi coordenado por três docentes, 4 discentes e uma profissional recém-formada.

O projeto objetiva discutir e rediscutir o processo de leitura, em sentido amplo, para possibilitar o conhecimento, reconhecimento e transformação das falhas escolares nesta área.

A coordenação do projeto apresentou, como preferência, a metodologia participativa, demonstrando nos relatos, a construção do saber partilhada entre os participantes da atividade, professores, alunos, diretores, etc.

A atuação do projeto não impõe barreiras a áreas e além de incentivar, busca refletir sobre os diversos aspectos que envolvem a leitura em uma perspectiva interdisciplinar.

Quanto à indissociabilidade, nota-se que as discussões trazidas no projeto estão diretamente ligadas às questões discutidas no curso de graduação em Letras, sendo assim, o projeto atua paralelamente ao ensino e fomenta o desenvolvimento de pesquisas na área.

A coordenação do projeto demonstra conhecimento das diretrizes da extensão universitária, pois verifica-se nos documentos do projeto, a pertinência aos dispositivos do Regulamento das Atividades Extensionistas da UNICENTRO.

Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná: análise e implementação na rede estadual do Núcleo Regional de Guarapuava

Projeto protocolado por via pedagógica, Departamento de Pedagogia, para um período de 18 meses, vinculado ao Programa Universidade Sem Fronteiras, com financiamento externo. O público alvo do projeto foram alunos da área de pedagogia, pedagogos e educadores da rede estadual de educação básica vinculados ao Núcleo Regional de Educação de Guarapuava e membros do Sindicato dos professores da educação básica, totalizando ao final dos 18 meses, 65 participantes, sendo que o projeto foi coordenado por três docentes e contou com a participação de acadêmicos bolsistas e profissionais recém-formados também bolsistas.

O projeto atuou de forma a proporcionar reflexão em torno da prática pedagógica desenvolvida na escola, bem como possibilitou o redirecionamento profissional tendo em vista as Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná.

A atividade desenvolvida demonstrou que todos os participantes foram atores do processo e que a construção da ressignificação do papel do pedagogo diante das diretrizes curriculares estaduais foi coletiva.

Tanto os participantes, quanto os coordenadores e ministrantes de oficinas e palestras foram de diversas áreas, entretanto, a discussão girou em torno de um núcleo central de discussões, sem haver divisões ou separações, percebe-se assim que a atuação teve como perspectiva a relação de interdisciplinaridade.

Quanto à indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, nota-se que as discussões trazidas no projeto estão diretamente ligadas às questões discutidas no curso de pedagogia, sendo assim, o projeto atuou paralelamente ao ensino e fomentou o desenvolvimento de pesquisas na área.

Em relação ao Regulamento das Atividades Extensionistas da UNICENTRO, verifica-se que a atividade atende de modo satisfatório a todos os aspectos contidos neste.

Projetos: Iniciação e Treinamento Desportivo em Basquetebol Masculino; Iniciação e Treinamento Desportivo em Ginástica Rítmica; Iniciação e Treinamento Desportivo em Voleibol Masculino

Projeto protocolados por via administrativa, Divisão de Projetos Esportivos, para um período de 9 meses, vinculado ao Programa de Extensão Irati UniverCidade Olímpica, sem financiamento externo. O público alvo dos projetos foram os alunos da rede pública e privada de ensino de Irati, na faixa etária dos 11 aos 17 anos, totalizando ao final dos 9 meses, em média 30 participantes por projeto, sendo que cada projeto foi coordenado por um docente e dois acadêmicos.

Trata-se de ações, vinculadas a um programa de incentivo ao esporte, desenvolvida de forma interinstitucional visando proporcionar aos alunos de 11 a 17 anos um espaço de aprendizado do esporte e formação social.

Não há relatos de que haja interação entre os parceiros na execução do projeto e nem entre os cursistas/comunidade, as atribuições são bem definidas e cabe a cada entidade parceira a sua respectiva execução. O projeto funciona de

modo similar a um curso, pois visa capacitar física, técnica e taticamente os atletas participantes.

Não há relatos que apontem para uma interação entre profissionais, organizações ou áreas distintas, a execução fica restrita aos acadêmicos do Curso de Educação Física sob coordenação da Divisão de Projetos Esportivos.

Quanto à indissociabilidade, os documentos demonstram que a participação dos acadêmicos, como bolsistas, possibilita a aplicação de conhecimentos, paralelamente ao desenvolvimento do curso de graduação. Além dessa interface com o ensino, o projeto propicia o desenvolvimento de trabalhos de conclusão de curso e/ou pesquisas na área.

Em relação ao Regulamento das Atividades Extensionistas da UNICENTRO, verifica-se a coerência, pois além de viabilizar o processo teórico-prático, promove articulação com as atividades de ensino e pesquisa, amplia o horizonte para além das atividades em sala de aula e constitui-se em oportunidade de campo de estágio e desenvolvimento de atividades complementares.

Matemática Divertida: Tempo de brincar e aprender

Projeto protocolado por via pedagógica, Departamento de Matemática, para um período de 12 meses, não vinculado a programa, sem financiamento externo. O público alvo do projeto foram os alunos da 5ª série do ensino fundamental da rede pública de ensino de Guarapuava, totalizando ao final dos 12 meses, 300 participantes, sendo que o projeto foi coordenado por uma docente e executado por quinze acadêmicos do curso de matemática.

O projeto busca parcerias com escolas públicas visando o aprimoramento do aprendizado da matemática na 5ª série, por meio de atividades diferenciadas, executadas por acadêmicos de matemática. A coordenação apresenta resultados positivos quanto ao aprendizado e motivação dos acadêmicos e alunos envolvidos.

A atividade é executada por demanda da escola para aperfeiçoamento no aprendizado de matemática dos alunos da 5ª série, assim como é demandado por necessidade dos licenciandos em matemática em ter contato com a escola, os

alunos e a prática pedagógica para o qual estão se preparando. Há registros de interação dos professores regentes com os acadêmicos e coordenação, assim como da coordenação com os acadêmicos.

A exemplo do que ocorre com o projeto anterior, não há relatos que apontem para uma interação entre profissionais, organizações ou áreas distintas, a execução fica restrita aos acadêmicos do Curso de Matemática.

A atividade pode ser caracterizada como complementar ao estágio curricular dos acadêmicos envolvidos, estando, portanto, articulada com as atividades de ensino, além disso, fomenta o desenvolvimento de pesquisas na área.

O projeto está de acordo com o Regulamento, pois além de viabilizar o processo teórico-prático, promove articulação com as atividades de ensino e pesquisa, amplia o horizonte para além das atividades em sala de aula e constitui-se em oportunidade de campo de estágio e desenvolvimento de atividades complementares.

Aplicações Práticas de Conceitos Administrativos

Projeto protocolado por via pedagógica, Departamento de Administração, para um período de 12 meses, não vinculado a programa, sem financiamento externo. O público alvo do projeto foram os alunos do quarto ano do curso de administração de Laranjeiras do Sul e empresas da região, totalizando ao final dos 12 meses, 22 participantes, sendo que o projeto foi coordenado por um docente.

O projeto objetivou ser um espaço de discussões e aplicações práticas de conceitos administrativos por parte dos acadêmicos envolvidos, assim como ser referência para aprimoramento na prática empresarial de empresas do município.

Os relatos demonstram que houve interação entre os discentes, funcionários e empresários das empresas envolvidas e apresenta como positiva a atuação da intervenção extensionista.

Não há registro que aponte para o desenvolvimento da atividade de forma interdisciplinar.

Quanto à indissociabilidade, a atuação do projeto demonstra que os acadêmicos puderam aplicar conceitos estudados no curso de graduação, assim como possibilitou a estes refletirem em sala de aula sobre o aprendizado da prática. Esta ação potencializou o desenvolvimento de trabalhos de conclusão de curso além de envolver o cumprimento de horas complementares e estágio dos alunos.

A atividade está de acordo com o Regulamento, pois além de viabilizar o processo teórico-prático, promove articulação com as atividades de ensino e pesquisa, amplia o horizonte para além das atividades em sala de aula e constitui-se em oportunidade de campo de estágio e desenvolvimento de atividades complementares.

4.4.5 Considerações Gerais

As análises das atividades extensionistas selecionadas no presente estudo, estão sintetizadas, de acordo com as categorias de análise escolhidas, na tabela abaixo:

Quadro 9: Síntese das análises qualitativas

Atividades Extensionistas	Categorias de Análise														
	Impacto e transformação			Interação dialógica			Interdisciplinaridade			Indissociabilidade ensino - pesquisa - extensão			Coerência com as diretrizes do Regulamento		
	A*	AP	NA	A	AP	NA	A	AP	NA	A	AP	NA	A	AP	NA
2007															
1. Curso de Alemão Introdutório I			X			X			X			X		X	
2. Curso de Extensão em Ciência Política	X			X			X				X		X		
3. Curso Pré-vestibular para adolescentes e	X				X				X	X			X		

Quadro 9: Síntese das análises qualitativas

Atividades Extensionistas	Categorias de Análise														
	Impacto e transformação			Interação dialógica			Interdisciplinaridade			Indissociabilidade ensino - pesquisa - extensão			Coerência com as diretrizes do Regulamento		
	A*	AP	NA	A	AP	NA	A	AP	NA	A	AP	NA	A	AP	NA
adultos remanescentes de áreas quilombolas															
4. Educação Continuada na área de História e Geografia a professores da Rede Municipal de Educação de Pitanga (PR)	X			X			X				X		X		
5. Ensino de Língua Inglesa para Educação Infantil e Primeiros Ciclos do Ensino Fundamental	X			X					X	X			X		
6. I Semana de Interação Universidade/Escola: Parcerias Necessárias à Educação	FALHA DE REGISTRO: TRATA-SE DE EVENTO														
7. Metodologias e Práticas de Ensino no Magistério Superior			X			X			X			X		X	
8. Oficina de Psicologia da Universidade Aberta para a Terceira Idade	X			X					X	X			X		

Quadro 9: Síntese das análises qualitativas

Atividades Extensionistas	Categorias de Análise														
	Impacto e transformação			Interação dialógica			Interdisciplinaridade			Indissociabilidade ensino - pesquisa - extensão			Coerência com as diretrizes do Regulamento		
	A*	AP	NA	A	AP	NA	A	AP	NA	A	AP	NA	A	AP	NA
9. Conhecendo o Céu de Guarapuava	X			X			X				X		X		
10. A Gestão Educacional no município de Laranjeiras do Sul		X			X				X	X			X		
11. Ações para a Melhoria da Qualidade de Ensino de Matemática nas Escolas de Rede Pública do Município de Guarapuava: Práticas Pedagógicas e Atualização de Professores, Através da Metodologia Extensionista	X			X					X			X	X		
12. As Múltiplas Linguagens no Ensino de História, como componentes na formação de um leitor de mundo, reflexivo e crítico	X					X		X		X			X		
13. Diagnóstico da Situação de Segurança nos Laboratórios Didáticos das Escolas do Ensino Médio e			X			X			X			X			X

Quadro 9: Síntese das análises qualitativas

Atividades Extensionistas	Categorias de Análise														
	Impacto e transformação			Interação dialógica			Interdisciplinaridade			Indissociabilidade ensino - pesquisa - extensão			Coerência com as diretrizes do Regulamento		
	A*	AP	NA	A	AP	NA	A	AP	NA	A	AP	NA	A	AP	NA
Ensino em Ciências Biológicas															
SUB-TOTAL (17)	9	1	7	7	2	8	3	1	13	6	3	8	10	2	5
2008															
1. Curso de Francês Inicial			X			X			X			X		X	
2. Formação de Alfabetizadores e Educadores Populares	X			X			X			X			X		
3. Inglês I			X			X			X			X		X	
4. A Psicologia na Escola	PROJETO NÃO LOCALIZADO														
5. Cidadania e Construção do Saber	X			X			X			X			X		
6. Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná: análise e implementação na rede estadual do Núcleo Regional de Guarapuava	X			X			X			X			X		
7. Estudo do Desempenho dos candidatos			X			X			X			X			X

Quadro 9: Síntese das análises qualitativas

Atividades Extensionistas	Categorias de Análise														
	Impacto e transformação			Interação dialógica			Interdisciplinaridade			Indissociabilidade ensino - pesquisa - extensão			Coerência com as diretrizes do Regulamento		
	A*	AP	NA	A	AP	NA	A	AP	NA	A	AP	NA	A	AP	NA
dos Vestibulares da UNICENTRO															
8. Iniciação e Treinamento Desportivo em Basquetebol Masculino	X					X			X	X			X		
9. Iniciação e Treinamento Desportivo em Ginástica Rítmica	X					X			X	X			X		
10. Iniciação e Treinamento Desportivo em Voleibol Masculino	X					X			X	X			X		
11. Levantamento e recuperação de fontes particulares/familiares entre os habitantes de Imbituva – PR			X			X			X			X			X
12. Matemática Divertida: Tempo de brincar e aprender	X			X					X	X			X		
13. Aplicações Práticas de Conceitos Administrativos	X			X					X	X			X		
SUB-TOTAL	8	0	4	5	0	7	3	0	9	8	0	4	8	2	2

Quadro 9: Síntese das análises qualitativas

Atividades Extensionistas	Categorias de Análise														
	Impacto e transformação			Interação dialógica			Interdisciplinaridade			Indissociabilidade ensino - pesquisa - extensão			Coerência com as diretrizes do Regulamento		
	A*	AP	NA	A	AP	NA	A	AP	NA	A	AP	NA	A	AP	NA
(12)															
TOTAL (29)	17	1	11	12	2	15	6	1	22	14	3	12	18	4	7

* Legenda: A: atende; AP: atende parcialmente; NA: não atende. Fonte: o autor.

Diante das análises realizadas pode-se verificar que a maior dificuldade das atividades extensionistas da UNICENTRO é o desenvolvimento de ações interdisciplinares.

De um lado, pode-se afirmar que isso ocorre porque as atividades são desenvolvidas de forma isolada ou que as áreas não se interrelacionam, entretanto, por outro lado, é plausível afirmar que isso ocorre porque o entendimento do FORPROEX de como deveria ser uma ação extensionista interdisciplinar é confusa, deixa lacunas. Tanto é que o Regulamento das Atividades Extensionistas da UNICENTRO amplia este entendimento para ações inter, trans e multidisciplinar.

Em todas as diretrizes extensionistas definidas pelo FORPROEX as atividades extensionistas da UNICENTRO apresentam dificuldades. Além da relação interdisciplinar, cabe destacar a interação dialógica, pois das 29 atividades analisadas, em 15 foi verificada que não há esta relação.

A interação dialógica é um dos pressupostos centrais da ação extensionista, o fato de a maioria das atividades não apresentarem coerência com esta diretriz indica que, conforme descreve o FORPROEX, estas atividades ainda estão marcadas por uma concepção ultrapassada de extensão: estender à sociedade o conhecimento acumulado pela universidade.

Quanto ao impacto e transformação e a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, verifica-se que a maioria das atividades atende a estas diretrizes. Entretanto, quanto a indissociabilidade, um número significativo de ações não apresenta discentes envolvidos, não demonstra relação com o ensino ou a pesquisa. Estas ações dissociadas demonstram desconhecimento de que as ações extensionistas estão pautadas nesta vinculação.

Outra das categorias selecionadas foi a coerência da atividade ao Regulamento das Atividades Extensionistas da UNICENTRO. De acordo com a tabela acima, pode-se verificar que esta categoria foi a que contou com o maior número de atividades desenvolvidas de forma coerente.

Embora tal situação seja, aparentemente, positiva ela ressalta uma preocupação, a de que o Regulamento foi construído de modo a flexibilizar a compreensão do que seja extensão universitária. Pois, verifica-se em algumas atividades que, por mais que estas não estivessem de acordo com outras diretrizes, ou com a maioria delas, as ações estavam coerentes com a regulamentação de extensão universitária da UNICENTRO.

5. CONCLUSÃO

Fazer uma pesquisa ao mesmo tempo que demanda uma aproximação ao objeto, também necessita de um distanciamento para o exercício da crítica. E neste movimento de aproximação e distanciamento do objeto foi que me percebi envolvido fortemente com a extensão universitária. O fato de ser, no período do mestrado, agente universitário da UNICENTRO, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura me colocou num duplo papel: de servidor e pesquisador. Essa dualidade foi, de um lado, positiva, pois me proporcionou subsídios para a realização deste trabalho. Por outro lado, foi uma dificuldade sentida tanto nas análises dos projetos quanto na elaboração dos textos, pois consubstanciou-se, em alguns momentos, em autocrítica e crítica da extensão universitária da qual faço parte.

O objetivo central do presente trabalho foi investigar a construção da extensão universitária brasileira, por meio de aspectos históricos, legais e práticos.

Quanto aos aspectos históricos, verificou-se imprescindível revisitar sua história, pois foi possível rever, repensar sua prática passada, presente e futura.

A história da extensão universitária no Brasil nos mostrou que a sua construção é inacabada, e que o entendimento do que seja extensão e a sua aplicabilidade sofreu modificações de acordo com o momento político, social, econômico e cultural que o país e a região de cada Instituição vivenciou.

Da mesma forma, entendemos importante apresentar os documentos oficiais que abordaram e abordam a extensão universitária brasileira de forma direta ou indireta. A análise dos documentos nos trouxe a compreensão de como a extensão foi concebida nos diversos momentos de sua história, como foi tratada pelos seus vários interlocutores e qual é a extensão que vigora nos documentos oficiais.

Em um terceiro momento, nos centramos na análise, tanto quanti quanto qualitativa, das atividades extensionistas da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná, UNICENTRO.

Do ponto de vista quantitativo, o perfil das atividades extensionistas desenvolvidas na UNICENTRO, nos anos de 2007 e 2008, nos mostrou, de forma efetiva, aquilo que é inerente à universidade, ou seja, a diversidade. As ações extensionistas são marcadas pela diversidade de ações, áreas, proponentes, metodologias, interlocutores, mas são marcadas também pela diversidade de entendimento do que é extensão universitária.

Tendo em vista que um dos objetos de estudo deste trabalho foi a investigação sobre a atuação das atividades extensionistas da Universidade Estadual do Centro-Oeste, as categorias de análise escolhidas foram pautadas no conceito de extensão universitária preconizado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e nas diretrizes contidas no Regulamento das Atividades Extensionistas da UNICENTRO. São elas: impacto e transformação, interação dialógica, interdisciplinaridade, indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e coerência com as diretrizes do Regulamento das Atividades Extensionistas da UNICENTRO.

O estudo das ações extensionistas desenvolvidas demonstrou que há incoerências e dificuldades conceituais, por vezes graves. Na maioria das vezes, as atividades não estavam de acordo com as diretrizes acima expostas ou estas estavam parcialmente contempladas.

O conceito de extensão universitária, presente nos projetos, em muitos casos, parte da negação, ou seja, o que não pode ser caracterizado como ensino, pesquisa, ou pós-graduação é desenvolvida na forma de extensão universitária. Ou ainda, o que não é atividade de sala de aula, é extensão.

Outro aspecto que nos chamou a atenção, de acordo com o contido nos documentos analisados, foi o fato de que a atividade extensionista acaba sendo uma forma, identificada como mais fácil, para vincular o Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva e/ou destinar carga horária.

Não há, ou é muito tímida, a proximidade entre ensino e extensão e pesquisa e extensão. Cada um conta com seus ambientes, procedimentos e

conceitos próprios. A articulação ensino-pesquisa-extensão, tanto administrativa quanto pedagógica ainda é muito insipiente.

A interação dialógica é um dos pressupostos centrais da ação extensionista, conforme descreve Paulo Freire (1977, p. 36):

[...] o conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações.

Muitas das ações extensionistas ainda estão marcadas por uma concepção ultrapassada de extensão, ou seja, estender à sociedade o conhecimento acumulado pela universidade.

A atuação unilateral implica, segundo Freire (1977, p. 55) em cair

[...] na prática depositante de um falso saber que, anestesiando o espírito crítico, serve à 'domesticação' dos homens e instrumentaliza a invasão cultural.

Por outro lado, a extensão universitária, pelas características apresentadas por muitos dos projetos analisados, tem possibilidade de se concretizar como uma prática acadêmica essencial, pois se coloca como um espaço para promover práticas integradas entre várias áreas do conhecimento, potencializa a relação universidade e sociedade e se propõe a desobstruir as barreiras que impedem a articulação ensino-pesquisa-extensão.

Para isso,

[...] as actividades de extensão devem ter como objectivo prioritário, sufragado democraticamente no interior da universidade, o apoio solidário na resolução dos problemas da exclusão e da discriminação sociais e de tal modo que nele se dê voz aos grupos excluídos e discriminados. (SANTOS, 2005, p.74).

Diante disso, verifica-se a necessidade emergente de discussões coletivas e democráticas em torno da criação de políticas de extensão universitária institucionais.

Quando digo políticas institucionais, estou me referindo a políticas internas na Universidade, ou seja, políticas que possam ser discutidas entre os proponentes de ações extensionistas, colegiados de departamentos e de setores de conhecimento, pesquisadores, acadêmicos, funcionários, comunidade etc.

Políticas que estimulem uma relação mais orgânica entre universidade e sociedade, favorecendo que a comunidade passe a ser sujeito do processo e não apenas se beneficie dele. Políticas de extensão que favoreçam o viés acadêmico e pedagógico com implicações no *curriculum*, na carreira dos docentes e técnicos, na formação dos discentes.

REFERÊNCIAS

ALFASOL. **Alfabetização Solidária.** Disponível em http://www.alfabetizacao.org.br/aapas_site/asalfasolanos.asp, acesso em 09/02/2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. **Histórico.** Disponível em: <http://www.abe1924.org.br>, acesso em: 11/12/2007.

AZEVEDO, Fernando de. **A transmissão da cultura:** parte 3 da 5 ed. da obra A cultura brasileira. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1976.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às Ciências Sociais.** 5. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.

BAYER, Germano. **VII Universidade Volante da Universidade Federal do Paraná – Paranavaí.** Disponível em http://www.germanobayer.pro.br/projetos/1_Cinquentenario_3.pdf. Acesso em 27/01/2009.

BOTOMÉ, Silvio Paulo. **Pesquisa alienada e ensino alienante:** o equívoco da Extensão Universitária. Petrópolis: Vozes/ São Carlos: Ed. da Universidade Federal de São Carlos/ Caxias do Sul: Ed. da Universidade de Caxias do Sul, 1996.

BRASIL. Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Dispõe que, o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

BRASIL, Ministério da Educação. NUPRON – Núcleo de Atividades do Projeto Rondon. **Histórico.** Disponível em <http://portal.mec.gov.br/sesu/index.php?option=content&task=view&id=441&Itemid=303>, acesso em 09/02/2009.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **PROEXT Apresentação.** Disponível em <http://portal.mec.gov.br/sesu/index.php?option=content&task=view&id=442&Itemid=303#proext2003>, acesso em 9 de março de 2009.

BRASIL, Ministério da Defesa. **O Projeto Rondon hoje.** Disponível em https://www.defesa.gov.br/projeto_rondon, acesso em 09/02/2009.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. **Programa Universidade Solidária.** Disponível em <http://www.mre.gov.br/dc/textos/revista2-mat12.pdf>, acesso em 09/02/2009.

CASTRO, Luciana M. C. **A Universidade, a extensão universitária e a produção de conhecimentos emancipadores: ainda existem utopias realistas.** Rio de Janeiro. 2004. 185f Tese de Doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

CENTRO DE REFERÊNCIA EDUCACIONAL. **Paulo Freire: Biografia resumida – o caminho de um educador.** Disponível em <http://www.centrorefeducacional.co>

m.br/paulo.html, acesso em 21 de setembro de 2009.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 1988.

COSTA, Kátia Cilene. **Reforma Universitária e Manifesto de Córdoba**. Disponível em <http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos/K%C3%81TIA%20CILENE%20DA%20COSTA.pdf>, acesso em 21 de setembro de 2009.

FAGUNDES, José. **Universidade e Compromisso Social**: extensão, limites e perspectivas. Campinas: Ed UNICAMP, 1986.

FAFIUV. **Alfabetização Solidária**. Disponível em <http://www.fafiuv.br/alfabetizacao.php>, acesso em 09/02/2009.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Extensão Universitária: organização e sistematização**. Belo Horizonte: Coopmed, 2007. 112p. (Coleção Extensão Universitária; v. 6).

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Edição Atualizada 2000/2001. Disponível em http://proex.epm.br/projetossociais/renex/plano_nacional.htm, acesso em 10/03/09.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Sistema de Dados e Informações**: Base operacional de acordo com o Plano Nacional de Extensão. Rio de Janeiro: NAPE, UERJ, 2001.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 13ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GURGEL, Roberto Mauro. **Extensão universitária: comunicação ou domesticação?** São Paulo: Cortez: Autores Associados: Universidade Federal do Ceará, 1986.

PDE. **Programa de Desenvolvimento Educacional**. Disponível em <http://www.pde.pr.gov.br>, acesso em 09/02/2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

SETI. Universidade Sem Fronteiras. **Programa e objetivos**. Disponível em <http://www.seti.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=27>, acesso em 09/02/2009.

SOUSA, Ana Luiza Lima. **A História da Extensão Universitária**. Campinas, SP: Alínea, 2000.

UFPE. **Construindo Políticas Públicas de Extensão**. Disponível em http://www.prac.ufpb.br/anais/lcbeu_anais/anais/institucionalizacao/construindo.pdf, acesso em 5 de março de 2009.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE. Histórico do UNICENTRO. Disponível em <http://www.unicentro.br/administracao/reitoria/default.asp>, acesso em 2 de junho de 2009.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE. Resolução Conjunta Nº 001-CEPE-CAD/UNICENTRO, de 8 de janeiro de 2007. Aprova o Regulamento das Atividades Extensionistas da UNICENTRO.

UNESCO. **Relativo ao Programa de Alfabetização Solidária**. Disponível em <http://www.brasilia.unesco.org/areas/educacao/areastematicas/alfabeteja/relaprogalfasolid>, acesso em 09/02/2009.